

ESTUDOS TEMÁTICOS DA PRÉ-HISTÓRIA

MATUSALÉM ALVES OLIVEIRA
MATHEUS G. N. SALES



EDITORA
ANTROPUS

ESTUDOS TEMÁTICOS DAPRÉ-HISTÓRIA

**Matheus Gleydson do Nascimento Sales
Matusalém Alves Oliveira**



Conselho Editorial

Matheus Gleydson do Nascimento Sales

Matusalém Alves Oliveira

Juliana Nascimento de Almeida

Fábio Alves Gomes

Conselho Científico

Matheus Gleydson do Nascimento Sales (UEPB)

Matusalém Alves Oliveira (UEPB)

Juliana Nascimento de Almeida (ANTROPUS)

Fábio Alves Gomes (UFCEG)

Washington Luiz M.da Silva (UFPE)

Ivan Bim Requena (UNIFATECIE)

Expediente

Diretor-Geral	Matusalém Alves Oliveira
Editor-Chefe	Matheus G. N. Sales
Revisão Ortográfica	Matheus G. N. Sales
Revisora Geral	Juliana Nascimento de Almeida
Capa	Tuane ângelo



1ª Edição

Todos os direitos da obra

EDITORA ANTROPUS

www.antropuseducacional.com.br/editoraantropus

Copyright da obra © Editora Antropus, 2022.

Arte da capa – Tuane Ângelo

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S163e Sales, Matheus G. N.

Estudos temáticos da pré-história / Matheus Gleydson do Nascimento Sales, Matusalém Alves Oliveira . – 1. ed. –
Campina Grande : Editora Antropus, 2022.

113 p. : il.

Bibliografia

ISBN: 978-65-84581-12-8

1. Pré-história. 2. Povos originários. 3. Historiografia humana. 4. Evolução. 5. Arqueologia. 6. Escrita. 7. Homens primitivos. I. Oliveira, Matusalém Alves. II. Título.

21. ed. CDD 930

Elaborado por Estela F. P. Santos, Bibliotecária - CRB 15/841

SUMÁRIO

PREFÁCIO	6
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	14
CAPÍTULO II	19
A IMPORTÂNCIA DA TRADIÇÃO ORAL	20
EVOLUÇÃO DA ESCRITA	22
PICTOGRAMAS	22
ESCRITA CUNEIFORME.....	23
ESCRITA HIEROGLÍFICA.....	24
UMA GÊNESE DO ALFABETO.....	25
BIBLOS	25
ESFINGE DE HATHOR	27
HEBRAICO	28
GREGO.....	29
LATIM.....	30
ESCRITA CHINESA	30
GLIFOS DA AMÉRICA	31
A EVOLUÇÃO DO ALFABETO SEGUNDO TEÓRICOS	32
SOBRE TEORIA, MÉTODO E GEOPOLÍTICA: QUÃO ANTIGO PODE SER UM NOVO MUNDO?.....	42
EVOLUÇÃO HUMANA, PRINCIPAIS HOMINÍDEOS	48
AS ETAPAS DA EVOLUÇÃO HUMANA	49
OS AUSTRALOPITECOS	49
O GÊNERO HOMO	50
O HOMEM MODERNO	51
DIVISÃO DA PRÉ-HISTÓRIA.....	51
PALEOLÍTICO.....	52
MESOLÍTICO	53
NEOLÍTICO	54
IDADE DOS METAIS.....	55
O FIM DA PRÉ-HISTÓRIA	56
IDADE DO COBRE	56
IDADE DO BRONZE.....	57
IDADE DO FERRO.....	57
A ARTE DA IDADE DOS METAIS.....	57
A RELIGIÃO NA PRÉ-HISTÓRIA.....	58
A LONGA VIAGEM... ..	60

SEXUALIDADE NA PRÉ-HISTÓRIA	61
POSIÇÕES.....	62
CASAMENTO.....	62
MASTURBAÇÃO	62
CIÊNCIA	62
HOMOSSEXUALIDADE	62
SEXO SELVAGEM.....	63
“MULHER MELANCIA” ANCESTRAL.....	63
PAQUERA.....	63
CORPO A CORPO	63
O COTIDIANO NA PRÉ-HISTÓRIA	64
COTIDIANO	64
ARTE DA PRÉ-HISTÓRIA.....	65
PALEOLÍTICO INFERIOR (1 800 000 A 30.000 A.C.).....	65
PALEOLÍTICO SUPERIOR (30.000 A 18 000 A.C.).....	66
PRÉ-HISTÓRIA DA AMÉRICA	69
PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE	70
PERÍODO COLONIAL	71
POVOAMENTO DO BRASIL	75
CAPÍTULO III.....	77
NO BRASIL.....	77
ARTE.....	81
A PRÉ-HISTÓRIA NA SALA DE AULA	83
ATIVIDADE 1:.....	85
ATIVIDADE 2:.....	86
ATIVIDADE 3:.....	88
RECURSOS EDUCACIONAIS	89
AVALIAÇÃO	90
PRÉ-HISTÓRIA REPRESENTADA NO CINEMA	90
SETE MOMENTOS EM QUE O CINEMA FOI À PRÉ-HISTÓRIA	93
POSFÁCIO	111
BIBLIOGRAFIA	112

PREFÁCIO

NA BUSCA DO ELO PERDIDO NUMA CAMINHADA PRÉ-HISTÓRICA

Grato pelo convite que nos foi feito para dar um depoimento sobre esse livro, quer pelo privilégio de ter acesso ao teor de um conjunto de reflexões importantes para os estudos superiores; quer, também, para exprimir algumas palavras incentivadoras aos que buscam informação e entendimento sobre temas essenciais sobre a pré-história: sempre ao lado da profundidade de conhecimentos específicos esse material se mantém aberto para outras áreas de saberes trazendo à luz reflexões, estudos e perspectivas sobre questões nas suas diferentes manifestações sobre o homem nas suas origens. Assim, é com alegria, entusiasmo e, sobretudo, com espírito de debate das nossas questões históricas que apresentamos aos interlocutores as ideias dos autores. Fazem de uma maneira particularmente humana e criadora numa dinâmica de rigor crítico postulada para formação de futuros pesquisadores.

Essa obra mostra a significação da “aventura humana” desde o aparecimento do homem na Terra até quando começa adquirir o controle sobre o sistema de produção de alimentos com as transformações que comportam as revoluções, sobretudo a neolítica. Como que os autores em seu conjunto pretendem desvelar o elo perdido da nossa existência, pois o livro é abrangente porque tendo a pré-história como pano de fundo, abre o cenário de análises e discussões sobre o primeiro homem, suas origens, meio ambiente, ecologia, geografia, geologia, biologia, antropologia, etnologia, linguagem, etnografia, religião, ciências, artes, psicologia, técnica, tecnologia (...). De forma que pode ser compreendido como uma obra feita de singularidades para a pluralidade e, porque não dizer, obedecendo as normativas para a universalidade das ideias, quando fazem destacar com bastante consistência abordagens de teorias, a exemplo a da evolução, comentando seus criadores e constituidores, e mostrando sua importância para os estudos da história.

O esforço temático insiste numa linha de investigação que parte dos intelectuais comprometidos com a história da evolução humana para a reconstrução concreta do homem histórico. Ao longo do livro, os autores vão repassar as circunstâncias transformadoras que implicam no homem e no entorno natural, no homem e seu meio cultural e social e, finalmente, desde o ponto de vista biológico.

Os autores abordam períodos de tempo bem dilatados e na maior parte do livro

destacam os processos de cultura que têm lugar desde a aparição do caçador até as primeiras populações agrícolas e criadoras de animais que evolui e diversificam ao longo do tempo e apresentam também importantes diferenças entre pontos de vista geográficos. A obra indica desde uma Era geológica do sistema quaternário cuja duração estabelece convencionalmente em 2. 200.000 anos que, numa comparação entre a idade do mundo e do homem, pode se fazer um paralelo com a da espécie humana com fenômenos recentes da Revolução Industrial até nós. Pois, o progresso do homem segue numa progressão geométrica, bastando comparar a abertura da ação das indústrias do paleolítico inferior ao longo de centenas de milhões de anos com o ritmo atual de inovações. E, durante as fases demilênios de economia tratadora, o homem vive em uma dependência quase total de seu entorno. Assim, o meio sofre uma série de importantes modificações ao longo deste dilatado espaço de tempo; modificações que logicamente incidem na distribuição e comportamento cultural das populações pré-históricas.

Assim, **ESTUDOS TEMÁTICOS DA PRÉ-HISTÓRIA**, expressa continuidade do trabalho sistemático das investigações sobre a pré-história, partilhando com a história e áreas afins discussões, análises e conclusões, permitindo ser um livro como instrumento facilitador no debate da História em torno das investigações das nossas origens para a sociedade hodierna. É mais uma das contribuições para o estudo da pré-história que representa a continuidade do trabalho sistemático no departamento de História, demonstrando a sua natureza e vocação à pesquisa com seriedade e competência, tratando diferentes maneiras de abordar uma temática com profundas consequências, pois influi na esfera social. Tudo para contribuir com a dialogicidade, no caráter crítico que baseia-se em sublinhar a pertinência desses desafios investigativos para o cenário contemporâneo, na medida em que se verifica a forte inclinação na busca de nossas raízes.

A intenção de reunir as compreensões acerca da origem do homem, sobre a forma de ideias e argumentos, não é nova. É assim que se resgata a memória e a história dos grupos humanos, nas suas variadas atividades culturais. Este livro comunga também dessa intenção, cuja teoria busca efetivar a práxis da pré-história no mundo da vida. Vemos assim que diferentes são as formas de analisar as temáticas sobre a origem humana, mas as diversas abordagens acerca dos temas demonstram a complexidade dos entendimentos e traduz a lógica das diferenças, como que pretendem salientar a tipificação das questões dos humanos no cenário do mundo até aqui construído. Desse modo, nessa lógica, os

autores partilham o que vêm escrevendo e debatendo, nas expressões de suas circunstâncias culturais e de pesquisa em torno da reflexão por uma maior idade cidadã.

Nas últimas décadas a reflexão histórica sobre a origem do homem foi ganhando espaço em quase todos os departamentos de história do Brasil e do mundo. Poder-se-ia dizer inclusive que há certo modismo a respeito, não fosse a ausência histórica que temos de repensar o homem do futuro. A perspectiva pré-histórica, que no geral o livro propõe, está evidentemente ligada a uma tendência investigadora de caráter evolucionista pelas leis da evolução cuja prática institui o seu modo de subjetivação. A orientação naturalista que imprimiu a maioria dos trabalhos que aqui se apresentam, ajusta-se perfeitamente ao racionalismo crítico e analítico da história, admitindo teses quase como uma teoria do conhecimento. Mas a Terra é um planeta maravilhoso e ímpar e o homem sendo uma criatura singular que, sem dúvida, evoluiu, é diferente de todas as espécies atuais e pode se orgulhar dessa diferença que não foi adquirida por acaso: a sua aristogênese é outra. Charles Darwin era um grande lamarquista. Ele publicou as *Origens das Espécies* de maneira deliberada, porém de fácil leitura. Mas a origem da vida ainda é algo muito obscuro e mesmo com toda ciência possível, será difícil alcançar, pois Deus não nos deu toda ferramenta necessária porque Ele é Sutil e a Biologia, com a sua visão evolucionista, nunca será satisfatória.

A técnica, ainda que exista de fato há muito tempo, é natural que os homens de épocas muito remotas tivessem sido forçados a meditar sobre problemas semelhantes. Na verdade, a matemática, a geografia, a teologia, tantas áreas de conhecimento deram seus primeiros passos com nossos ancestrais.

Não existe história do passado pois toda história é do presente porque somos de uma mente herdeira do primeiro homem. E a ética na pesquisa, ainda que lance mão necessariamente dos códigos de normas e dos princípios formais para articular-se é, essencialmente, uma prática por meio da qual o sujeito constitui a sua subjetividade. Podemos dizer que o sujeito se constitui historicamente ao assumir uma prática de vida, porém qualquer estilo de vida implica, necessariamente, uma forma de prática valorativa da existência. Todo sujeito, ao se constituir historicamente, vai realizando práticas, fazendo suas escolhas e opções, significando a sua identidade e a dos que o rodeiam. Essa prática valorativa para uma prática histórica que constitui o modelo pré-histórico da subjetividade pessoal.

Pois a História, através da sincronia ou a diacronia, é capaz de outorgar ou alhear sentido tecnicamente a todos os demais modelos historiográficos ou modelos de saberes especializados, seja no tempo, seja na área de conhecimento, pese a queos aceite a todos como objeto, tal como são, já que assim são. A pesquisa contemporânea sobre a história não se concede o poder de julgar, corrigir ou alterar, mas somente a capacidade de imbricar, magnificar e relacionar em um presente, iluminado por um passado de vinte e cinco séculos no Ocidente.

O algoritmo discursivo cosmovisional é inteligível quando a literatura do momento histórico lhe dota de semântica, graças a sua estrutura semiótica formal, porém, mais além de sua época quando se outorga a história atual. Não alcançará, entretanto, a desvelar a realidade cosmovisiva, pois somente fica aludida cronologicamente como última, já que a história contemporânea em que se agrega, de forma inevitável, somente fica aludida negativamente, como diferente da anterior. Quando? Como? Estas observações indicativas de um estado de opinião, junto à missão que se confia à História, tem levado os autores a formularem essa obra na tarefa de investigar temas da pré-história, ao uso vivo atual da História que, como das ciências humanas seguramente a mais geral entre elas, nunca será por si “abstrata”. Por sua amplitude, a História comporta a pergunta por ela mesma, sobre sua própria natureza, função e meios. Mas sendo obscura no sentido de investigar a pré-história, o que já não é visto, quase como algo etéreo, nem de pura formalidade, a resposta a tal pergunta é histórica, fundada nos fatos que constituem o processo temporal da constituição das etapas históricas ao longo dos séculos.

Nesse livro, os dois autores resumem a reflexão dos conceitos de pragmática e técnica da investigação pré-histórica. Entende-se por pragmática da História aquele uso e aqueles efeitos que são inerentes à globalidade do discurso histórico em sua situação pré-histórica, bem localizada e datada. Por outro lado, a expressão “técnica”, a teorização do uso e os efeitos que pode ter hoje no conhecimento da pragmática das filosofias relacionadas em sua sucessão histórica; importa, portanto, assinalar os limites concretos do livro e a utilidade prática aos objetivos, dada a amplitude que sugerem os conceitos de pragmática e de tecnologia da história humana. Essa limitação vem estabelecida pela especialidade de cada um dos investigadores do grupo e pelo método histórico-arqueológico dos trabalhos.

Cada período histórico, cada “escola” e inclusive, às vezes, um único grande autor

pode requerer a atenção total de um investigador. Mas “o que fazer” da ciência não é obra de uma pessoa nem de um grupo, mas da comunidade científica que busca, completa e potência

As reflexões singulares em um conjunto único. Por outra parte, a exclusão do mero ensaio e a intuição mediante um método rigorosamente histórico, inseridos nos textos e contextos longínquos e o risco de repetição de uma etapa, também são um forte fator de limitação objetiva de trabalho do grupo, mas que os autores têm a prudência de destacar bem as fontes de uso.

Por fim, esse eficiente e coeso livro não pretende diretamente adotar um ponto de vista didático, divulgativo nem tecnológico. Não se quer psicologizar a pré-história, nem obter resultados éticos, no sentido pejorativo de uma normativa de aplicação profissional mecânica, social ou pessoal. Pretendeu-se, a nosso parecer, avançar cientificamente na determinação do sentido final e objetivamente finalístico resultante de uns discursos históricos do passado e do discurso global da História quando tal determinação tem imediatas aplicações no ensino da História, que podem ser divulgados como produtos acadêmicos, e que oferecem a possibilidade de ser aplicadas na análise de situações concretas sociais e profissionais de hoje em dia, no que é evidente e inclusive explicitamente pretendido.

Resta-nos finalmente parabenizar seus autores pela excelente qualidade do livro e todos aqueles que, de alguma forma contribuíram na feitura deste produto.

Prof. Dr. Washington Luiz Martins da Silva
Líder do Grupo de Pesquisa A Polissemia da Ação Humana- UFPE/CNPq.

INTRODUÇÃO

Desde seu surgimento na terra, o homem e seus agrupamentos têm se movimentado com base em suas necessidades vitais e, conseqüentemente, na disponibilidade de recursos necessários para sua sobrevivência nos locais para os quais os aglomerados migravam.

Embora fossem majoritariamente nômades, os homens primitivos (hominídeos) ao descobrirem uma localização propícia, com abundância em caça e matérias-primas, precisavam demarcar e defender seu território contra invasões de tribos de semelhantes, o que contribuiu para a organização destes seres nestes agrupamentos que mais tarde seriam vistos como as primeiras organizações coletivas dos homens no mundo.

Além disso, a constante busca pela sobrevivência através da migração para territórios com disponibilidade de recursos decorreu em mudanças no modo de vida, desde a necessidade de construção de armas e ferramentas rudimentares para caça e proteção até a produção de vestimentas para a proteção dos corpos que, ao passar do tempo, foram se tornando cada vez menos cobertos por pelos.

Assim, para cada conseqüente mudança de comportamento, com o correspondente uso e domínio eficiente de novas matérias-primas, aqueles que o faziam com mais eficiência se sobressaem frente aos outros, sobretudo porque inicialmente isto tinha como objetivo principal a produção de armas e artefatos e proteção e caça e somente depois passaram a assumir fins domésticos (NAVARRO,2006).

Logo, ao longo do tempo, prepondera aquele que é detentor do conhecimento e que possui habilidade com o manejo de matérias essenciais à sobrevivência na terra, desde os alimentos aos materiais necessários à luta pela manutenção da vida. Portanto, quanto mais avançada a civilização, mais bem planejados passaram a ser os usos dados aos materiais à sua disposição, bem como a elaboração de equipamentos e artefatos, que se tornaram mais bem elaborados e eficientes.

Analisar o processo histórico de formação ou estruturação da sociedade passa pelo conhecimento acerca do comportamento e características dos homens primitivos, que viveram nos períodos mais remotos dos quais temos conhecimento até então, ou seja, passa pelo questionamento do pensamento dominante da historiografia, que dá ênfase a

formação dos povos originários, primeiros núcleos de povoamento, ao processo de conquista de território, bem como a ideia de descobrimento e colonização (DIAS, 2006).

Entretanto, para compreender melhor este processo e a disseminação das civilizações na humanidade se faz necessário primeiramente tomar conhecimento de conceitos fundamentais e que são imprescindíveis para o entendimento no estudo da história. Assim, conhecer conceitos que explicam e delimitam os aspectos básicos do estudo da história humana permite uma discussão com maior propriedade acerca do que será abordado à frente.

Diante disto, busca-se nesta obra trazer ao conhecimento estes conceitos, considerados fundamentais para o prosseguimento do entendimento da historiografia humana, passando pelos conceitos de história, pré-história, bem como da arqueologia, paleontologia, geologia e suas respectivas contribuições para a Pré-História.

Discute-se ainda a evolução humana ao descrever os principais hominídeos, neste contexto, também a evolução da escrita, fundamental para a aceleração da evolução posterior a esta descoberta. Além disso, também são descritos os períodos da pré-história, evidenciando como era o modo de vida em cada um destes, desde o Paleolítico até a Idade dos metais e o fim da pré-história.

Também, para melhor compreensão destas características da vida e do cotidiano do homem primitivo, discute-se aspectos peculiares que dizem respeito ao seu dia a dia, religiosidade e sexualidade, além da sua relação com a arte, o que nos faz refletir sobre os homens pré-históricos para além da sua relação somente voltada a necessidade de sobrevivência e subsistência.

Igualmente a fim de contribuir para o aprofundamento do entendimento deste período da história humana, sobretudo em níveis que nos aproximam ainda mais deste passado, também se aborda a pré-história em sua ocorrência no continente americano, no Brasil e, também, na região Nordeste do país, que possui elementos imprescindíveis para a compreensão da construção do modo de vida desta região.

Por fim, reconhecendo que mais do que conhecer, é necessário compreender adequadamente as características próprias do período, discute-se a abordagem da pré-história na sala de aula e, também, no cinema. A representação deste período pelas artes pode, muitas vezes, limitar o seu entendimento acerca dos grandes avanços que decorreram das descobertas realizadas. Infelizmente temos uma percepção que pode e é equivocada sobre os períodos mais remotos da história humana, e principalmente sobre a capacidade cognitiva dos nossos ancestrais. É preciso que compreendamos como era a vida nestes distantes períodos, não só para perceber o modo de vida na pré-história, mas enxergando nos homens e mulheres pré-históricos, muito do que somos hoje. Propomos levar à discussão temas que envolvem a problematização da conceituação da Pré-História, esta que tem sua origem em um profundo eurocentrismo e numa divisão profundamente arbitrária. Posteriormente veremos como esse pensamento do século XIX, foi energicamente criticado pelos historiadores modernos, especialmente pela historiografia francesa, e seus maiores representantes à época, a Escola dos Annales.

Por fim, porém não menos importante, propomos ao final deste livro uma série de questões que convidam o aluno a refletir sobre estes períodos e a evolução do homem desde seu surgimento até a invenção da escrita. O fazemos na esperança que as atividades propostas os ajudem a fixar melhor o conteúdo, mas não só isso, que eles realmente o levem a pensar a pré-história - enquanto disciplina escolar - não como um fim sobre ela mesmo, mas percebendo nela a gênese do que somos hoje.

CAPÍTULO I

ORIGENS E MÉTODOS DA PRÉ-HISTÓRIA

CONCEITO DE HISTÓRIA E PRÉ-HISTÓRIA E SUA PROBLEMATIZAÇÃO

A Pré-História é como conhecemos o período que acompanha a evolução humana a partir do momento que os hominídeos começaram a usar ferramentas de pedra. Encerrou-se com o surgimento da escrita, que aconteceu entre 3.500 a.C., e 3.000 a.C.

Segundo Robert J. Braidwood (1974), A pré-história significa o tempo antes de a História começar a ser escrita. Ou seja, mais de 99% da trajetória humana se encontra na pré-história. Certamente, o homem enquanto ser pensante, caminha pela terra há pelo menos dois milhões de anos, porém só veio a desenvolver a escrita há cerca de cinco mil anos, provavelmente no crescente fértil. Entretanto, essa ideia é bastante criticada por ter dois grandes problemas; a saber, a escrita não surgiu em todos os lugares ao mesmo tempo e, em seguida o etnocentrismo resultante do ato de considerar apenas a escrita como fator cultural determinante para decidir, de forma arbitrária, quem se situa na história ou quem está à margem dela.

A ideia de que as sociedades ágrafas, ou seja, sociedades sem escrita, não possuem história, surgiu alicerçada na Teoria da História conhecida como Positivismo, que teve como maior expoente o francês Auguste Comte (1798–1857). Ao aliar as ideias de progresso e o conceito de ordem, acreditava ele que o caminho imediato para a construção do conhecimento humano passava necessariamente pela historiografia oficial, escrita pelos Estados ou governos. A presença do domínio da escrita era uma necessidade para definir aqueles que se situavam na história, conseqüentemente aqueles que estavam no caminho do progresso, e aqueles cujo a historiografia ignorava.

Antes de adentrarmos ao momento histórico proposto por esse trabalho, é importante problematizar a definição arbitrária do termo Pré-História. Tendo como um único fator cultural determinante o domínio (ou não) da escrita como requisito para situar aqueles povos que compõem a história, e aqueles que estão fora desta. Isto causa-nos um desconforto; devemos então considerar civilizações tão complexas como os incas, ou os nativos brasileiros como comunidades que se encontram à margem da historiografia

oficial?

Tal ideia começou a ser mais firmemente criticada já a partir do século XX, influenciado por teóricos como Marc Bloch², a Escola dos Annales trouxe a possibilidade de uma gama maior de documentação. Essa nova visão da Pré-História possibilitou a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, dando a esses povos sem escrita mais protagonismo e importância. Entretanto, apesar da problemática ainda presente acerca da definição arbitrária, o termo pré-história manteve seu significado original, representando o período transcorrido do surgimento dos primeiros homínídeos até a escrita. Talvez por falta de definição melhor. (SILVA e M.SILVA, 2005).

A Pré-História é, basicamente, dividida entre Paleolítico, Mesolítico (período intermediário) e Neolítico. Nesses períodos, acompanhamos o desenvolvimento dos homínídeos com a elaboração de novas ferramentas, além do surgimento do *homo sapiens sapiens*, há cerca de 300 mil anos.

Do ponto de vista formal, a expressão “pré-história” designa tudo que houve antes da história humana se desenrolar. Na prática, esse termo abarca o período que vai desde o surgimento da vida na Terra, a evolução da espécie humana, indo até o aparecimento da escrita. Dessa forma, percebemos uma curiosa contradição: como o termo pré-história é utilizado para se definir um tempo em que os seres humanos já existiam na Terra.

Para compreender essa contradição, devemos conhecer quem foram os responsáveis pela existência do padrão que convencionou o período pré-histórico. Tal concepção apareceu precisamente junto aos historiadores do século XIX, que acreditavam que o estudo do passado só era possível por meio de documentos escritos. Dessa forma, julgavam que a compreensão do passado pré-histórico não poderia se sustentar em bases verdadeiras.

Atualmente, esse tipo de compreensão acabou perdendo espaço para outras formas de recuperação do passado. Muitos historiadores passaram a ver que as fontes que documentam o passado não se resumem aos documentos escritos. As manifestações artísticas, a oralidade, a cultura material e outros vestígios podem se entregar no entendimento do passado. Com isso, o mundo pré-histórico deixou de ser visto como um tempo “destituído de história”.

Sem dúvida, a compreensão desse tempo da história humana é cercada por desafios de compreensão imensuráveis. A escassez de documentos impulsiona os pesquisadores a se valerem dos mais diversificados campos de conhecimento para tentarem promover a retomada das primeiras ações do homem na Terra. Não se restringindo ao ato interpretativo do historiador, o estudo da Pré-História ainda conta com o apoio de antropólogos, físicos, arqueólogos, biólogos, químicos e paleontólogos.

Dessa forma, não há como negar a riqueza de informações desse ramo de conhecimento que trilha as conquistas do homem sobre a natureza. A construção de utensílios, as primeiras habitações, o desenvolvimento da arte rupestre e o domínio da agricultura são alguns dos outros assuntos que integram essa incrível época. Entre as três divisões do período (Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais), se acumula uma vasta e curiosa gama de informações históricas.

A pré-história compreende o período que vai do aparecimento do homem ao desenvolvimento da escrita. Essa é uma fase da história que envolve milhões de anos. Tal denominação foi adotada no século XIX, época em que se acreditava que só era possível escrever a história de determinada sociedade se a escrita fosse presente em seu cotidiano. Com isso, durante um certo tempo, a ideia que circulava entre os historiadores era a de que a única fonte histórica confiável era o registro escrito. Dessa maneira, a escrita determinou a divisão entre as *sociedades históricas* (que escreviam) e as *pré-históricas* (que não escreviam).

De acordo com esse pensamento, pré-história é aquilo que veio antes da História, ou seja, antes da escrita. Por isso, de acordo com pesquisadores, esse período histórico terminou com a invenção da escrita que ocorreu entre 3.500 a.C. e 3.000 a.C.

A pré-história é uma área do conhecimento que envolve várias disciplinas como a

arqueologia, geologia, biologia e paleontologia. Todas essas áreas desenvolvem suas pesquisas em torno de vestígios que sobreviveram com o passar do tempo: pinturas rupestres, fósseis, utensílios, entre outros materiais.

O Paleolítico corresponde ao período mais extenso da história da humanidade. Seu surgimento se deu por volta de 2,5 milhões de anos até cerca de 10.000 a.C.

Nessa época os homens levavam um modo de vida nômade, pois percorriam longas distâncias em busca de alimentos. Eles eram essencialmente caçadores e coletores. Sua subsistência se baseia na pesca, caça de animais e coleta de frutas, raízes e vegetais.

Desse modo, o homem era parte integrante da natureza pois não a modificava em prol da sua subsistência. Habitavam em cavernas e utilizavam instrumentos de ossos, madeiras, lascas de pedra e marfim. Além de fabricarem instrumentos pontiagudos para a caça.

Foi nesse período que o homem de Neandertal começou a ter controle do fogo. Deduz-se que os primeiros humanos a controlarem o fogo foram os habitantes do continente africano, há cerca de 500 mil anos. Além disso, eles desenvolveram instrumentos superiores como o arco, a flecha e anzóis.

LIMITAÇÕES DA PRÉ HISTÓRIA

"O conceito de Pré-História determina questões anteriores ao surgimento do homem na Terra. A ideia de Pré-História fundou-se em uma perspectiva onde alguns historiadores pensavam ser impossível estudar o passado de sociedades que não dominavam a escrita. Dessa maneira, tais estudos pré-históricos compreendiam esse recorte de espaço-temporal como o momento em que as sociedades deveriam desenvolver-se até alcançarem formas específicas de organização.

Dois grandes eventos que estabeleciam o fim da Pré-história, na visão desses historiadores, eram o desenvolvimento da escrita e a dominação das técnicas agrícolas. Fora disso, qualquer sociedade que ainda conservasse hábitos como o nomadismo ou utilização de outras formas de expressões estariam ainda "presos aos tempos pré-históricos". De fato, esse tipo de concepção abandona um rico universo de costumes e hábitos que podem oferecer um olhar mais compreensivo a tal época.

O desenvolvimento de certos tipos de relação do homem com a natureza – durante

a Pré-História – se difere em muitas das formas por nós concebidas hoje. A submissão a certas imposições do meio natural e o uso diverso dos recursos oferecidos pelo meio estabeleciam uma relação muito mais integrada do homem com a natureza. Certas sociedades humanas, ao enxergarem o domínio da natureza como um sinal de melhora de suas condições de vida, acabam subjugando o planeta e outras sociedades aos seus próprios interesses.

A partir de então, algumas civilizações adotaram a dominação e a exploração da natureza como os pilares daquilo que o historiador Alfredo Bosi chama de “religião do progresso”. Nos séculos XV e XIX, a dominação das nações européias sobre os povos americanos e afro-asiáticos – motivadora do olhar preconceituoso em relação aos negros, índios e orientais – se justifica na substituição do “atraso” pelo “progresso”. Dessa maneira, vemos que o que está em jogo é muito mais que o simples alcance de formas mais práticas e confortáveis de vida.

Os atuais problemas ambientais envolvendo a elevação das temperaturas do planeta e o dilema sobre a futura escassez de água potável são alguns pontos em que observamos as falhas de boa parte dos costumes das civilizações contemporâneas. Hoje, não podemos querer viver de forma pré-histórica ou abolir radicalmente os costumes da nossa sociedade. O grande desafio é repensar nossa vindoura relação com o planeta e assim, talvez, traçarmos outro olhar sobre o tal “atraso” dos povos pré-históricos."

DIVISÃO DO TRABALHO NA PRÉ-HISTÓRIA

A divisão do trabalho na Pré-História foi acontecendo conforme o estilo de vida dos agrupamentos humanos foi ficando mais sofisticado. Sendo assim, os homens foram responsáveis pela caça de animais, enquanto que as mulheres foram tornando-se responsáveis pela coleta de alimentos para alimentarem-se e alimentarem seus filhos. À medida que a agricultura foi desenvolvida, essa atividade também passou a ser responsabilidade, em geral, das mulheres.

A professora e socióloga alemã Maria Mies sugere que a sobrevivência dos agrupamentos humanos, durante parte da Pré-História, foi possível, sobretudo, a partir do papel desempenhado pelas mulheres, uma vez que grande parte do alimento consumido era oriundo da coleta e da agricultura, e uma parte diminuta era resultado da caça, função masculina.

CAPÍTULO II

CONCEITO DE ARQUEOLOGIA, PALEONTOLOGIA, GEOLOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÉ-HISTÓRIA

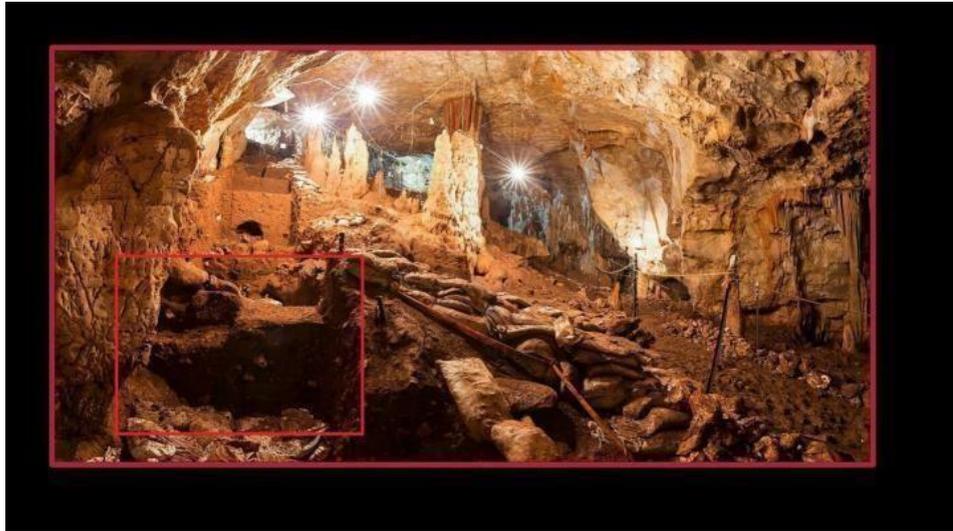
O enigma da origem dos aurignacianos que viveram no Levante, a região que compreende (Síria, Líbano, Jordânia, Chipre, Israel e territórios palestinos) parece ter chegado ao fim. Pesquisadores da Universidade de Tel Aviv (TAU), da Autoridade de Antiguidades de Israel e da Universidade Ben-Gurion descobriram que esses misteriosos e culturalmente sofisticados humanos migraram da Europa para a região cerca de 40 mil anos atrás, o que abre espaço para entender melhor uma era significativa na história da região. Um artigo sobre as descobertas foi publicado na revista *“Journal of Human Evolution”* em outubro.

Surgida na Europa há 43 mil anos, a cultura aurignaciana se notabilizou por ter produzido ferramentas de ossos, artefatos, jóias, instrumentos musicais e pinturas rupestres. Durante anos, acreditou-se que a chegada do homem moderno à Europa levou ao rápido declínio dos neandertais, seja por meio de confrontos violentos ou pelo controle conflituoso de fontes de alimentos. Mas estudos genéticos recentes mostraram que os neandertais não desapareceram. Em vez disso, eles assimilaram as populações modernas de imigrantes humanos. O novo estudo adiciona mais evidências para reforçar essa teoria.

Por meio de avançadas pesquisas odontológicas em seis dentes humanos descobertos na Caverna Manot, na Galileia Ocidental, Rachel Sarig, da Faculdade de Medicina Dentária da TAU e da Faculdade de Medicina Sackler, Omry Barzilai, da Autoridade de Antiguidades de Israel, e colegas da Áustria e dos Estados Unidos demonstraram que os aurignacianos chegaram à moderna Israel vindos da Europa há cerca de 40 mil anos – e que esse grupo era composto por neandertais e *Homo sapiens*.

“Ao contrário dos ossos, os dentes são bem preservados porque são feitos de esmalte, a substância no corpo humano mais resistente aos efeitos do tempo”, disse Rachel Sarig. “A estrutura, a forma e a topografia ou a superfície dos dentes

forneceram informações genéticas importantes. Conseguimos usar a forma externa e interna dos dentes encontrados na caverna para associá-los a grupos típicos de hominídeos (subdivisão dos hominídeos): neandertal e *Homo sapiens*.”



Vista da Caverna Manot e close da área onde alguns dos dentes foram encontrados. Crédito: Israel Hershkovitz/Amigos Americanos da TAU

A IMPORTÂNCIA DA TRADIÇÃO ORAL

É importante ressaltar que para os povos antigos, a poesia e a tradição oral era algo sacro, a narrativa do mito era uma forma de se reconectar com seus antepassados e com a centelha divina. A memorização, portanto, era mais do que um esforço para manter viva a história, mas um caminho para se chegar ao divino.

Numa sociedade ágrafa, ou seja, uma sociedade que desconhecia a escrita como ferramenta de perpetuação de sua tradição, destaca-se a enorme importância e influência que os poetas e os *aedos* tiveram na formação moral dos povos na antiguidade. Poetas como Homero e Hesíodo moldaram a educação grega durante séculos, cantando as proezas dos heróis Aquiles, Odisseu e Telêmaco, deram um exemplo de estatura moral que os antigos helenos deveriam almejar.

Sobre a importância dos *aedos* para os antigos helenos, Colombani escreve:

Ser *aedo* na Grécia Antiga era ter o papel de compor e cantar, acompanhado de seu instrumento de corda, a *phórmix*, poemas de caráter épico. A própria etimologia da palavra nos demonstra o ofício iminente do *aedo*: esse nome vem de *aidós*, que significa cantor (COLOMBANI, 2005, p.6).

O mesmo acontecia no Próximo Oriente e no subcontinente indiano, onde poemas sagrados como o Ramayana, um épico sânscrito dividido em 24 mil versos, e o Mahabharata, também escrito em sânscrito e composto por 90 mil versos, guiavaos antigos hindus védicos em seu mundo manifestado. Estes últimos tinham por tradição o dever de memorizar toda a narrativa. O mesmo aconteceu com outros povos em diferentes momentos e locais; no Egito, Pérsia, Escandinávia e nas Américas.

O que todas essas tradições têm em comum? Estes poemas são elaborados em versos e possuem uma métrica que facilita a memorização daqueles que a escutam. Isto é, os poemas eram elaborados pensando naqueles que não dominavam a escrita. O poema, portanto, devia ser cantado. Platão já nos explicava que temos maior facilidade em lembrar daquilo que nos parece belo. (2016).

Sendo assim, como surge a necessidade da escrita como instrumento de perpetuação de uma tradição? Ela surge como necessidade na medida em que os povos antigos não podiam mais confiar na sua memória. Isto é, começavam a aparecer distorções e revisões sobre o mito. Essa dificuldade na preservação da tradição oral, se dava, em grande medida, pelos encontros entre diferentes e diversos povos. Compartilhando tradições e narrativas, os grupos estavam constantemente se influenciando de maneira mútua. Logo, como tentativa de preservar o que restou da tradição – quando algo começa a ser escrito é sinal de que muito da oralidade se perdeu – os povos antigos utilizaram-se da escrita.

Podemos usar como exemplo a tradição hebraica do povo judeu, que após exilados na babilônia pelo rei Nabucodonosor II, se depararam com um povo e cultura completamente diferente do seu. A palavra hebraica para Babilônia é *bavel*, que na língua acádia originalmente significava “portão dos deuses”, mas que no hebraico daria origem a um verbo que em sua raiz significa “confusão”.

E nesta aparente confusão, o povo hebreu percebeu que se não escrevesse a sua história – que até então era passada de forma exclusivamente oral – acabaria por perder muito de sua história. Portanto, o escriba judeu Esdras se prontificou a redigir os primeiros rolos da bíblia sagrada, afim de preservar a sua história em meio a “diferente”.

Portanto, para os povos antigos a tradição oral era uma manifestação do sagrado na vida profana. E mesmo após a consolidação da escrita como ferramenta de perpetuação da história, a poesia continuou a ser tratada como algo sacro. O poeta romano Públio Virgílio Maro (70 a.C. – 19 a.C.) na tentativa de dar ao povo romano uma origem nobre e guerreira, escreve o poema intitulado Eneida, e o faz seguindo uma estrutura de epopeia heroica. Seguindo uma métrica específica (hexâmetro dactílico) o poema tem por finalidade a memorização. Logo, é de suma importância que compreendamos a escrita como apenas mais um instrumento de cultura, e não como um divisor que, arbitrariamente, decide quem está na história e quem está à margem dela.

EVOLUÇÃO DA ESCRITA

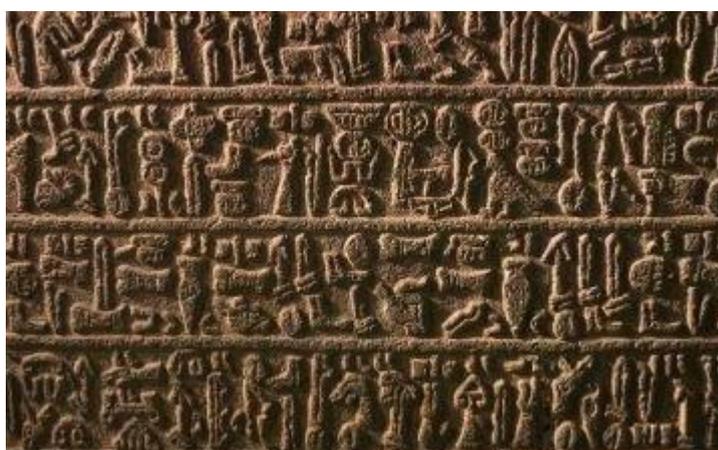
Dada a sua importância, a escrita marca, tradicionalmente, o encerramento da Pré-História e o início da História, ainda que essa definição se encontre constantemente criticada pelos historiadores e estudiosos modernos.

Houve diversas formas de escritas, as quais evoluindo, deram origem à escrita como a conhecemos atualmente. Vejamos sua evolução.

PICTOGRAMAS

Essas transcrições foram evidenciadas nos sinais deixados nas paredes das cavernas, mas elas não podem ser consideradas a escrita propriamente dita, visto não seguirem uma forma padronizada de representação.

As pinturas rupestres eram desenhos simbólicos, os quais objetivavam representar coisas, quer sejam animais, objetos ou pessoas. Por não haver organização, cada pessoa sinalizava o que pretendia expressar de uma forma diferente, aleatória. Especialmente por esse motivo, essa tentativa de comunicar dos primórdios não era muitas vezes compreensível por todos, de modo que, com o passar do tempo, esses sinais deixavam de atender as necessidades de comunicação.



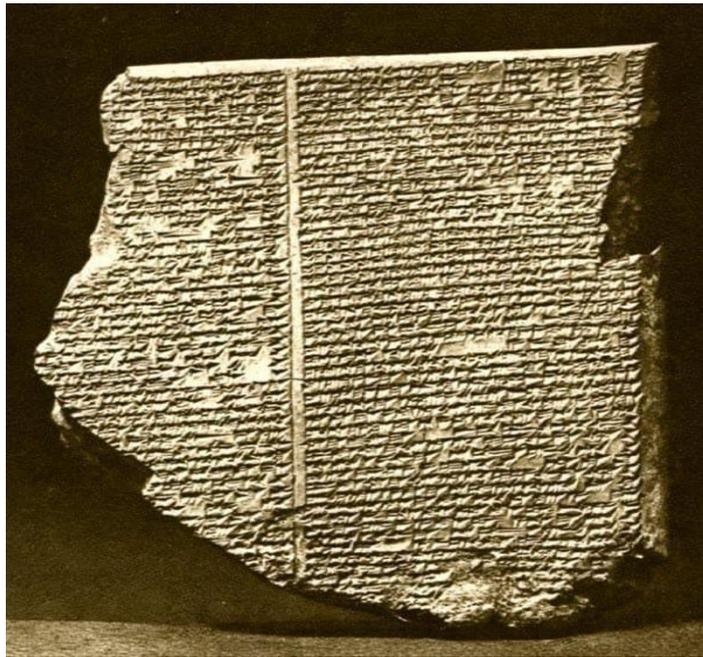
Exemplo de uma narrativa em pictogramas. Disponível em <http://historianatiga.com>

ESCRITA CUNEIFORME

Era essencial que a informação fosse compreendida. Assim, por volta de 3000 a.C. surge a primeira forma de escrever - a escrita cuneiforme - a qual tem origem na antiga Mesopotâmia com os sumérios

A escrita cuneiforme é uma forma de escrita pictográfica (representação por desenhos), que caracteriza o tipo de escrita feita com objetos em formato de cunha, por isso ser assim chamada. Era representada por cerca de 2000 símbolos, escritos da direita para a esquerda.

Durante três mil anos a escrita cuneiforme foi utilizada por cerca de quinze diferentes línguas, incluindo o sumério, o sírio e o persa e enquanto ela se expandiu pelo Oriente Médio, outras formas de escrita eram desenvolvidas no Egito e na China.



Fotografia do clássico sumério: Epopeia de Gilgamesh, na escrita cuneiforme.
Fonte: <https://www.historiaantiga.com/epico-de-gilgamesh/>

ESCRITA HIEROGLÍFICA

Com base na escrita cuneiforme são elaborados os hieróglifos. Não se sabe, todavia, onde e quando exatamente a escrita egípcia teria começado.

Na escrita hieroglífica alguns sinais assumiram uma representação fonográfica, às vezes de uma letra, outras vezes de palavras inteiras. Trata-se de uma escrita complexa e era utilizada em representações religiosas.

Além dessa, os egípcios desenvolveram sucessivamente outras formas de escrita, a **Hierática** - utilizada especialmente em textos literários, administrativos e jurídicos, bem como a **Demótica** - semelhante à hierática, porém mais simples, utilizada também em documentos jurídicos.



Exemplo de escrita hieroglífica egípcia. Fonte: <https://www.descobriregipto.com/quem-escreveu-os-hieroglifos/>

UMA GÊNESE DO ALFABETO

Sendo assim, o alfabeto como conhecemos hoje vai se desenvolvendo a partir desses primeiros pictogramas. Figuras que outrora representavam animais ou objetos acabam passando por uma série de transformações, no qual cada vez mais tomam uma forma abstrata. E é justamente essa capacidade humana de criar símbolos que irá proporcionar a invenção do alfabeto com suas 22 primeiras letras.

BIBLOS

Esta importante cidade-estado fundada pelos fenícios na costa do atual Líbano, foi uma das mais importantes cidades portuárias do mundo antigo. Localizada em uma região estratégica e preferencial, Biblos servia como entreposto para os comerciantes que transitavam entre a Europa e Ásia, seus portos naturais recebiam uma grande quantidade de pessoas e mercadorias. Este era um lugar ideal para se desenvolver alguma forma de escrita que fosse mais fácil e prático do que os hieróglifos egípcios e a escrita cuneiforme.



Antigo mapa da fenícia onde se localizava a importante cidade portuária de Biblos. Disponível em

<https://i.redd.it/5xo4v0iggil6l.jpg>

Ao contrário dessas duas outras formas de escrita que possuíam centenas quando não milhares de símbolos e significados, significando ora um ideograma, ora significando um símbolo determinativo. Em Biblos, ao que se parece, surgiu uma forma escrita com 22 símbolos, no qual cada um possuía um equivalente fonético.



Fonte: <https://oficinasdealfabetizacao.blogspot.com/2017/10/parte-2-argumentos-da-historia-do.html?m=1>.

A primeira letra do alfabeto latino, isto é, a letra 'A', tem sua gênese em um pictograma que representa um boi, um animal que era caçado e muitas vezes representado pelos homens pré-históricos. A abstração gradual desse pictograma possibilitou, por volta do ano 1500 a.C., o símbolo fenício correspondente à primeira letra do alfabeto cananeu, a letra Alef, portanto, assume um papel fundamental na comunicação escrita dos antigos cananeus. Significando ao mesmo tempo, o numeral 1 (haja vista que os números indo-

arábicos seriam criados muito tempo depois) e também, curiosamente, ainda significava a palavra boi, uma herança clara de sua origem pictogramática. O *alef* fenício não possuía som específico, podendo assumir a forma de qualquer vogal.

O *Alef* faz parte de um enorme presente que os antigos fenícios nos outorgaram, isto é, o alfabeto com 22 letras ou símbolos. Que serviria de base para o alfabeto grego, latino, hebraico, árabe, acádio, aramaico e outros. Os fenícios como um povo marítimo, fundaram colônias por toda a costa do mar mediterrâneo; cidades-estados como Biblos, Sidon, Tiro, Cartago, Cádiz, e a famosa Troia, e essa intensa rede de comércio foi essencial na propagação do alfabeto fenício, ajudando mercadores de várias origens diferentes a se entenderem e fazerem negócios, graças a um sistema unificado, nunca antes visto.



Alfabeto fenício com suas 22 letras dispostas da direita para a esquerda.

ESFINGE DE HATHOR



Estatueta da deusa hathor, em seu ombro direito se identificam hieróglifos. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA41748

Essa pequena estatueta encontrada no Egito em 1905, mostrou-se ser um dos mais importantes achados da arqueologia. No ombro direito da esfinge estava escrito em hieróglifos “para a deusa hathor a senhora da turquesa”, no ombro esquerdo se encontrou o equivalente em uma língua muito similar às línguas cananeias.



A mesma estatueta vista de um outro ângulo, no lado esquerdo se percebe um alfabeto cananeu. Sua decifração ficou a cargo do Sir Alan H. Gardiner. Fonte: https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA41748

HEBRAICO

No Oriente Próximo, desenvolveu-se também as línguas que classificamos como semíticas, como o hebraico. Este surgiu por volta de 1500 a.C., na região de Canaã, tem sua origem também no alfabeto fenício. Guardando aspectos comuns como a manutenção de 22 letras originais, e seus respectivos significados, mantendo a letra alef como a primeira do alfabeto, representando o numeral 1 e também significando a palavra “boi”. O hebraico moderno preserva a estrutura original, contando apenas com consoantes, tendo os sinais massoréticos, isto é, símbolos representando vogais para facilitar a leitura, adicionadas muito a posteriori. A bíblia hebraica como a conhecemos hoje, foi escrita provavelmente entre os anos 597 a.C., e 538 a.C., na altura que os judeus estavam cativos na cidade-estado da Babilônia. O texto sagrado segue a lógica fenícia, utilizando-se das 22 consoantes para registrar a história do povo de Israel.

Escavações modernas acabaram por descobrir em 1948, entre as cavernas do deserto israelense, próximo ao mar morto, trechos desse texto bíblico, os agora chamados de Manuscritos do Mar Morto. Escrito provavelmente por uma tribo isolada de judeus, que após romperem com o sacerdócio de Jerusalém, passaram a viver no meio do deserto. Os trechos encontrados correspondem ao Antigo Testamento, e interpretações do texto.

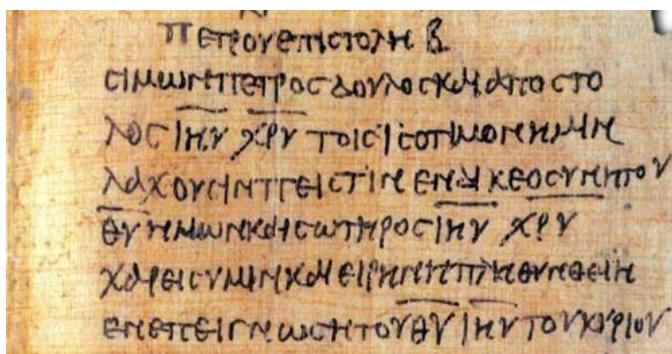


Fotografia dos Manuscritos do Mar Morto contendo a narração bíblica em hebraico.

Fonte: <https://cafetorah.com/os-manuscritos-do-mar-morto/>.

GREGO

Graças ao intenso comércio envolvendo os povos da Ásia Menor e do mar Mediterrâneo, o alfabeto chegou então à Grécia continental, onde rapidamente foi incorporada ao corpo burocrático dos antigos helenos. Os mitos gregos deixavam claro que o seu alfabeto provinha então da Ásia, contava-se a tradição que um herói fenício chamado Cadmos trouxera o alfabeto cananeu com suas 22 letras as ilhas gregas. E lá então, foi desenvolvida algo revolucionário, as vogais como a conhecemos hoje. Facilitando enormemente a aprendizagem e preservação da pronúncia. No alfabeto fenício, assim como nas demais línguas semíticas (hebraico, árabe, aramaico, acádio) para uma correta pronúncia era necessário conhecer a palavra e sua raiz. E é por este motivo que os atuais judeus não sabem como pronunciar o nome sagrado de Deus, por se tratar de 4 consoantes.

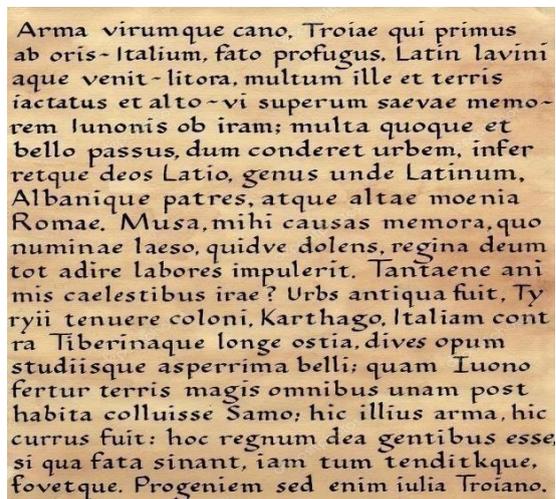


Trecho da bíblia cristã escrita em grego. Disponível em: <https://gruonazareth.org/la-historia-de-la-biblia/>

LATIM

O Império Romano em seu auge abrangeu territórios em três continentes: Europa, África e Ásia, espalhando seus costumes e crenças por todo o mundo conhecido, foi uma super potência que superou até o vasto império helênico consolidado por Alexandre Magno por volta de 330 a.C. Porém, Roma antes de ser influenciador, foi influenciado em grande medida pelos gregos e pelos povos cananitas. O alfabeto latino pode traçar suas origens também ao alfabeto fenício, que somado às contribuições gregas das vogais, constituiu uma das línguas mais importantes da história, que séculos depois do seu progressivo desaparecimento, ainda sobrevive em suas formas vulgarizadas, como é o caso das 5 maiores línguas românicas: italiano, romeno, francês, espanhol e português.

Em latim foram escritos inúmeros poemas e epopéias heroicas como as bucólicas e a Eneida, ambos de autoria do maior poeta romano de todos os tempos, Públio Virgílio Maro, que influenciaram autores posteriores como o português Luís de Camões, maior expoente da língua lusofônica e autor da mais importante obra em língua portuguesa jamais escrita, Os Lusíadas.



Arma virumque cano, Troiae qui primus
ab oris - Italium, fato profugus, Latin lavini
aque venit - litora, multum ille et terris
iactatus et alto - vi superum saevae memo-
rem Iunonis ob iram; multa quoque et
bello passus, dum conderet urbem, infer-
retque deos Latio, genus unde Latinum,
Albanique patres, atque altae moenia
Romae. Musa, mihi causas memora, quo
numinae laeso, quidve dolens, regina deum
tot adire labores impulerit. Tantaene ani-
mis caelestibus irae? Urbs antiqua fuit, Ty-
ryii tenuere coloni, Karthago, Italiam cont-
ra Tiberinaque longe ostia, dives opum
studiisque asperrima belli; quam Iuno
fertur terris magis omnibus unam post
habita colluisse Samo; hic illius arma, hic
currus fuit: hoc regnum dea gentibus esse
si qua fata sinant, iam tum tenditque,
fovetque. Progeniem sed enim Iulia Troiano.

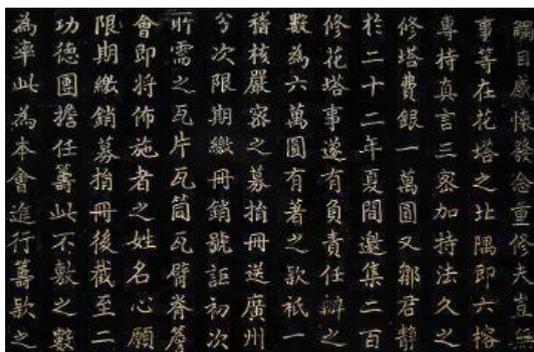
Trecho do canto I da Eneida, epopéia escrita em latim pelo poeta Públio Virgílio Maro. Disponível em:
<https://www.greelane.com/pt/humanidades/hist%3%b3ria--cultura/memorize-vergil-or-virgil-119471/>

ESCRITA CHINESA

A forma mais antiga de escrita na China remonta a 1200 a.C., e, embora tenha sofrido alterações, ela resiste até os nossos dias.

A escrita chinesa é composta por cerca de 40 ou 50 mil caracteres, mas nem todos são necessariamente utilizados. Tais caracteres podem representar um som, uma palavra inteira ou mesmo um conceito.

A escrita chinesa é uma arte e para tanto requer habilidade e equilíbrio.

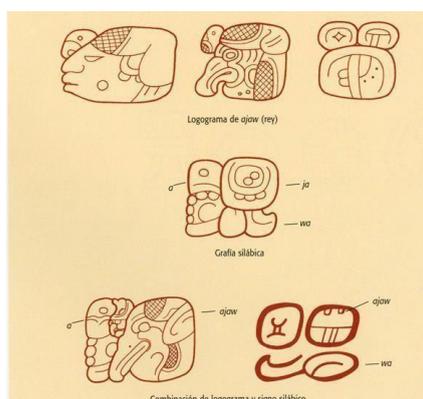


Exemplo de escrita chinesa antiga. Fonte: <https://www.istockphoto.com/br/foto/escrita-chinesa-na-coreia-gm90645805-761774>

GLIFOS DA AMÉRICA

Na América Central foram encontrados registros de escrita deixados pela civilização maia, os quais se referiam especialmente a registros de dados históricos, tais como guerras e casamentos.

Ilustração de glifos maias.



Fonte: <https://ancientamerindia.files.wordpress.com/2015/08/1-maias.jpg>

A EVOLUÇÃO DO ALFABETO SEGUNDO TEÓRICOS

A representação fonética foi desenvolvida pelos fenícios. A análise promovida por esse povo deu origem a 22 sinais, aos quais foram acrescentadas as vogais pelos gregos, ao mesmo tempo que foram abandonadas as letras cujos sons não existiam nessa cultura, passando, assim, a ser representada por 24 sinais.

Ao discutir questões como rotas de migração, número de migrações e cronologia, (Anderson; Gillam, 2000; Dixon, 2001; Lanata et al., 2008; Goebel et al., 2008; Madsen, 2015; Tamm et al., 2007; Graf, 2014; Goebel, 2008; Neves, W.; Hubbe, 2005), estamos nos perguntando de onde, quando e como vieram para as Américas as primeiras populações de humanos anatomicamente modernos. Assim, discutir o número de migrações, o tamanho dos grupos humanos que começaram a se estabelecer neste continente, as dinâmicas de dispersão, diversificação e interação cultural é também, de certa forma, discutir quando começa a história desse continente no que diz respeito à presença humana, não como campo de conhecimento científico, mas como transformações decorrentes do processo de interação entre pessoas e grupos que atuam conscientemente ou não no sentido de manter e transformar os contextos sociais vigentes.

A História, em termos de atividades, significados, relações sociais entre pessoas, grupos de pessoas e lugares, remonta, nas Américas, a esse período de entrada inicial no continente. Embora esta perspectiva seja ainda tímida aqui, há críticas e propostas que vêm sendo construídas na Austrália, na África e na Índia, que podem servir como referências importantes para encaminhar a discussão relativa à crítica ao uso do conceito de ‘pré-história’ para se referir a este período anterior ao processo de colonização, iniciado a partir dos séculos XV-XVI (Ogundiran, 2013; McGrath; Jebb, 2015; Trautmann, 2011).

Se entendemos a discussão nesses termos, podemos inseri-la ou colocá-la para dialogar com outras histórias sobre origens, lugares, tempos, seres, envolvidos no surgimento dos humanos no mundo, as quais têm sido contadas à sociedade ocidental desde os primeiros encontros do século XVI (Albert; Ramos, 2002; Barreto; Machado, 2001; Cunha, 1992; Fausto; Heckenberger, 2007; Grupioni, 1994; Krenak, 1992; Kopenawa; Albert, 2010).

Com os referenciais teóricos e os compromissos políticos de sua época, desde os primeiros viajantes que chegaram às Américas e adentraram o continente, construíram-se narrativas sobre o presente e o passado dos povos ameríndios (Barreto; Machado, 2001; Ferreira, 2010; Noelli; Ferreira, 2007). Ainda nos séculos XVI e XVII, essas narrativas estão permeadas por uma mistura de estranhamento e fascínio, direcionados pela imposição da dominação. Uma marca dessas narrativas é a utilização recorrente de aspectos da mitologia clássica para caracterização e descrição de aspectos das sociedades ameríndias, em uma narrativa que envolve a desconstrução de suas singularidades, através da atribuição de um presente que pode ter sido construído por meio do compartilhamento de aspectos que caracterizam também o passado da própria sociedade europeia (Belluzzo, 1994; Bettencourt, 1994). As sociedades do Velho e do Novo Mundo se 'reconectam' pela construção de um suposto passado comum, o qual envolve o compartilhamento de certos aspectos dessas sociedades (Barreto; Machado, 2001; Fausto, 2000; Ferreira, 2010). Nesse contexto, uma das primeiras hipóteses apresentadas com relação à origem e à possível rota de conexão entre Velho e Novo Mundo chama a atenção já para a probabilidade de uma ligação terrestre, nas longínquas terras ao norte, conforme proposta pelo padre Acosta, em 1590 (Hrdlicka, 1935).

Podemos dizer, no entanto, que é a partir da segunda metade do século XVIII que formulações mais sistemáticas sobre as origens dos povos ameríndios passam a ser elaboradas. Nesse âmbito, merece menção a proposta do naturalista alemão Alexander von Humboldt, que propõe uma unidade racial para a origem dos povos ameríndios, descendentes de uma raça oriunda da Ásia, que teria proliferado ao longo do tempo, passando por várias mudanças (Barreto; Machado, 2001; Barreto, 1999- 2000).

Após 1822, a discussão sobre origens dos povos ameríndios recebe outras conotações, na primeira metade do século XIX, e adquire um novo papel, diretamente atrelado à identidade para a nação em construção

(Ferreira, 1999; Noelli, 2005; Schwarcz, 1993; Sequeira, 2005). No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), discursos oficiais sobre essas origens são construídos por historiadores através da articulação de dados oriundos da Filologia, da Etnografia, da Arqueologia e da História. Dois personagens assumem papel de destaque nesse momento – Varnhagen e von Martius. Apesar de haver variações no posicionamento político e também em aspectos metodológicos entre os dois, ambos são uníssonos em

apontar uma origem externa para esses povos. Seja em outros lugares das Américas, mais precisamente nas terras altas, como no caso de von Martius, seja além-mar, com hebreus, fenícios e gregos, como no caso de Varnhagen, a origem dos povos ameríndios remete não só a locais exógenos, como também a um passado já perdido em tempos imemoriais. As sociedades por eles estudadas no presente não passariam de ‘ruínas de povos’, resultado de um processo de degeneração, decorrente de miscigenações e influências ambientais promovidas durante uma incessante migração desde a dispersão que tiveram dos locais de origem (Ferreira, 1999; Noelli; Ferreira, 2007).

Esse discurso, construído oficialmente pelo IHGB, pode ser entendido também como a primeira formulação mais direta e oficial no sentido de criar uma total dissociação entre passado e presente (Ferreira, 2005; Sequeira, 2005; Lima, 2007). Nesse caso, fomentado pela ideia de progresso e pelos ideais universais de sociedade e humanidade construídos pelo Iluminismo, teremos, ainda no século XIX, uma mudança significativa no que se refere à forma de produção do conhecimento, que passa a ser chancelado deste momento em diante pela ciência (Schwarcz, 1993). Com as obras de Charles Lyell e Charles Darwin, por exemplo, tanto o tempo como o processo de formação da terra e dos seres vivos que nela habitam passam a ser pensados sob uma dimensão completamente distinta do que se convencionou até então. Mas, mais do que isso, passa a ser possível estudar esse processo, observar, mensurar, classificar elementos que poderiam sustentar e comprovar essas novas narrativas (Trigger, 1989; Bicho, 2006; Rowley-Conley, 2006). Nesse mesmo quadro, inserem-se os achados de Peter Lund na região de Lagoa Santa, no Brasil, e de Boucher de Perthes no vale do rio Somme, na França, trazendo para o centro do debate a origem da humanidade. Nesse ímpeto de classificar, ordenar, descrever e, principalmente, propor uma ordenação cronológica para a evolução cultural da humanidade, surge o conceito de ‘pré-história’ (Trigger, 1989; Neves, W.; Piló, 2008; Groenen, 1994; Rowley-Conley, 2006; Kehoe, 1991; Chippindale, 1988; Stoczkowski, 1993).

Muito já se discutiu sobre a relação entre a constituição dos campos de conhecimento científico no século XIX e a criação dos Estados nacionais, principalmente no que se refere ao caso da História, da Arqueologia e, conseqüentemente, do conceito de ‘pré-história’ (Funari et al., 2005; Ferreira, 2010; Trigger, 1989; Lima, 2007). Aqui, contudo, vale a pena chamar a atenção que muito mais do que o estabelecimento de

relações assimétricas em nível local ou regional, abrangidos pela geografia dos Estados nacionais, a consolidação dos conceitos de ‘história e pré-história’ e as narrativas vinculadas a estes conceitos estabelecem uma geografia política em âmbito global (Smail; Shryock, 2013; McGrath, 2015), a qual, por sua vez, está diretamente atrelada a um processo de expropriação e formação de mão de obra, colocada em operação pela expansão do sistema capitalista, causando, até os dias de hoje, implicações profundas para as sociedades autóctones de todos os países nos quais este processo foi colocado em ação (Quijano, 2005).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, ganha espaço a discussão sobre a existência de um ou mais centros de origem da humanidade, representada por propostas poli ou monogenistas, embasadas em análises de aspectos físicos de indivíduos e populações, classificadas em termos raciais (Schwarcz, 1993). É no âmbito deste debate que surgem as propostas em território brasileiro sobre o ‘homem do sambaqui’, o ‘homem de Pacoval’ e o ‘homem de Lagoa Santa’ (Barreto, 1999- 2000; Souza, 1991). É também nesse contexto que surge o argumento de Florentino Ameghino, paleontólogo argentino que propunha a América, mais precisamente a Argentina, como o centro de origem da humanidade, uma vez que fósseis de sepultamentos humanos teriam sido encontrados em depósitos terciários nos Pampas e na Patagônia (Podgorny, 2015).

Embora ao longo do século XX as teorias poligenistas tenham perdido força, não é de todo raro encontrarmos, ainda hoje, defensores desta proposta, que, contudo, baseiam-se em outros dados, argumentos e teorias significativamente distintas das apresentadas no final do século XIX. Assim, embora não de todo hegemônica, prevalece hoje a hipótese de uma origem única para a humanidade no continente africano (Neves, W. et al., 2015). Com essa perspectiva, a discussão sobre a origem dos povos ameríndios toma um novo rumo, ocupando o centro do debate a seguinte questão: uma vez que toda a humanidade surgiu em algum momento na África, como explicar a presença de povos nas Américas antes da chegada dos Europeus? (Gamble, 1993, 2013).

Essa discussão ganha novos dados e estímulos através de estudos oriundos de outras áreas do conhecimento, também fomentados no bojo das mudanças conceituais que marcam o século XIX. Uma delas certamente envolve os estudos desenvolvidos por Louis Agassiz a respeito das geleiras no Hemisfério Norte, por sua vez relacionada à discussão sobre as glaciações e seus impactos no clima e na história geológica da Terra,

com principal atenção para o Hemisfério Norte (Adovasio; Page, 2002). A partir daí, estabelece-se oficialmente a rota preferencial por meio da qual a grande maioria das narrativas sobre origem dos povos ameríndios vai procurar interligar África, Ásia e América – o estreito de Behring (Adovasio; Page, 2002).

Apesar de, ao longo do século XX, encontramos pesquisadores que apontam para a possibilidade de outras rotas, como Paul Rivet, que propõe a ocorrência de migrações transpacíficas, a grande maioria das propostas envolve, necessariamente, uma rota via estreito de Behring e, portanto, um caminho com direção definida de Norte para Sul (Hrdlicka, 1935; Rivet, 1960; Sanabria, 2013; Souza, 1991).

Esse caminho abre espaço para uma sucessão de narrativas que, ao longo do século XX, se sofisticaram, incluindo novos dados, utilizando novas metodologias e detalhando esse processo. Essas propostas aparecem já nos trabalhos de Hrdlicka (1935) no início do século XX, ganham outras formulações com os achados de Wild Horse e Black Water Draw no Novo México (Mason, 1962), com a publicação de uma síntese das primeiras datações radiocarbônicas para os sítios Clovis (Haynes Junior, 1964), e ganham sentido na teoria da sobre-matança da megafauna (overkill hypothesis), apresentada por Martin (1973). Elas são, ainda, reforçadas com a utilização de novas evidências biológicas e linguísticas no modelo de Greenberg et al. (1986).

Assim, o modelo Clovis First começa a ser gestado no início do século XX, em um período anterior ainda à descoberta do método de datação por radiocarbono. Nas décadas de 1930 a 1950, seguindo-se às descobertas no Novo México, vários artigos são publicados com discussões sobre a cronologia relativa das pontas de projétil encontradas em sítios arqueológicos associados à megafauna extinta do Pleistoceno, sobre a possível origem desses grupos de caçadores-coletores e sobre as rotas seguidas para povoamento da América do Norte³. Já neste período, ganha força a ideia de um povoamento associado a grupos de caçadores-coletores que teriam migrado para a América, cruzando o estreito de Behring e adentrando o continente através de um corredor livre de gelo, formado entre as duas grandes geleiras que cobriam praticamente todo o território do Canadá e a parte norte dos Estados Unidos da América. Tendo em vista que esse modelo começa a ser formulado antes da descoberta do método de datação por C14, os principais elementos para estabelecer uma antiguidade relativa aos vestígios encontrados envolviam associações com aspectos da geologia e da paleontologia, ou seja, artefatos encontrados

em camadas geológicas relacionados ao período glacial ou pós-glacial e/ou associados a elementos da fauna que remetesse a este período. Colocando a questão nestes termos, podemos propor que a associação com a megafauna foi, inicialmente, um artifício metodológico para inferir antiguidade aos contextos arqueológicos. Nas décadas seguintes, o que era inicialmente um artifício metodológico transformou-se em característica principal de um modelo construído para explicar todo o processo de ocupação do continente americano. A natureza autológica deste raciocínio não fugiu à crítica de Willey e Phillips (1958, p. 80):

O estágio lítico não pode ser definido sem referência a considerações geocronológicas. [...] Os critérios de trabalho eficazes são, portanto, associações de artefatos e outras evidências da atividade do homem em depósitos geológicos, ou com restos de plantas e animais, refletindo esses tempos e condições. [...] A natureza dessas descobertas levou à suposição de que a atividade econômica predominante neste estágio era a caça, com grande ênfase em grandes herbívoros, incluindo as formas extintas do Pleistoceno, e que o padrão geral de vida, como o dos animais dos quais dependia, era migratório no sentido pleno da palavra. A possibilidade de uma medida de circularidade entrar nesta suposição não pode ser investigada aqui, mas certamente não deve ser ignorada. Em qualquer caso, com base nisso, muitos estudantes americanos criaram uma dicotomia histórica e tipológica simples: um estágio inicial de caça seguido por um estágio de coleta, cada um com suas próprias tradições tecnológicas características. Na presente classificação, embora não tenhamos sido capazes de evitar essa simplificação atraente, vamos tentar manter uma atitude crítica em relação a ela.

O mesmo raciocínio se aplica aos artefatos líticos que poderiam claramente ser associados à atividade antrópica e incorporados como evidências de uma presença antiga do homem nas Américas. Segundo Willey e Phillips (1958), em 1952, Alex Krieger apresentou vários contextos nos quais haveria indícios da presença de uma indústria lítica composta por núcleos e lascas, que corresponderia a um primeiro estágio lítico, possivelmente associado a indústrias do Paleolítico inferior do sudeste da Ásia e que também corresponderia às evidências mais antigas da presença do homem nas Américas. No entanto, segundo Willey e Phillips (1958), nenhum dos contextos apresentados atenderia aos critérios de aceitação requeridos na época.

Nesse sentido, o único conjunto de artefatos líticos que apresentava uma

indubitável origem antrópica estava, na época, representado pelas pontas de projétil, então denominadas Clóvis e Folsom. Isso, no entanto, gerava também consequências metodológicas para este debate. Segundo Willey e Phillips (1958).

A ênfase consequente em pontas de projéteis - os vários tipos dos quais são usados para identificar as 'culturas' - e em facas, raspadores e outras ferramentas supostamente usadas no corte, esfolamento e preparação de peles, sem dúvida resultou em uma visão unilateral expressa na frequente designação de 'culturas primitivas de caça'. As culturas mais antigas desta categoria são Clóvis e Folsom, com seus famosos pontos de projéteis canelados e associações faunísticas extintas.⁵

Essas duas citações da obra “Method and theory in American Archaeology” mostram que, no final da década de 1950, havia uma discussão sobre possibilidade da existência de sítios mais antigos do que aqueles associados a contextos Clóvis ou Folsom, apresentando indústrias líticas e possivelmente dinâmicas de povoamento distintas. A prevalência ou a aceitação mais ampla dos contextos com pontas de projétil esteve relacionada a questões metodológicas, principalmente relevantes em um período de desenvolvimento da Arqueologia no qual as datações radiocarbônicas ainda não estavam disponíveis. Associação com megafauna e tipologia, elementos utilizados para inferir cronologia, transformaram-se em definidores de um único padrão de povoamento. Como ressaltamos, os próprios autores comentam sobre os perigos de utilizar estes elementos como indicadores de um estágio geral e inicial de povoamento.

No entanto, esta precaução parece desaparecer ou, talvez, ser sufocada ao longo da década de 1960. A partir de meados da década de 1960 (Haynes Junior, 1964) e ao longo dos anos 1970 e 1980, com inúmeras publicações sobre o tema (Dias, 2019), o que antes era uma hipótese se transforma em um paradigma que se propõe hegemônico para explicar a origem dos povos ameríndios. Mas, mais do que isso, apesar deste processo remontar, como vimos, a uma saída original da África, o tema passa a ser dominado quase exclusivamente por uma discussão sobre o processo de povoamento da América do Norte, mais especificamente do território dos Estados Unidos da América (Adovasio; Page, 2002; Neves, W.; Piló, 2008; Dillehay, 2014). A partir de então, toda e qualquer discussão relativa ao povoamento da América do Sul deve, inexoravelmente, se reportar ao contexto arqueológico do centro dos Estados Unidos (EUA), que passa a ser visto, segundo esse paradigma, como centro fundador do povoamento e de toda a diversidade cultural

existente nas Américas.

O modelo Clovis First, como ficou conhecido, definiu de uma única vez o tempo e a forma que deveria tomar o processo de povoamento de todo o continente (Graf et al., 2014). Certamente, não é uma coincidência o fato de a construção e a consolidação desta narrativa ocorrer no auge da Guerra Fria, envolvendo, em sua concepção, uma clara relação de poder assimétrica entre Norte e Sul, atribuindo ao passado uma construção política do presente.

Com essa perspectiva em mente, talvez não seja também coincidência o arrefecimento deste paradigma a partir da primeira década do século XXI, momento em que vemos surgir com mais força a apresentação de novos dados de pesquisa, novas propostas teóricas que minimizam o papel desempenhado pela cultura Clóvis e pela região central dos Estados Unidos como centro fundador e irradiador de toda a diversidade cultural do continente americano (Waters; Stafford Junior, 2014; Collinset al., 2014; Dillehay, 2009, 2014; Borrero, 2016; Adovasio; Peddler, 2014; Dias, 2019).

No entanto, uma vez que estamos tratando de narrativas, é fundamental destacar que as citações de Willey e Phillips, a referência ao trabalho de Krieger, assim como os trabalhos de Bryan e Gruhn, de Adovasio, Dillehay, Guidon, entre outros autores, mostram que, apesar de uma suposta hegemonia, há outras narrativas sendo produzidas na Arqueologia ao longo do século XX no que diz respeito ao processo de povoamento da América.

Gostaria de retomar o conceito de ‘pré-história’ em sua relação entre distanciamento temporal e expropriação territorial a partir de outro trecho do texto de Krenak (1992, p. 201):

Nos lugares onde cada povo tinha sua marca cultural, seus domínios, nesses lugares, na tradição da maioria das nossas tribos, de cada um de nossos povos, é que está fundado um registro, uma memória da criação do mundo. Nessa antiguidade desses lugares a nossa narrativa brota, e recupera os feitos de nossos heróis fundadores.

A criação do conceito de ‘pré-história’ e, principalmente, sua utilização vinculada à ascensão dos Estados nacionais, baseados em processos de colonização desenrolados na

era Moderna, estão intrinsecamente associadas a uma fragmentação da história de povos autóctones, estabelecendo um novo marco para o início da história de regiões já muito antes povoadas (Atalay, 2006; Gosden, 2001; Trigger, 1984). Esse processo fica evidente no desenvolvimento histórico da disciplina arqueológica no Brasil, conforme vários autores já têm apontado (Ferreira, 2010; Noelli, 2005; Noelli; Ferreira, 2007; Heckenberger, 2001; Silva, 2012).

Essa dissociação entre sociedades ameríndias do presente e contextos arqueológicos associados ao longo do período de ocupação do continente anterior à invasão europeia se consolidou e se disseminou na sociedade brasileira, gerando implicações políticas significativas para a luta pelos direitos dos povos originários. Mas há de se ressaltar que essa dissociação não ocorre só com relação ao período anterior à invasão, como também se perpetua entre os séculos XVI e XVIII – um exemplo claro disso é a ausência ou a ínfima quantidade de trabalhos sobre História indígena para esse período, seja no campo da História ou mesmo da Arqueologia. Esse processo não é exclusivo do Brasil, nem da América do Sul, e tem se desenrolado em outros lugares do mundo (Ogundiran, 2013), como nos lembra McGrath (2015, p. 21):

Vale lembrar a ênfase na "descoberta" nas narrativas históricas de nações colonizadoras como os Estados Unidos, Canadá e Austrália, que afirmam a soberania com base na descoberta, conquista e apropriação de terras. Essas promulgações performativas envolveram plantar bandeiras, brindar a reis e fazer discursos em nome de monarcas europeus - tudo isso aconteceu em terras de longa conexão indígena, onde vestígios ancestrais eram prova de sucessões de conexão intergeracional. [...] Se for notada, a longa ocupação dos aborígenes australianos foi descrita como "atemporal", e certamente fora da modernidade.⁶

Caminhando em sentido diametralmente contrário à proposta de dissociação entre passado e presente, podemos mencionar, por exemplo, o desfecho recente da discussão em torno do esqueleto humano encontrado no centro-oeste norte americano e conhecido como 'The old one' ou 'Kennewick man'. Após uma longa controvérsia entre Estado, sociedades indígenas e arqueólogos, a qual envolveu a realização de uma série de análises sobre o indivíduo em questão, testes de DNA publicados em 2015 indicaram uma inequívoca ancestralidade de povos ameríndios, cumprindo um dos requisitos da lei de repatriamento (Native American Graves Protection and Repatriation Act - NAGPRA) nos

Estados Unidos, o que garantiu a uma das sociedades indígenas requerentes do ‘The old one’ a possibilidade de realizar o seu “ressepultamento” (Meltzer, 2015).

Apesar de boa parte da discussão ter se iniciado justamente em função do posicionamento contrário de arqueólogos sobre a possibilidade desta conexão, o resultado das análises genéticas aponta para uma associação clara e direta entre ‘Kennewick man’ e as populações ameríndias. Assim, este é um caso emblemático para nossa discussão, uma vez que, pelo próprio discurso científico, é estabelecida uma relação direta biológica entre sociedades do presente e do passado.

Podemos mencionar outro aspecto que segue nessa mesma direção, citando o texto do historiador Roger Echo-Hawk, membro da sociedade indígena Pawnee, nos Estados Unidos, em artigo publicado na revista *American Antiquity*. Segundo Echo Hawk (2000), é possível trabalhar com a perspectiva de identificar em narrativas de vários grupos indígenas norte-americanos trechos que fazem referências a uma longa jornada, cujos locais mencionados poderiam indicar a passagem pela Beríngia. Estes trechos seriam seguidamente atualizados, mas tenderiam a permanecer como elementos centrais, uma vez que são produzidos com base em narrativas históricas pré-existentes, constituindo parte da estrutura de narrativas de origem veiculadas ainda hoje por vários grupos (Echo-Hawk, 2000).

Mais do que essas ‘evidências’, no entanto, são absolutamente necessárias incluir nessa discussão sobre ‘origem’ dos povos ameríndios não só outras narrativas, mas também a existência de outras temporalidades. Conforme menciona Daniel Smail, o ‘presente’ da História não é sempre almejado, necessário e positivo para todas as sociedades em todos os contextos. O autor cita um diálogo entre um antropólogo e um grupo de jovens indígenas na Austrália, onde um dos jovens afirma que, apesar dos cientistas dizerem que os aborígenes tenham chegado à Austrália há 50.000 anos, os anciãos, ou os sábios, dizem que eles sempre estiveram ali. A partir disso, Smail (2015, p. xi) conclui: “The gift of history, it seems, is not a gift that everyone is eager to receive, especially when it has negative implications for identity”⁷.

Segundo Anne McGrath, historiadora australiana engajada na construção de uma ‘história profunda’, que dialoga com diferentes conjuntos de saberes oriundos da academia e das sociedades aborígenes, temos que estar preparados, nesta empreitada, para

lidar com diferentes noções de tempo e espaço (McGrath, 2015, p. 6):

O povo aborígene australiano tem uma noção de uma história muito mais longa que desafia a imaginação histórica ocidental. Eles têm um âmbito de conexão com o passado quantitativa e qualitativamente diferente. [...] O tempo é multicamadas e mutável. Muitos veem o passado recente como algo pessoal, familiar, geológico e onipresente. [...] Muitos indígenas australianos não percebem o grande abismo que separa o presente do passado. [...] Neste esquema, lugares, pessoas e paisagens específicas são repositórios de arquivos vivos.

Assim, a contínua utilização do termo ‘pré’ não só homogeniza, como exclui da construção da história a possibilidade de incorporação de temporalidades distintas, de narrativas alternativas e de renegociações de poder por parte de povos originários, em Estados marcados por dinâmicas colonialistas nos últimos séculos dessa história.

SOBRE TEORIA, MÉTODO E GEOPOLÍTICA: QUÃO ANTIGO PODE SER UM NOVO MUNDO?

Conforme comentamos, a questão da cronologia do processo de povoamento da América é um dos temas mais controversos no que se refere à arqueologia deste continente. Até fim do século XX, a prevalência do modelo Clovis First definiu como limite temporal uma entrada por volta de 12.000 anos rádio carbônicos antes do presente. A partir de meados dos anos 1990 e ao longo das últimas décadas, este cenário tem mudado, trazendo para o centro do debate a intensidade das transformações climáticas durante o último Máximo Glacial e sua influência no processo de ocupação das Américas (Borrero, 2016).

Chamamos a atenção aqui para dois aspectos: critérios de validação dos dados para contextos antigos e metodologias de campo.

Desde o final do século XIX, discutem-se critérios objetivos para validação de contextos arqueológicos, principalmente aqueles relacionados às datas mais antigas para ocupações iniciais de diferentes regiões. O caráter claramente antrópico do contexto e sua associação com o tipo de material datado é um elemento central desses critérios. Esta foi a questão principal dos debates envolvendo Boucher de Perthes no vale do Sommes, na

segunda metade do século XIX, assim como aqueles envolvendo Peter Lund, no caso da Gruta do Sumidouro, em Lagoa Santa (Neves, W.; Piló, 2008), e continua sendo ainda hoje o caso de muitos sítios arqueológicos das Américas, entre os quais o Boqueirão da Pedra Furada (Meltzer et al., 1994; Prous, 1997; Guidon; Delibrias, 1986; Guidon et al., 1996; Parenti et al., 1996; Boëda et al., 2014).

No início do século XX, Hrdlicka e Henry Holmes definiram critérios para avaliação de sítios antigos nas Américas, os quais foram, por exemplo, aplicados para os sítios Blackwater Draw e Wild Horse, nos Estados Unidos, vinculados, respectivamente, a ocupações Clóvis e Folsom. Segundo estes critérios, para que ossítios apresentassem um contexto consistente, deveriam ter as seguintes características: 1) apresentar artefatos ou restos osteológicos obviamente humanos; 2) apresentar associação estratigráfica direta com restos de animais extintos do Pleistoceno; 3) oferecer controle válido sobre a cronologia – estratigráfica “inalterada” (Adovasio; Page, 2002, p. 134).

Em publicação de 1969, Vance Haynes retoma a questão dos critérios e apresenta uma proposta que mantém as principais linhas do argumento de Hrdlicka e Holmes, adicionando a realização de datações:

O requisito principal é um esqueleto humano ou uma coleção de artefatos que são claramente obra do homem. Em seguida, essa evidência deve estar *in situ* dentro de depósitos geológicos não perturbados, a fim de demonstrar claramente a associação primária de artefatos com estratigrafia. Por último, a idade mínima do local deve ser demonstrada por associação primária com fósseis de idade conhecida ou com material adequado para datação de idade isotópica confiável. (Haynes Junior, 1969, p. 714).

Roosevelt et al. (2002) retomam a discussão e inserem outros critérios: apresentação de um conjunto consistente de datas radiométricas estatisticamente precisas (com sigma menor do que 300), obtidas a partir de amostras individualmente e taxonomicamente identificadas de carvões claramente culturais, encontrados em associação estratigráfica primária com artefatos e cujos resultados tenham sido publicados em periódicos com revisão por pares.

Um ponto que podemos destacar ao observar os critérios ora definidos é que a utilização indiscriminada deles tem como resultado imediato a eliminação de muitos

contextos que certamente estariam vinculados às etapas iniciais do processo de povoamento das Américas.

Em primeiro lugar, são pouquíssimos os contextos relacionados às primeiras etapas de povoamento nos quais há material osteológico humano. Eles são, inclusive, escassos para qualquer período, por uma série de fatores, que vão desde a ordem cultural até diversas questões tafonômicas. Em segundo lugar, um conjunto de datações de itens individual e taxonomicamente identificados é algo extremamente difícil de ser obtido, tendo em vista questões tafonômicas relacionadas à preservação de matéria orgânica em contextos relacionados ao fim do Pleistoceno e, ainda mais, em contextos tropicais, como é o caso de várias partes das Américas do Sul e Central. Além desse aspecto, obter um conjunto de datações para um sítio requer não só amostras disponíveis, como recursos financeiros, critério este que, indubitavelmente, cria relações assimétricas entre pesquisas realizadas em diferentes países das Américas. Em terceiro lugar, quando se fala em associação com outros elementos, como fósseis de idades conhecidas, normalmente a referência é a megafauna do Pleistoceno, ou seja, privilegiam-se sítios onde haja esta associação, o que significa priorizar contextos relacionados a um comportamento cultural específico, em detrimento da diversidade de estratégias existentes nas Américas.

Os dois outros itens – presença de artefatos indubitavelmente de origem antrópica e contextos geológicos não perturbados – são essenciais, mas também estão sujeitos a muita controvérsia. O primeiro item é ainda mais problemático, se trabalharmos sob uma perspectiva essencialmente tipológica, que só reconhece artefatos com transformações secundárias padronizadas e recorrentes em diferentes situações.

Com essa crítica, não queremos absolutamente abrir mão de critérios para definição e avaliação desses contextos, mas, como propõem **Borrero (2016)** e **Dillehay et al. (2015)**, é preciso caminhar entre não ser tão estrito, para não abrir mão a priori de contextos potencialmente relevantes, bem como não sermos tão inclusivos, a ponto de incorporar qualquer contexto que pleiteia uma data antiga. Esse caminho envolve necessariamente uma abordagem contextual que faça o maior uso possível de diálogo entre escalas de análise.

Para além disso, o que gostaríamos de salientar aqui é que todos esses critérios causam certo paradoxo, quando os confrontamos com as expectativas apresentadas por

modelos que procuram discutir demografia, dinâmicas de deslocamento e tecnologia para os primeiros momentos ou fases de ocupação da América (**Anderson; Gillam, 2000; Borrero, 1999; Lanata et al., 2008; Steele et al., 1998**). Isso é especialmente relevante, se incorporarmos aí também as discussões sobre as expectativas relacionadas às dinâmicas de ocupação de locais pouco ou não habitados (**Rockman; Steele, 2003**).

Apesar de haver certa diversidade no que se refere às dinâmicas propostas por estes modelos, na maioria deles há concordância sobre o fato de que as etapas de exploração, de reconhecimento e de ocupação inicial de um território envolveriam grupos de poucas pessoas, alta mobilidade, baixa taxa de reocupação dos sítios, com exceção de locais específicos e selecionados para articular e orientar o reconhecimento de novas áreas. A expectativa é que este tipo de dinâmica gere sítios com vestígios arqueológicos extremamente fugazes, com poucos artefatos, predominância de uma tecnologia expeditiva, o que cria dificuldades de visualização e identificação, sem falar, é claro, em dificuldades para datação. Ou seja, se optarmos por utilizar os critérios definidos por Haynes e Roosevelt, por exemplo, certamente encontraremos sítios que se adaptam a eles, mas que, muito provavelmente, não correspondem a estas fases iniciais de exploração, com reconhecimento e mapeamento de territórios ainda pouco conhecidos. O uso desses critérios nos direciona para identificação de sítios relacionados a uma outra fase do processo de povoamento, onde os recursos necessários e almejados já estão mapeados, os locais de assentamento preferencial estão definidos, e as fontes de diferentes matérias-primas a curta, média e longa distâncias são conhecidas e estão acessíveis. Esses critérios selecionam sítios que certamente não indicam as datas mais antigas de ocupação de uma região, mas sim uma data mínima.

Em texto publicado em 2015, Tom Dillehay e colaboradores apresentam exatamente este argumento para rediscutir o papel de Monte Verde na dinâmica de ocupação do sul do Chile, no final do Pleistoceno, em função da identificação de novos contextos, com características distintas desse espaço, mas na mesma região.

Segundo **Dillehay et al. (2015, p. 22)**:

Além disso, o tipo de registros efêmeros revelados em locais como MV-I e CH- I não se enquadram facilmente nos critérios de depósitos culturais mais lateral e / ou verticalmente densos evidenciados em locais posteriores, como MV-II, Arroyo Seco na Argentina, Locais de Gault e Friedkin no Texas, Clovis e outras localidades antigas na

América do Norte. Estes e especialmente os últimos locais de Clóvis e Fishtail podem representar uma época em que o uso da paisagem aumentou a ponto de ser mais arqueologicamente visível como resultado de populações humanas menos exploratórias colonizando e se instalando mais. A natureza descontínua e mínima de registros anteriores e particularmente aqueles relatados no Brasil, Peru e América do Norte nos desafiam a considerar uma variedade mais ampla de escalas temporais, espaciais e arqueológicas de atividades humanas iniciais, possivelmente de primeira chegada, associadas a locais de baixavisibilidade arqueológica e com tecnologias de pedra e osso às vezes diferentes do que esperamos. Os tipos de registros descontínuos e de curta duração relatados aqui tornam a tarefa de definir suas características arqueológicas e tafonômicas e avaliar sua validade científica ou invalidade mais difícil do que o esperado.

Articulando as duas discussões, parece-nos evidente que os sítios que atingem as exigências apresentadas pelos critérios de validação e para caracterização dos contextos arqueológicos estariam mais próximos das expectativas para períodos vinculados a ocupações já mais estabilizadas, que envolvem conhecimento ambiental e repetição na dinâmica de ocupação de um mesmo local (**Rockman, 2003; Kelly, 2003; Hazelwood; Steele, 2003; Meltzer, 2003**). Ou seja, mais do que validar ou refutar contextos antigos, estes critérios selecionam certa etapa, momento ou fase do processo de povoamento que não corresponderia ao início, ao reconhecimento ou à exploração de uma área ainda pouco conhecida. Nesse sentido, atuam como data mínima, e não máxima, no que se refere à cronologia do processo de povoamento (**Borrero, 1999**).

Conforme sugere **Borrero (2016)**, isso não significa que devemos extinguir os critérios para validação do registro, nem abdicar deles, mas que é necessário flexibilizá-los pensando nos contextos que representam, o que torna imperativo transitar entre ser estritos, para não aceitarmos qualquer coisa, mas não sermos absolutamente restritivos, para rechaçar inicialmente casos potenciais. Manter a validação do registro baseada em critérios como quantidade e diversidade de datações absolutas, utilizando diferentes métodos e materiais, é claramente um artifício que privilegia equipes detentoras de recursos e tecnologia, o que torna praticamente inviável sua obtenção para pesquisas cuja falta de recursos é histórica em países da América Latina.

Com relação à metodologia de campo, especialmente para o Brasil, predominam, desde o início da disciplina, em meados do século XX, a indicação e a realização de

amostragens que privilegiam intervenções de 1 x 1 m, as quais atingem, via de regra, 1 m de profundidade. Muito raramente, em contextos específicos, as intervenções prosseguem com abertura de áreas mais amplas e/ou mais profundas (**Prous, 1991; Barreto, 1999-2000; Oliveira; Viana, 1999-2000**).

Para além dessa ‘orientação’ metodológica, são frequentes as referências ou os comentários sobre a ‘interrupção’ de áreas de escavação em função da presença de blocos de rocha, supostamente interpretados como evidências do embasamento rochoso dos sítios – argumentação bastante frequente em trabalhos realizados em abrigos sob rocha.

Se, no entanto, sairmos das Américas e observarmos a estratigrafia de sítios cujo registro arqueológico atinge contextos vinculados ao Pleistoceno, ficará evidente que blocos ao longo da estratigrafia são componentes absolutamente normais em sítios com cronologias extensas, em regiões que experimentaram variações climáticas intensas ao longo do tempo. Desse modo, cabe a pergunta: o que significa um bloco em uma área de 1 x 1!? Nada que necessariamente tenha alguma relação com o término da ocupação humana. Em função disso, tal situação nos mostra também que isso só é perceptível e passível de ser contornado em escavações orientadas por superfícies amplas. Apesar de, no Brasil, aprendermos que a proposta de escavação por superfícies amplas está voltada para abordagens que privilegiam observações sincrônicas, ao invés de diacrônicas, o que vemos, na prática, é que sem superfícies amplas é impossível alcançar e compreender sequências estratigráficas com grande profundidade temporal, principalmente se isso envolve ocupações pleistocênicas. Ou seja, superfícies amplas podem ser orientadas tanto para lidar com questões sincrônicas quanto diacrônicas.

Podemos, então, dizer que a metodologia de trabalho fundamentada na realização de áreas de escavação pontuais, com 1 ou mesmo 4 m², está orientada para estratigrafias, ou cronologias curtas, essencialmente holocênicas. Talvez não por coincidência, essa metodologia foi implementada no Brasil no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), cujo interesse estava voltado essencialmente para o contexto vinculado ao Holoceno recente (**Dias, 1995**).

Assim, esta estratégia de intervenção nos sítios confina a sedimentos holocênicos e, conseqüentemente, dificulta a identificação de sítios mais antigos do que 12.000 anos AP. Nos casos de Santa Elina (**Vialou, A., 2005; Vialou, D. et al., 2017**) e do Sítio do

Meio (Guidon; Pessis, 1993; Boëda et al., 2016; Aimola et al., 2014), há grandes blocos que marcam o momento de transição entre Pleistoceno e Holoceno e que, no segundo caso, praticamente selam o registro arqueológico pleistocênico. Isso, obviamente, não pode ser tomado como regra. A questão seria justamente ter critérios mais claros para definição dos contextos nos quais valeria a pena investir em escavações mais profundas, com o intuito de atingir sedimentos pleistocênicos, mesmo quando há grandes blocos ao longo da estratigrafia.

O que propomos aqui é que, através da incorporação de aspectos geopolíticos envolvidos na definição e na conceituação das Américas como Novo Mundo, adotamos uma estratégia metodológica para trabalhar nos sítios que reforça continuamente essa construção, uma vez que não é viável para sustentar sua antítese – ou seja, estamos presos a um raciocínio tautológico, definido por uma estratégia de pesquisa político-metodológica, o que, talvez, possamos definir como uma aporia de nascença – como pode ser antigo um Novo Mundo?

EVOLUÇÃO HUMANA, PRINCIPAIS HOMINÍDEOS

A evolução humana corresponde ao processo de mudanças que originou os seres humanos e os diferenciou como uma espécie.

As características próprias da espécie humana foram construídas ao longo de milhares de anos, com a evolução dos primatas. Charles Darwin (1859) foi o primeiro a propor a relação de parentesco da espécie humana com os grandes macacos, os antropóides.

Atualmente, os cientistas acreditam que esses antropóides e a espécie humana tiveram um ancestral comum, cerca de 8 a 5 milhões de anos atrás. A evidência desse fato é a grande semelhança entre os humanos e os macacos antropóides, como o chimpanzé.

A evolução da espécie humana foi iniciada há pelo menos 6 milhões de anos. Nesse período, uma população de primatas do noroeste da África se dividiu em duas linhagens que passaram a evoluir independentemente.

O primeiro grupo permaneceu no ambiente da floresta tropical e originou os chimpanzés. O segundo grupo se adaptou a ambientes mais abertos, como as savanas

africanas, dando origem ao *Homo sapiens*. Por isso, o continente africano é chamado de berço da humanidade.

AS ETAPAS DA EVOLUÇÃO HUMANA

OS PRÉ-AUSTRALOPITECOS

Essas primeiras espécies viveram logo após a separação do grupo que originou os homínidos e os chimpanzés.

Sua principal característica era o modo de vida arborícola.

O registro fóssil remonta algumas das espécies desse período:

Sahelanthropus tchadensis: fóssil encontrado no continente africano, pertencente a uma espécie de primata. Essa espécie já possuía a postura bípede. É o mais antigo ancestral da linhagem humana.

Orrorin tugenensis: fóssil encontrado no Quênia. Também já apresentava indicações da postura bípede. Os cientistas acreditam que a espécie viveu há 6 milhões de anos atrás.

Ardipithecus ramidus e Ardipithecus kadabba: fóssil encontrado na Etiópia. Nessas espécies permanece a postura bípede. Os cientistas acreditam que uma espécie do gênero *Ardipithecus* foi a ancestral dos *australopithecus*.

OS AUSTRALOPITECOS

- Os primeiros homínidos pertenciam ao gênero *Australopithecus*.
- Constituíram um grupo diversificado e bem sucedido.
- As principais características desse grupo eram: a postura ereta, a locomoção bípede, a dentição primitiva e a mandíbula mais semelhante da espécie humana.

Foram os primeiros homínidos a dominar o fogo, o que permitiu sua expansão para outros territórios. Além da redução da musculatura da face, pois podiam cozinhar os alimentos, amaciando-os.



Representação do australopiteco no museu de história nacional. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/evolucao-humana/>

Australopithecus africanus: O primeiro fóssil de australopiteco encontrado. Provavelmente, habitou a Terra há 2,8 a 2,3 milhões de anos atrás.

Outros fósseis de australopithecus foram encontrados. Algumas espécies são: *A. afarensis*, *A. robustus* e *A. boisei*.

Acredita-se que muitos australopitecos tenham coexistido e competido entre si. Todas as espécies foram extintas. Porém, uma delas teria sido a ancestral do gênero Homo.

O GÊNERO HOMO

A extinção da maioria dos australopitecos possibilitou o surgimento de uma nova linhagem.

O gênero Homo se destaca pelo desenvolvimento do sistema nervoso e da inteligência. Além disso, apresentava adaptações evolutivas, como o bipedalismo.

Homo habilis: Atualmente, com o estudo dos fósseis, o mais aceito é considerá-lo como australopiteco, sendo *Australopithecus habilis*. A espécie viveu por volta de 2 milhões de anos a 1,4 milhões de anos atrás.

Homo erectus: Essa espécie se destacou pela fabricação de instrumentos e

utensílios de pedra, madeira, pele e ossos. O grupo saiu da África e alcançou a Europa, a Ásia e a Oceania.

Homo ergaster: Seria uma subespécie do H. erectus que teria migrado para a Europa e parte da Ásia, onde deu origem a várias linhagens, uma delas o Homo neanderthalensis.

Homo neanderthalensis: Conhecidos por neandertais, tinham o corpo adaptado ao frio, ausência de queixo, testa baixa, pernas arqueadas e cérebro maior do que os dos seres humanos atuais.

Os neandertais apresentavam comunicação verbal rudimentar, organização social e sepultamento de mortos. Esse grupo conviveu com os primeiros homens modernos. Atualmente, acredita-se que o homem moderno surgiu na África entre 200 mil a 150 mil anos atrás, a partir das linhagens de H. ergaster.

O HOMEM MODERNO

O Homo sapiens sapiens é a denominação científica do homem moderno, sendo uma subespécie do **Homo sapiens**. A principal característica do homem moderno, comparado aos seus ancestrais, é o cérebro bem desenvolvido. Além disso, observa-se a capacidade de raciocínio, comunicação e inteligência pelo desenvolvimento do sistema nervoso.

DIVISÃO DA PRÉ-HISTÓRIA

A Pré-História é um período da história humana particularmente grande. A sua nomenclatura e longa duração remetem ao século XIX, quando os primeiros vestígios da vida humana pré-histórica começaram a ser encontrados. Isso porque no século XIX existia a noção de que a História só poderia ser feita por meio de documentos escritos e, assim, todos os acontecimentos anteriores ao surgimento da escrita ficaram conhecidos como “Pré-História”. A Pré-História abrange, aproximadamente, um período que se estende de **3 milhões de anos atrás a 3.500 a.C.** e é dividida da seguinte maneira:

PALEOLÍTICO



Crânio do hominídeo homo heidelbergensis, que viveu entre 500 mil e 250 mil anos atrás. Fonte:

<http://www.botequimdahistoria.com.br/2020/04/a-pre-historia.html>

O período Paleolítico é conhecido também como **Idade da Pedra Lascada** e esse nome faz referência aos objetos que eram utilizados pelo homem para sua sobrevivência, que eram produzidos exatamente de pedra lascada. Esse período estendeu-se de **3 milhões de anos atrás a 10.000 a.C.** e foi subdividido em três fases que são **Paleolítico Inferior, Médio e Superior.**

Cada um desses períodos possui as suas particularidades e veremos um breve resumo de cada uma delas, começando pelo **Paleolítico Inferior.** Esse período começa a ser contado exatamente quando os hominídeos começaram a ter habilidade de produzir as primeiras ferramentas para sua sobrevivência.

Essas ferramentas foram obra do homo habilis e do homo erectus (o primeiro hominídeo a ficar numa posição totalmente ereta). Essa fase estendeu-se de **3 milhões de anos atrás a 250 mil anos atrás.**

O **Paleolítico Médio** compreendeu o período de **250 mil anos atrás a 40.000a.C.,** e é caracterizado, principalmente, pela presença do homem de Neandertal. O homo sapiens já existia nessa época, uma vez que seu surgimento aconteceu há 300 mil anos. Os estudos arqueológicos mostram que nesse tempo o estilo de vida do homem tornou-se um pouco mais sofisticado com novas ferramentas sendo elaboradas e com o uso do fogo sendo mais difundido.

Por fim, há também o **Paleolítico Superior,** que foi de **50.000 a.C. a 10.000** Nesse

período, as ferramentas utilizadas pelo homem passaram a ser elaboradas em grande diversidade. Eram produzidos pequenos anzóis, machados, agulhas e até mesmo a arte começou a ser concebida pelo homem. No caso da arte, o destaque vai para a **pintura rupestre**, realizada nas paredes das cavernas.



Pintura rupestre realizada na parede de uma caverna localizada na Tailândia. Disponível em <http://www.webgeo.net.br/2021/03/pre-historia.html>

Abrangendo os três períodos, resumidamente, o Paleolítico é um período em que o homem sobrevivia da coleta e da caça, sendo fundamental, no caso da caça, a elaboração de ferramentas para auxiliá-lo na obtenção do alimento. Por depender da caça e coleta, o homem era **nômade** e mudava de lugar quando os recursos do local que estava instalado ficavam escassos.

Como a temperatura geral da Terra era mais amena, sobretudo nos períodos de glaciação, o homem vivia nas **cavernas** para proteger-se do frio. As ferramentas utilizadas poderiam ser feitas de ossos, pedras e marfim. No fim do Paleolítico, o ser humano começou a experimentar as primeiras **experiências religiosas**, e o desenvolvimento do estilo de vida dos homens fez com que eles desenvolvessem **rituais funerários**, por exemplo.

MESOLÍTICO

O Mesolítico é uma **fase intermediária** entre o Paleolítico e o Neolítico que aconteceu em determinadas partes do mundo. Os especialistas em Pré-História destacam que o Mesolítico aconteceu, sobretudo, em locais onde houve **glaciações intensas**. Aconteceu na **Europa** e em partes da **Ásia** e estendeu-se, aproximadamente, entre 13.000 a.C., e 9.000 a.C.

Esse período marcou a decadência dos agrupamentos humanos que viviam

exclusivamente da caça em detrimento daqueles que eram caçadores e coletores. Ficou marcado também pelo **desenvolvimento da olaria** (produção de cerâmica) e da técnica para **produção de tecidos**. Considera-se o fim desse período o momento em que a agricultura foi desenvolvida.

NEOLÍTICO

O Neolítico é a **última fase** do período pré-histórico e estendeu-se de **10.000 a.C.**, até **3.000 a.C.** Essas datas (que são aproximativas) assinalam dois marcos importantes para a história do desenvolvimento humano. Primeiro, houve o **surgimento da agricultura**, um importante marco para a sobrevivência do homem, por fim, houve o **desenvolvimento da escrita**.

Com o desenvolvimento da agricultura, o homem conseguiu mudar radicalmente o seu estilo de vida, uma vez que a agricultura permitia o homem fixar-se em um só local (**sedentarização** do homem), sobrevivendo de tudo o que ele produzia. O domínio da agricultura também levou o homem a desmatar a floresta e desenvolver campos de plantio.

Junto do desenvolvimento da agricultura veio também a **domesticação dos animais**, que auxiliava o homem no transporte de carga, na agricultura, como animal de tração, servia de alimento e até mesmo como meio de transporte. Todas essas novidades, que possibilitaram a sedentarização humana, resultaram na formação de enormes agrupamentos humanos que, com o tempo e conforme cresciam, tornaram-se as **primeiras cidades do mundo**.

O Neolítico também ficou marcado pelo desenvolvimento da **arquitetura**, o que permitia o homem construir casas de pedra e construções megalíticas. Essas últimas, até hoje, não tiveram sua finalidade muito bem esclarecidas pela arqueologia. A olaria surgiu em muitos lugares e foi aprimorada em outros.

Ao passo que os agrupamentos humanos cresciam, as sociedades que se formavam tornavam-se mais complexas e mais desiguais, uma vez que as pessoas que estavam diretamente envolvidas com o gerenciamento dos recursos tornavam-se mais importantes e mais influentes.

O fim do período Neolítico ficou marcado pelo desenvolvimento da **metalurgia**,

isto é, a capacidade de produzir ferramentas a partir da fundição de metal e pelo desenvolvimento da primeira forma de escrita da humanidade, a **escritacuneiforme**.

IDADE DOS METAIS

A **Idade dos Metais** corresponde ao último período da Pré-História, em 6 mil a.C., quando os primeiros humanos descobriram os metais e começaram a utilizá-los no seu cotidiano, produzindo objetos e fabricando armas. Essa **última fase pré-histórica** marca a transição para as primeiras civilizações que surgiram na Antiguidade oriental e é dividida em três fases, cada uma marcada por um diferente tipo de metal utilizado:

- Idade do Ferro;
- Idade do Bronze;
- Idade do Cobre.

A produção artística foi beneficiada pelo uso dos metais, por meio da confecção de armaduras e espadas utilizadas em guerras.

Principais características da Idade dos Metais



Machado de bronze fabricado na Idade dos Metais é utilizado durante as guerras. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/idade-dos-metais.htm>

Por ser a última fase da Pré-História, **a Idade dos Metais herdou as contribuições das fases anteriores**, principalmente do Neolítico, que tantas transformações vivenciou. O surgimento da agricultura propiciou a sedentarização dos hominídeos, ou seja, eles deixaram de se deslocar de uma região para outra e começaram a morar em um único lugar. Além disso, o surgimento e o controle do

fogo contribuíram também para o uso dos metais.

A Idade dos Metais ocorreu em 6 mil a.C., e **foi marcada pelo surgimento das primeiras cidades**. A produção agrícola aumentou e, conseqüentemente, a população. Os metais começaram a ocupar espaço como instrumento de trabalho dos hominídeos, e o fogo, além de aquecer, iluminar a noite e assar os alimentos, passou a fundir os metais e a ajudar na fabricação de armas e outros objetos. As atividades do dia a dia se tornaram mais eficientes.

Outra característica da Idade dos Metais foi o **surgimento do artesanato**. Esse trabalhador era responsável por utilizar os metais na produção de artefatos. Era uma atividade especializada e que exigia qualificação.

Ao longo do tempo e com o desenvolvimento dos primeiros grupos humanos, as relações sociais se tornaram mais complexas e a divisão do trabalho era feita a partir das mudanças ocorridas nesse último período da Pré-História. Não era apenas um aglomerado urbano que usava os metais, e sim vários grupos, o que resultou no aumento de guerras entre povos e cidades.

As disputas por terras férteis para a prática da agricultura e as rivalidades entre grupos fizeram com que conflitos acontecessem com mais frequência. Nesse contexto, em vez de armas fabricadas com ossos e dentes de animais, optou-se pelo uso de armas de metal.

O FIM DA PRÉ-HISTÓRIA

Períodos da Idade dos Metais

A historiografia divide a Idade dos Metais em três fases de acordo com o tipo de metal utilizado. São as Idades do Ferro, do Bronze e do Cobre.

IDADE DO COBRE

O cobre foi o **primeiro metal descoberto e utilizado pelos hominídeos** e serviu para fabricar armas e utensílios domésticos. Esse metal era martelado a frio, e o fogo serviu para fundi-lo e modelá-lo. Os objetos fabricados com o cobre eram utilizados para armazenar a produção agrícola excedente e estavam relacionados com a quantidade de alimentos produzidos.

IDADE DO BRONZE

Os povos da Pré-História ficaram marcados pela experiência, praticidade e busca por soluções para os problemas do cotidiano. Para criar objetos mais resistentes, os hominídeos misturavam os metais encontrados e perceberam que essa mistura poderia ajudar no que eles mais precisavam. **Ao misturar o cobre com o estanho, por exemplo, chegou-se ao bronze**, um metal resistente e que foi de grande valia na confecção de armas e de objetos para uso diário.



Alguns objetos de bronze fabricados na Idade dos Metais, a última fase da Pré-História. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/idade-dos-metais.htm>

IDADE DO FERRO

O ferro foi o **último metal encontrado e utilizado pelos hominídeos** durante a Pré-História e foi muito usado na fabricação de armas e de ferramentas para a agricultura. Para se fabricar o ferro, era necessário muito esforço e trabalho, como a fundição, a retirada de impurezas e a regulagem da quantidade de carbono utilizada. Por conta dessas exigências, o uso do ferro só acontecia após o artesão aprender todo o processo de preparação.

A ARTE DA IDADE DOS METAIS

As armas e os objetos fabricados a partir dos metais são as **principais fontes históricas sobre esse período da Pré-História**. A modelagem e a fundição impressas pelos hominídeos na fabricação desses artefatos se tornaram verdadeiras obras artísticas

pelo contorno e características próprias.

A RELIGIÃO NA PRÉ-HISTÓRIA

É preciso, antes de tratarmos sobre o tema, saber sobre o período descrito. Pré-história designa tudo o que se passou desde o aparecimento do primeiro ser com postura ereta, até o tempo em que surgiu a escrita. O termo foi criado com o pré-conceito de que, se não houvesse escrita, não haveria história para contar. A arqueologia, paleontologia, antropologia, e várias outras *logias*, possibilitaram o estudo e compreensão da vida do homem pré-histórico, mesmo que embrenhada em nevoeiros e barrancos. As dificuldades são muito grandes, mas, devemos lembrar que, mesmo os textos escritos, são passíveis de enganos, pois, a versão de quem escreve, não é verdade absoluta.

Para melhor compreensão desse longo tempo histórico, dividiu-se ele em período Paleolítico e Neolítico. O primeiro se inicia com o surgimento dos homínídeos por volta de 4 a 2 milhões de anos até 10.000 a.C., data em que o gelo das extremidades do globo derreteu, mudando o clima do planeta. O segundo, se conta dessa mudança climática até a produção da escrita, por volta de 4.000 a.C.

Outro ponto a esclarecer é que a cronologia adotada, ou seja, a utilizada pelos acadêmicos, é baseada nos primeiros eventos ocorridos no globo. Por exemplo, quando dizemos que a pré-história acaba com a utilização da escrita, automaticamente, declaramos que alguns indígenas brasileiros até pouco tempo viviam na pré-história. Mas, isso não denota inferioridade em relação a nossos indígenas. É importante compreender, que cada grupo humano em seu território geográfico, se desenvolveu do seu modo, de acordo com suas necessidades. Um grupo não é superior ao outro por possuir mais tecnologia. A condição climática, geográfica, hidrográfica, entre outros, do território habitado, é que conduz as atividades humanas. A terra do Brasil oferecia ao índio, uma rica diversidade natural, dando-lhe o privilégio de uma vida farta, sem maiores complicações.



Vestígios arqueológicos de rituais fúnebres. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>

O indício mais antigo de prática relacionada à religião do homem e mulher pré-históricos, é o sepultamento. Que está intimamente ligada às fontes mais antigas e numerosas da pré-história, que são as ossadas. A prática da inumação revela uma preocupação com a vida após a morte. Isso é mais ressaltado ainda, nos detalhes de preparação e adereços encontrados em inúmeras sepulturas. Por exemplo, o ocre vermelho salpicado em cadáveres, é universalmente encontrado, podendo ser substituto ritual do sangue, símbolo da vida. A posição que o corpo é encontrado, também é coberta de significado. Ele é virado para o leste, marcando a intenção de tornar o destino da alma solidário com o curso do Sol, portanto a esperança de um renascimento. E também é posto em forma fetal, tendo a terra, no caso a cova, o simbolismo do útero.

Oferendas de alimentos e diversos objetos de adorno como colares, são encontrados depositados em túmulos. Encontraram também, cuidadosamente dispostas em torno e sobre os cadáveres, conchas de moluscos. Essas conchas possuem a forma de vagina, parecendo estar associadas a algum tipo primitivo de adoração da deidade feminina.

As formas mais numerosas, e explícitas de culto religioso feito pelo homem e mulher do Paleolítico até o momento é datado por volta de 35.000 a.C. Foram elas, as grutas/santuários com suas pinturas e as inúmeras estatuetas femininas. Como as pinturas se encontram muito longe da entrada da gruta, sendo muito delas inabitáveis, com dificuldades de acesso, os pesquisadores concluíram que elas são uma espécie de

santuário. As pinturas revelam ainda mais o caráter sagrado e ritualístico do lugar. Duas temáticas decifradas e discutidas por pesquisadores são ade danças rituais e sessões xamânicas. As estatuetas femininas representam o “culto da fertilidade” praticado por esses humanos. Esculpidas em pedra, osso ou marfim, possuem nádegas, seios e barrigas volumosas, além de terem a vulva sempre à mostra. Representam a “Grande Mãe” a “Deusa”. André Leroi-Gourhan (1911-1986) constata que a arte desse período expressa alguma forma incipiente de religião, na qual figuras e símbolos femininos ocupam posição central. Esse pensamento vai ser corroborado quando das descobertas referentes ao período Neolítico.

As geleiras recuaram, o clima do planeta esquentou, e sua paisagem mudou. Fauna e flora modificadas aconteceram na maior revolução da história do homem. Ocorreu a domesticação das plantas, ou seja, a invenção da agricultura, a domesticação de animais e o sedentarismo. Mas, a criatividade religiosa no neolítico foi despertada menos pelo fenômeno empírico da agricultura, do que pelo mistério do nascimento, da morte e do renascimento identificado no ritmo da vegetação. As crises que põem a colheita em perigo (inundações, secas etc.) serão traduzidas, para serem compreendidas, aceitas e dominadas, em dramas mitológicos. A mulher teve um papel decisivo para a domesticação das plantas, ela que conhecia o “mistério” da criação. Fértil e fecunda como a terra, foi responsável pela abundância das colheitas.

Em todos os sítios arqueológicos do neolítico encontramos a religião centrada no culto à Deusa. Por exemplo, em Çatal Huyuk,

A principal divindade é a deusa, apresentada sob três aspectos: mulher jovem, mãe dando à luz um filho (ou um touro), e velha (acompanhada às vezes de uma ave de rapina). A divindade masculina aparece sob a forma de um rapaz adolescente – o filho ou o amante da deusa – e de um adulto barbudo, ocasionalmente montado sobre um animal sagrado, o touro. (ELIADE, 2010, p.55).

A LONGA VIAGEM...

Os grupos humanos espreitaram longas viagens em busca de sobreviverem às intempéries da jornada da vida, que naquele tempo eram muito mais cheias de mistérios a desbravar. O frio da Era do gelo, somados à escassez de alimento e o

perigo constante da morte, tornava a vida recheada de desafios a vencer. É assim que aos poucos nossos antepassados vão criando a cultura.

Melhor dizendo, eles vão criando as culturas, pois, em suas grandes caminhadas, cada grupo vai se instalando em um território, ou dá continuidade ao trajeto, em busca de um abrigo melhor. Quando um grupo se sedentariza em determinada região, ele começa a criar raízes com esse lugar. Cria uma interação tão grande, que até sua aparência física começa a se adaptar à terra. Por exemplo, seus olhos e peles se tornam claros, se o sol for fraco, e seu corpo não precisa mais produzir melanina para se proteger. O grupo que aos poucos desenvolveu sua linguagem para se comunicar, começa a ensinar as crianças como eles compreendem a vida. E essa compreensão vai variar, de grupo para grupo, ou seja, de povo para povo. Uma aldeia na África, no deserto do Saara, não vai entender o mundo do mesmo jeito que os esquimós, no gelo da Sibéria. São paisagens muito diferentes, portanto, seus mitos, seus deuses, suas leis, suas noções de certo e errado, serão também muito diferentes. Ou seja, suas culturas/religiões são muito diferentes. E nenhuma é melhor ou pior do que a outra, elas são apenas diferentes.

SEXUALIDADE NA PRÉ-HISTÓRIA

Os homens da Pré-História já distinguiam sexo de reprodução, usavam cosméticos naturais para incrementar a paquera, faziam sexo em posições bem diferentes do papai-e-mamãe e usavam até mesmo métodos anticoncepcionais. Pelo menos é isso que indicam os estudos feitos por arqueólogos baseados em objetos como estátuas e pinturas rupestres.

Só não dá para ter certeza porque a Pré-História é caracterizada justamente pela inexistência de documentos escritos. “Chegar à verdade acerca da Pré-História é quase impossível. A arte pré-histórica grande parte da qual tem conteúdo sexual explícito, obviamente revela coisas sobre as quais as pessoas pensavam, mas não pode refletir por completo o que realmente faziam”, afirma o arqueólogo Timothy Taylor no livro *A Pré-História do Sexo*. Veja aqui o que os cientistas descobriram sobre os hábitos sexuais que faziam a cabeça da humanidade que habitou o planeta entre 2 milhões a.C. e 4000 a.C.

POSIÇÕES

Nada de papai-e-mamãe na Pré-História. Uma imagem encontrada em Ur, na Mesopotâmia, datada de 3200 a.C., mostra a mulher por cima, posição também encontrada em obras de arte da Grécia, do Peru, da China, da Índia e do Japão. Uma outra imagem pré-histórica mostra a mulher sentada com as pernas levantadas para facilitar a penetração do homem. A relação com penetração por trás também aparece com frequência, assim como imagens de sexo oral

CASAMENTO

No Paleolítico, isto é, a Idade da Pedra Lascada, os machos dominantes se casavam com várias mulheres, seguindo o comportamento de animais polígamos, como bisão e veado. Já no Neolítico, a Idade da Pedra Polida, a monogamia passa a ser predominante. Nessa época, os homens passaram a domesticar animais. Observando o estilo de vida dos bichos e o papel do macho na procriação, os homens passaram à monogamia

MASTURBAÇÃO

Não faltam exemplos da prática do sexo solitário na Pré-História: há de estátuas a bastões fálicos talhados em madeira ou em pedra. Uma das estátuas, de Malta, mostra uma mulher se masturbando de pernas abertas por volta de 4000 a.C. Outra retrata um homem sentado masturbando em 5000 a.C.

CIÊNCIA

Os homens usam plantas medicinais há pelo menos 40 mil anos. Não há provas diretas, mas arqueólogos desconfiam que plantas do gênero *Aneilema* eram usadas para evitar a gravidez, enquanto a borragem provavelmente já era usada para amenizar os sintomas da tensão pré-menstrual nas mulheres e como afrodisíaco para os homens.

HOMOSSEXUALIDADE

Pesquisadores apontam que a atividade homossexual masculina e feminina é comum em mais de 200 espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes e

insetos, o que poderia indicar que também era praticada pelos homens pré-históricos. Entre os grandes macacos, como chimpanzés e gorilas, também rola sexo entre animais do mesmo gênero.

SEXO SELVAGEM

A relação do homem pré-histórico com os animais era bem próxima – até demais! Há uma pintura rupestre de cerca de 3000 a.C., em Val Camonica, na Itália, que mostra um homem copulando com alces – em uma das pinturas, o homem está usando esquis nos pés enquanto transa com o bicho

“MULHER MELANCIA” ANCESTRAL

Os homens faziam estátuas eróticas que podem ser consideradas ancestrais da pornografia. A mais famosa é conhecida como Vênus de Willendorf: uma mulher de nádegas e peitos grandes com traços de corante vermelho, encontrada em uma região com traços de ocupação de até 40 mil anos atrás. Naquela época, a Europa vivia a Era Glacial, e as mulheres gordinhas teriam maior potencial de resistência, e por isso podem ter sido as gostosas da vez

PAQUERA

Na hora da paquera, o homem pré-histórico já tinha à disposição cosméticos feitos de plantas, como a hena, usada nos cabelos. Sabe-se que extratos de beladona eram usados para dilatar as pupilas e, assim, chamar mais a atenção. Havia ainda pigmentos avermelhados, que destacavam partes da pele, e joias feitas de pedras, madeira ou dentes de animais.

CORPO A CORPO

Quando o homem virou bípede, o corpo passou a ter novos focos de atração sexual. Os peitos das mulheres, únicas fêmeas entre os primatas que têm seios permanentemente grandes, passaram a ser tão atrativos quanto a bunda. Assim, o ser humano passou a ser um dos poucos animais que fazem sexo cara a cara, enquanto outros bichos praticam o coito por trás.

O COTIDIANO NA PRÉ-HISTÓRIA

Na Pré-História o homem não sabia escrever, mas há registros de que ele usava outros meios para se expressar. Por esculturas, desenhos nas cavernas (as pinturas rupestres), colares e ferramentas criadas por eles, como os martelos e as estacas de pedra e ossos, eles registraram a forma como viviam.

COTIDIANO

Os homens pré-históricos viviam moravam dentro de cavernas ou em grandes rachaduras nas rochas para se proteger do frio e de predadores - por isso, ficaram conhecidos como homens das cavernas. Mas também era comum o homem viver aoar livre, em pequenos bandos, e de tempos em tempos procurar um novo lugar para morar, de acordo com a oferta de alimento na região.

Homens, mulheres e crianças que viviam na Pré-História não tinham muitos utensílios para cozinhar. Eles se alimentavam de frutas, folhas e raízes, além de peixes e da carne dos animais que caçavam. Ferramentas eram usadas para furar, cortar e raspar.

Na Pré-História ainda predominavam os animais da megafauna, que são aquelas espécies muito grandes, como a preguiça-gigante, tatu, mastodonte, mamute, tigre-dente-de-sabre e bisão. O desaparecimento deles ainda é um mistério. Alguns cientistas acreditam que foram extintos por causa das variações climáticas, enquanto outros acham que foi culpa do homem.

O fogo sempre ajudou o homem a sobreviver. Além de assustar os predadores, iluminar o caminho e a caverna, ainda o ajudava a se aquecer. Provavelmente, o fogo surgiu a partir da queda de um raio. Somente depois disso, o homem aprendeu a bater uma pedra em outra ou esfregar duas madeiras para dar atrito e fazer o fogo. Mas no começo, a chama causava medo nos ancestrais. Demorou para que eles se acostumarem com a novidade e passassem a usá-la.

ARTE DA PRÉ-HISTÓRIA

A Pré-História é a época entre os anos 1 000 000, com o aparecimento dos primeiros hominídeos, até aproximadamente os anos 4 000 a.C., com o surgimento da escrita.

Não existem documentos escritos que revelam algo sobre a história dos homens desse tempo; tudo o que conhecemos deve-se a pesquisas de antropólogos e historiadores que, com base em objetos encontrados em diversas partes do mundo e de pinturas no interior de muitas cavernas, reconstruíram a cultura do homem.

Já na Pré-História, o ser humano representava simbolicamente os seus valores, suas vivências, suas crenças e os seus sentimentos mediante suas criações artísticas. Todas as manifestações desse período são consideradas como arte pré-histórica. Os mais antigos sinais de expressões artísticas encontrados foram pinturas e desenhos gravados em paredes e tetos das cavernas, esculturas femininas em pedra e marfim e pequenos objetos confeccionados e decorados.

Isso pressupõe uma grande variedade de produções, desenvolvidas em diferentes locais e por diferentes povos, mas com uma característica em comum, o pragmatismo, ou seja, uma arte com uma utilidade material, cotidiana ou mágico-religiosa. Uma cena de caça, por exemplo, representada na parede de uma caverna às vezes não descrevia uma situação vivida pelo grupo, mas possuía um caráter mágico: ela preparava o grupo para que essa tarefa fosse bem-sucedida e lhe garantisse a sobrevivência. Por ser um período muito longo, os historiadores dividiram a Pré-História em três fases: Paleolítico Inferior, Paleolítico Superior e Neolítico.

PALEOLÍTICO INFERIOR (1 800 000 A 30.000 A.C.)

O homem desse período é coletor de alimentos. Culturalmente, o destaque é para a invenção da linguagem e a utilização de instrumentos de pedra lascada como facas, lanças, machados, etc.

PALEOLÍTICO SUPERIOR (30.000 A 18 000 A.C.)

Nesse período surgem as primeiras culturas caçadoras. As primeiras manifestações artísticas feitas pelo homem se iniciam nesse período. São traços simples, feitos nas paredes de argila das cavernas, e nas “mãos em negativo”, no qual os artistas sopravam um pó obtido de rochas trituradas sobre a mão colocada na parede da caverna. A parte em volta da mão ficava colorida e a parte coberta pela mão, não, conforme a figura das mãos em negativo.

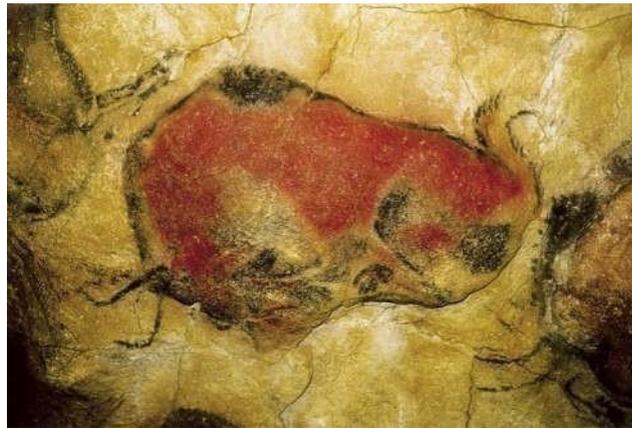


Mãos em negativo, caverna de Gargas. Disponível em

<https://agataazul.wordpress.com/2016/03/04/pintura-pre-historica-mao-em-negativo-por-studio-usina-da-arte/>

A principal característica da arte nesse período, também conhecido como a Idade da Pedra Lascada, é o naturalismo, isto é, desenhar e pintar o que se estava vendo, ou seja, a natureza como ela aparecia para o artista. Uma representação da realidade, ou da imaginação, o mais natural possível, para que o observador pudesse identificar e compreender o conteúdo. Assim, ele pintava um animal de acordo com a percepção que tinha dele. Essas imagens pintadas nas paredes das cavernas, as pinturas rupestres, eram feitas com óxidos minerais, osso, carvão, sangue de animais e vegetais.

As pinturas rupestres encontram-se principalmente nas cavernas de Niaux, Font-de-Gaume e Lascaux, na França, e na caverna de Altamira, na Espanha.



Pintura rupestre: Bisão Ferido, Altamira, na Espanha, 15 000 – 10 000 a.C. Disponível em <https://meusanimais.com.br/animais-representados-na-caverna-de-altamira/>

Na arte da escultura, foram elaborados tanto objetos religiosos quanto utensílios domésticos. São comuns imagens de animais, e principalmente figuras humanas, dentre as quais as figuras femininas conhecidas como vênus, com seios, barriga e vulva muito volumosos, associadas ao culto da fertilidade. Entre as mais famosas, estão a Vênus de Lespugne, encontrada na França, e a Vênus de Willendorf, encontrada na Áustria. Foram criadas principalmente em pedra calcária.



Vênus de Lespugne. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Replica-of-the-Venus-of-Lespugne-Amiens-France_fig3_3376

NEOLÍTICO (18 000 A 5.000 A.C.)

O último período da Pré-História é conhecido também como Idade da Pedra Polida, pelo fato de o ser humano ter aprendido a construir armas e instrumentos com pedras polidas por meio do atrito entre elas.

O homem do Neolítico passou a viver em determinado lugar, cultivando plantas e domesticando animais. Desenvolveu a técnica de fabricar cerâmica, tecer panos, construir moradias, produzir fogo e trabalhar com metais.

Todas essas conquistas se refletiram na arte, que abandonou o estilo naturalista, predominante no Paleolítico, fazendo surgir um estilo simplificador e geometrizarante, porque o poder de observação do artista foi substituído pela estilização das formas, pela racionalização e pela abstração em formas geométricas. Os temas representados na arte mudaram, surgindo as primeiras representações da vida coletiva. São desse período as primeiras obras de arquitetura registradas na história da humanidade, os monumentos megalíticos (do grego *mega* = grande e *lithos* = pedra).

Esses monumentos possuem três organizações: menires (grandes pedras cravadas no chão de forma vertical), dolmens (galerias cobertas que possibilitavam acesso a uma tumba) e cromeleques (menires e dolmens organizados em círculo).



Menir do Outeiro. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g445038-d7336169-i328148102-Menir_da_Bulhoa_Monsaraz-Monsaraz_Evora_District_Alentejo.html



Dólmen de Zedes. Disponível em: <https://escoladeatenas.blogs.sapo.pt/dolmen-de-zedes-2241>



Cromeleque. Disponível em: <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/1387-reviver-o-passado-no-cromeleque-dos-almendres>

PRÉ-HISTÓRIA DA AMÉRICA

O processo de ocupação do continente americano aconteceu a milhares de anos atrás. Apesar do consenso existente com respeito a essa informação, não existe uma data exata reconhecida por todos os especialistas da área. Se de um lado temos estudiosos que trabalham com a datação de 60 mil anos atrás, outros preferem trabalhar com a hipótese de que os primeiros homens americanos teriam surgido há 12 mil anos. Em meio a tantos vestígios diferentes, a exatidão é praticamente uma tarefa impossível.

Contudo, sabemos que a história do homem nas Américas começa no período Paleolítico Inferior, época que tem suas informações fundamentais restritas à análise de

um conjunto específico de vestígios. Em geral, o homem americano trabalhava com instrumentos produzidos em pedra talhada. Além de utilizarem pedras talhadas com uma ou duas faces, os grupos dessa época também construía objetos com ossos de bisões, camelídeos, mastodontes e mamutes.

Na passagem do Paleolítico Inferior para o Paleolítico Superior, há 17 mil anos, a caça se transformou em uma prática mais comum entre os grupos humanos. A prova material dessa mudança pode ser atestada na aparição de pontas de flecha, facas e outros instrumentos pontiagudos utilizados no abatimento e no corte da carne animal. Vale destacar que a caça provocou uma ampliação do cardápio dessas populações e a adoção das peles como vestimenta.

Na Patagônia, porções sul do território argentino, foram encontradas pinturas rupestres, restos de fogueira e pontas de lança que evidenciam a chegada do homem a essa região há mais ou menos 11.500 anos. Além da caça, os povos dessa região também se sustentavam através da coleta de frutos do mar e da pescade peixes. Assim como no litoral brasileiro, a Patagônia é marcada pela existênciade depósitos calcários também conhecidos como sambaquis.

Em Monte Verde, no Chile, temos um rico sítio arqueológico onde especialistas encontraram restos de madeira, plantas medicinais, ferramentas e pegadas humanas. O alto número de vestígios dessa localidade é explicado pela formação das turfas, material orgânico fossilizado capaz de preservar os vestígios pré-históricos encontrados na região. Segundo apontam as estimativas, os fósseis de Monte Verde teriam entre 13.500 e 11.800 anos de idade.

PRÉ-HISTÓRIA DO NORDESTE

Período Pré-cabralino

O Nordeste é habitado desde a era pré-histórica pelos povos indígenas do Brasil, como indicam os importantes sítios arqueológicos da Pedra do Ingá e Pedra Furada.

O primeiro europeu a chegar nas terras que hoje formam o Brasil foi o navegador e explorador espanhol Vicente Yáñez Pinzón, que atingiu o Cabo de SantoAgostinho, no litoral sul de Pernambuco, em 26 de janeiro de 1500. Trata-se da mais antiga viagem comprovada ao território brasileiro.

Contudo, a historiografia luso-brasileira considera como "Descobrimiento do Brasil" a chegada, em 22 de abril de 1500, da frota comandada por Pedro Álvares Cabral ao território denominado Ilha de Vera Cruz (terras que hoje compõem o território do Brasil). Tal descoberta faz parte dos descobrimentos portugueses.[4][5]A navegação de navios castelhanos ao longo da costa brasileira não produziu consequências. A chegada de Pinzón pode ser vista como um simples incidente da expansão marítima espanhola.[6]

A nomenclatura deste evento histórico considera o ponto de vista dos povos do chamado "Velho Mundo", que tinham registros na forma de História (escrita), e, portanto, se trata de uma concepção de História eurocentrada. Marca-se então o início de uma colonização portuguesa em territórios que posteriormente formaram o Brasil, por uma construção social, mais especificamente política.

PERÍODO COLONIAL

No início da colonização os indígenas realizavam trocas comerciais com europeus, na forma de extração do pau-brasil em troca de outros itens. Mas ao longo do período de colonização eles foram incorporados ao domínio europeu ou eliminados, devido às constantes disputas contra os senhores de engenhos.

Foi no litoral nordestino que se deu início a primeira atividade econômica do país, a extração do pau-brasil (ou pau-de-pernambuco). Países como a França, que não concordavam com o Tratado de Tordesilhas, realizavam constantes ataques ao litoral com o objetivo de contrabandear madeira para a Europa.



Olinda é a mais antiga entre as cidades brasileiras declaradas

Patrimônio Cultural da Humanidade. Disponível em <https://poraqui.com/grande-recife/recife-e-olinda-cidades-de-lutas-historias-e-amor/>



O Pelourinho, em Salvador, Bahia. A Cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos foicapital e sede da administração colonial do Brasil entre 1549 e 1763. Disponível em <https://www.jbnaestrada.com.br/centro-historico-de-salvador-mercado-modelo-ao-pelourinho/>.



Brasil em 1709. Pernambuco foi a mais rica capitania do Brasil Colônia.[8]. Disponível em <https://www.clickriomafra.com.br/guia/fatos-historicos/onde-estamos-os-diferentes-nomes-pelos-quais-nosso-territorio-ja-foi-conhecido/>

A costa norte do atual estado do Maranhão foi invadida pela França, na chamada França Equinocial. Os colonos franceses fundaram um povoado denominado de "Saint Louis" (atual São Luís), em homenagem ao soberano, Luís XIII de França. Cientes da presença francesa na região, os portugueses reuniram tropas a partir da Capitania de Pernambuco, sob o comando de Alexandre de Moura. As operações militares culminaram com a capitulação francesa em fins de 1615.

Em 1630, a Capitania de Pernambuco foi invadida pela Companhia Holandesa

das Índias Ocidentais (West Indische Compagnie). Por ocasião da União Ibérica (1580 a 1640) a República Holandesa, antes dominada pela Espanha e depois de conseguir sua independência, necessitava continuar seus negócios de distribuição de açúcar. Antes os portugueses vendiam-lhes suas produções e os holandeses distribuíaam pela Europa, mas com a União Ibérica, tal suprimento foi rompido pela beligerância entre Espanha e Holanda.

Em 26 de dezembro de 1629 partia de São Vicente, Cabo Verde, uma esquadra com 66 embarcações e 7.280 homens em direção a Pernambuco. Os holandeses, desembarcando na praia de Pau Amarelo, conquistam a capitania de Pernambuco em fevereiro de 1630 e estabelecem a colônia Nova Holanda. A frágil resistência portuguesa na passagem do Rio Doce, invadiu sem grandes contratempos Olinda e derrotou a pequena, porém aguerrida, guarnição do forte (que depois passaria a ser chamado de Brum), porta de entrada para o Recife através do istmo que ligava as duas cidades.

O Recife, conhecido como Mauritsstad (Cidade Maurícia), foi a capital do Brasil Holandês, tendo sido governada na maior parte do tempo pelo conde alemão a serviço da Coroa dos Países Baixos Maurício de Nassau. Neste período, Recife era a mais urbanizada cidade do continente americano. O império holandês nas Américas era composto na época por uma cadeia de fortalezas que iam do Ceará à embocadura do rio São Francisco, ao sul de Alagoas. Os holandeses também possuíam uma série de feitorias na Guiné e Angola, situadas no outro lado do Atlântico, o que lhes dava controle sobre o açúcar e o tráfico negreiro, administradas pela Companhia das Índias Ocidentais.

Rua do bom Jesus, umas das mais antigas no Recife antigo. Disponível em



<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/07/rua-do-bom-jesus-no-recife-e-a-terceira-mais-linda-do-mundo-diz-rev.html>

Recife, em Pernambuco, foi considerada a mais próspera e urbanizada cidade da América durante o governo de Maurício de Nassau.

As Batalhas dos Guararapes, episódios decisivos na Insurreição Pernambucana, são consideradas a origem do Exército Brasileiro.

O conde desembarcou na Nieuw Holland, a Nova Holanda, em 1637, acompanhado por uma equipe de arquitetos e engenheiros. Nesse ponto começa a construção de Mauritsstad, que foi dotada de pontes, diques e canais para vencer as condições geográficas locais. O arquiteto Pieter Post foi o responsável pelo traçado da nova cidade e de edifícios como o palácio de Freeburg, sede do poder de Nassaua Nova Holanda, e do prédio do observatório astronômico, tido como o primeiro do Novo Mundo. Em 28 de fevereiro de 1644 o Recife (atualmente o Bairro do Recife) foi ligado à Cidade Maurícia com a construção da primeira ponte da América Latina.

Maurício de Nassau realizou uma política de tolerância religiosa frente aos católicos e calvinistas. Além disso, permitiu a migração de judeus ao Recife, que passou a abrigar a maior comunidade judaica de todo o continente, e a criação de uma sinagoga, a Kahal Zur Israel, inaugurada em 1637 e considerada o primeiro templo judaico das Américas.

Por diversos motivos, sendo um dos mais importantes a exoneração de Maurício de Nassau do governo da capitania pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, o povo de Pernambuco se rebelou contra o governo, juntando-se à fraca resistência ainda existente, num movimento denominado Insurreição Pernambucana. Com a chegada gradativa de reforços portugueses, os holandeses por fim foram expulsos em 1654, na segunda Batalha dos Guararapes, considerada a origem do Exército brasileiro.

Durante o período colonial, no século XVI, a resistência quilombola se iniciou no Brasil, com a fuga de escravos para o Quilombo dos Palmares, na região da serra da Barriga, atual território de Alagoas. Nos vários mocambos palmarinos chegaram a reunir-se mais de vinte mil pessoas. Em 1694 o Macaco, "capital" de Palmares, foi tomado e destruído, e Zumbi dos Palmares foi capturado e teve sua cabeça degolada e exposta em praça pública no Recife.

A cidade de Salvador foi a primeira sede do governo-geral no Brasil, pois estava estrategicamente localizada em um ponto médio do litoral. O governo-geral foi uma

tentativa de centralização do poder para auxiliar as capitânicas, que estavam passando por um momento de crise.

PRÉ-HISTÓRIA NO BRASIL

As tribos indígenas que os portugueses encontraram em território brasileiro em 1500 já habitavam o Brasil há muito tempo. O estudo da Pré-História brasileira volta para o período anterior à chegada de Pedro Álvares Cabral. Esse período é chamado também de Pré-Cabralino. Os **primeiros grupos humanos chegaram ao Brasil há 12 mil anos** e são oriundos dos povos pré-históricos que vieram do Hemisfério Norte.

Há 3,2 milhões de anos, os grupos humanos que estavam na Ásia atravessaram o Estreito de Bering, que estava congelado, em direção ao continente americano, fugindo do forte frio. Esses grupos se espalharam pela América **em busca de melhores condições climáticas e de ambiente.**

POVOAMENTO DO BRASIL

Foi durante o Pleistoceno que ocorreu o povoamento do território que hoje corresponde ao Brasil. Os primeiros grupos humanos que ocuparam nosso território são chamados de paleo-índios. Reconstituição do crânio de Luzia datado de 11.500 anos. Reconstituição do crânio de Luzia datado de 11.500 anos. As ossadas mais antigas de paleo-índios encontradas no Brasil pertencem ao final do Pleistoceno, entre 11 mil e 12 anos. Foram encontradas na região arqueológica de Lagoa Santa, em Minas Gerais. Entre as ossadas, está Luzia, o esqueleto mais antigo das Américas, de 11.500 anos. A reconstituição facial do crânio de Luzia surpreendeu o mundo científico. Seus traços não eram iguais aos indígenas atuais, cujos antepassados são de origem asiática. Luzia, diferentemente, tinha traços negróides, semelhantes aos africanos e aos nativos da Austrália e da Polinésia. Essa descoberta levou os cientistas a uma nova hipótese sobre o povoamento da América. Ele teria sido feito por dois tipos humanos com características físicas distintas: um tipo negroide, possivelmente o mais antigo, vindo da Austrália ou das ilhas da Melanésia e da Polinésia e um grupo posterior, de origem asiática que teria entrado na América pelo estreito de Bering, e que acabou dominando o continente e dando origem aos indígenas atuais. Outras descobertas surpreendentes foram feitas nas escavações arqueológicas na Serra da Capivara, no sul do Piauí. Ali foram encontrados esqueletos de 8.000 anos e vestígios de presença humana ainda mais antigos que Luzia:

são pinturas rupestres, restos de fogueiras e artefatos de 17 mil anos até 48 mil anos! Rota do povoamento da América Rota do povoamento da América.

CAPÍTULO III

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA VIDA DO HOMEM PRÉ-HISTÓRICO NO BRASIL

Com base nas descobertas arqueológicas e estudos realizados, podemos ter uma ideia sobre como era a vida destes homens na Pré-História.

- Viviam da caça, pesca e coleta de frutos. Para caçar usavam machados e lanças de madeira com pontas de pedra afiadas. Os que habitavam a região litorânea também comiam grandes quantidades de frutos do mar.

- Usavam o fogo para cozinhar os alimentos e para se protegerem dos animais ferozes.

- Grande parte dos homens da pré-história das regiões interiores habitavam cavernas. Já os homens que viviam no litoral brasileiro fabricavam cabanas de madeira e palha para morar.

- Faziam recipientes de cerâmica para armazenar, principalmente, grãos e água.

- Faziam pinturas rupestres (em paredes de cavernas). Os desenhos representavam, principalmente, cenas de parto, relações sexuais, caça de animais, rituais e danças, contagem de objetos e outras atividades cotidianas. Usavam sangue de animais, carvão e minerais misturados em água para desenharem. A arte rupestre é uma das principais fontes de pesquisa da Pré-história no Brasil.

- Viviam em grupos (grandes famílias) com divisão de tarefas entre homens e mulheres. Os homens se dedicavam à caça, pesca e proteção do grupo. As mulheres cuidavam das crianças e preparavam o alimento.

- Algumas comunidades enterravam os mortos próximos aos locais onde moravam. Praticavam também rituais ligados funerários (ligados à morte).

Em função das dificuldades da vida, doenças, ataques de animais e péssimas condições de higiene, as pessoas viviam pouco. A expectativa de vida ficava entre 25 e 30 anos.

Tinham preferência por regiões próximas a rios e lagos devido a facilidade para obter água para beber, tomar banho e pescar.



A presença humana no território hoje ocupado pelo Brasil data de 12 mil anos, conforme evidências arqueológicas. Ao menos duas diferentes rotas migratórias contribuíram para o deslocamento na América pré-colombiana (antes da chegada de Cristóvão Colombo, em 1492). Os primeiros humanos surgiram na África há 3,2 milhões de anos. Assim, é correto afirmar que os seres humanos vieram daquele continente através de ondas migratórias.

A corrente mais aceita é a migração através da passagem do Estreito de Bering em diferentes períodos. Desta maneira, os seres humanos chegaram ao Alasca e, de lá, partiram para o restante do continente.

Outra rota de deslocamento seria a do Pacífico. Como a altura do mar era mais baixa e havia mais ilhas ao longo do oceano, os seres humanos puderam vir navegando à Patagônia e à região que hoje corresponde ao Brasil.

A divisão do trabalho na Pré-História foi acontecendo conforme o estilo de vida dos agrupamentos humanos foi ficando mais sofisticado. Sendo assim, os **homens**

foram responsáveis pela **caça** de animais, enquanto que as **mulheres** foram tornando-se responsáveis pela **coleta** de alimentos para alimentarem-se e alimentarem seus filhos. À medida que a agricultura foi desenvolvida, essa atividade também passou a ser responsabilidade, em geral, das mulheres.

A professora e socióloga alemã Maria Mies sugere que a sobrevivência dos agrupamentos humanos, durante parte da Pré-História, foi possível, sobretudo, a partir do **papel desempenhado pelas mulheres**, uma vez que grande parte do alimento consumido era oriundo da coleta e da agricultura, e uma parte diminuta era resultado da caça, função masculina.

Arte na Pré-História



Vênus de Willendorf. Disponível em : <https://bauruliteratura.com.br/a-venus-de-willendorf/>

Vênus de Willendorf, uma das obras de arte mais conhecidas da Pré-História. A arte na Pré-História assumiu características distintas. Os especialistas não sabem ao certo os motivos pelos quais os seres humanos produziam tais objetos artísticos, mas especulam que podem ser um registro artístico apenas como um **registro do cotidiano**, no sentido da “arte pela arte”. Outros sugerem que poderiam ter uma **função ritualística**, com o objetivo de integrar o homem com a natureza.

Do período Paleolítico, destacam-se, principalmente, as **pinturas rupestres**, que eram feitas nas paredes das cavernas que são encontradas em diversos locais do mundo, inclusive no Brasil. As pinturas rupestres representavam o homem em meio a grandes

grupos de animais, simbolizando as caçadas, e representavam também outras cenas do cotidiano humano.

No Paleolítico, também eram feitas pequenas esculturas das quais destacam-se as **estatuetas de Vênus**, datadas do período entre 40.000 a.C. e 10.000 a.C. Essas estatuetas foram encontradas em diferentes partes do mundo e representavam um corpo feminino nu com formas voluptuosas, podendo estar associadas ao culto da Deusa-mãe.

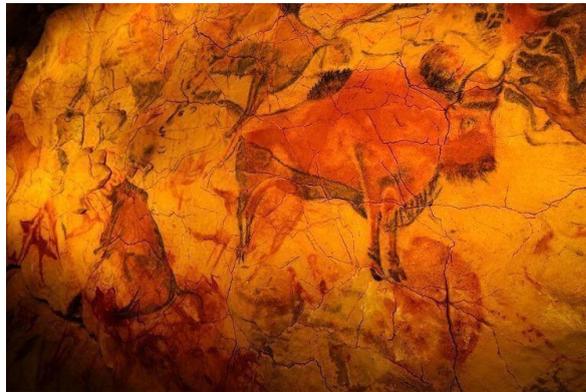
No Neolítico, destacam-se as **construções megalíticas**, construções realizadas com grandes rochas. Os especialistas ainda não sabem o real objetivo dessas construções, mas especulam-se que poderiam funcionar como marcadores de tempo ou poderiam ter relação com a observação dos astros. A construção megalítica mais famosa é **Stonehenge**, localizada na Inglaterra.



Coprólito, pedaço de fezes fossilizadas (humano ou não-humano) que serve para o estudo do período pré-histórico.

- 0 O estudo da Pré-História é um ofício realizado, principalmente, por arqueólogos, paleontólogos e geólogos.
- 0 O estudo da vida dos seres humanos pré-históricos (e também dos animais desse período) inclui a análise de **coprólitos**, isto é, fezes fossilizadas.
- 0 No Brasil, o principal sítio arqueológico localiza-se na **Serra da Capivara**, que fica no estado do Piauí.
- 0 A estatueta de Vênus mais famosa é a **Vênus de Willendorf**, localizada na Áustria e que tem cerca de 25 mil anos.

ARTE



Pintura rupestre encontrada em uma caverna localizada em Altamira, Espanha. Disponível em:
https://www.spain.info/pt_BR/lugares-interesse/cavernas-altamira/

O estudo da Pré-História também inclui a análise das formas de arte que foram realizadas nesse período. Os especialistas ainda não têm certeza dos motivos pelos quais os homens pré-históricos fizeram tais registros, mas sugerem que eles poderiam ser apenas um registro da “**arte pela arte**”, bem como poderiam ser um registro que realizasse uma **conexão do homem com a natureza** em um plano espiritual.

A principal forma de arte desse período são as **pinturas rupestres**, que eram realizadas nas paredes das cavernas. Essas pinturas remontam a 40 mil anos atrás e representavam grupos de animais ou o ser humano em meio a atividades cotidianas. Eram usados materiais como terra, carvão, sangue, entre outros, nessas pinturas.

No período pré-histórico, também eram realizadas esculturas pequenas. As mais famosas são as **estatuetas de Vênus**, isto é, pequenas estátuas de mulheres com formas corporais voluptuosas. A mais famosa dessas estatuetas é a **Vênus de Willendorf**, que foi localizada na Áustria e remonta a 25 mil anos atrás.

Por fim, vale destacar as **construções megalíticas**, que eram basicamente grandes construções feitas em pedra. Os especialistas não sabem ao certo a razão pela qual esses monumentos foram construídos. O monumento megalítico mais conhecido é o de **Stonehenge**, localizado na Inglaterra.

O que é referido aqui no texto como Pré-História brasileira é nomeado pelos especialistas como **História pré-cabralina do Brasil**, isto é, a história dos povos indígenas que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses com a expedição de

Pedro Álvares Cabral. Até a divisão dos períodos no estudo da Pré-História brasileira é diferente porque aquela divisão tradicional em Paleolítico, Mesolítico e Neolítico não é utilizada no país.



Zuzu, um dos mais importantes fósseis do estudo da Pré-História brasileira que remonta há 10 mil anos.

Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/rosto-de-homem-que-viveu-ha-5-mil-anos-rio-grande-do-sul-ganha-reconstrucao-3d.phtml>

A divisão no estudo da história pré-cabralina utiliza as épocas geológicas como marco. Assim, a divisão está em **pleistoceno** (mais de 12 mil anos atrás) e **holoceno** (de 12 mil anos atrás até a chegada dos portugueses em 1500). Grande parte das evidências apontam que o homem chegou à América por volta de 22000 anos atrás. No entanto, pesquisas recentes encontraram sinais de presença humana que remontam a 43000 anos atrás. Isso tem gerado muito debate entre os especialistas.

Outra questão importante, como aponta o geógrafo Aziz Nacib Ab'Sáber^[2], é a inexistência de resquícios de habitação humana no litoral em períodos anteriores a 6000 anos AP. De 6000 AP em diante, os principais registros são os **sambaquis**, depósitos de materiais orgânicos feitos pelo ser humano. Para isso, os especialistas apontam que, provavelmente, a ausência desses registros está relacionada com o aumento do nível do mar que aconteceu por volta de 13000 AP.

A PRÉ-HISTÓRIA NA SALA DE AULA

Dados da Aula

O que o aluno poderá aprender com esta aula

Nessa aula, os alunos poderão identificar as diferentes fases da pré-história a partir de mudanças materiais e reconhecer as transformações biológicas nos seres humanos e suas adaptações culturais. Dessa forma, os educandos estarão aptos a situar a forma de organização social da humanidade durante o período determinado como pré-história.

- Duração das atividades
- 3 aulas de 50 minutos
- Conhecimentos prévios trabalhados pelo professor com o aluno
- O aluno deve conhecer as relações de tempo cronológico e tempo histórico.
- Estratégias e recursos da aula

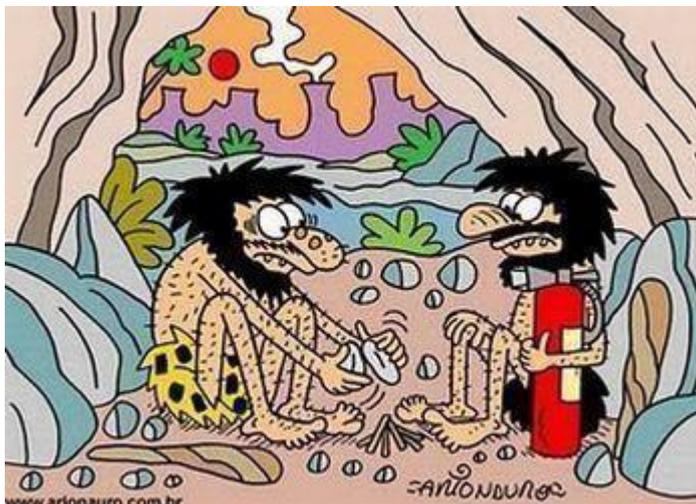
Prática Social Inicial do Conteúdo

Para falar sobre a Pré-História, o professor deverá apresentar a charge abaixo e propor os seguintes questionamentos a turma:

Qual a atividade que os dois personagens estão executando? Como estão vestidos os homens da imagem 1?

Os dois personagens são homens pré-históricos? Justifique com elementos da charge.

Com suas palavras, defina a crítica social feita pelo desenhista.

Imagem 1:

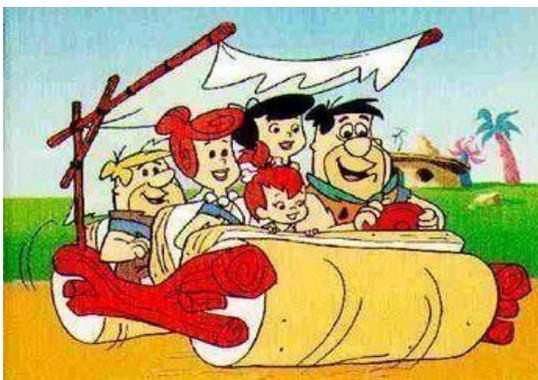
Disponível em: < <http://prof-maurosergio.blogspot.com.br/2011/02/atividade-1a.html>

> Acesso em: 02/08/10.

O aluno deverá perceber que a charge satiriza a exclusão social, o não acesso aos avanços tecnológicos. No desenho, ao mesmo tempo que existe desenvolvimento produtivo, representado pela chaminé das indústrias ao fundo, alguns ainda estão atrasados, "vivem na idade da pedra".

Problematização

Depois da primeira reflexão, os alunos assistirão a um trecho do desenho animado Os Flintstone. **Imagem 2:**



Disponível em: <<http://unidasvenceremos.pbworks.com/w/page/14689988/Flintstones>> Acesso em: 02/08/10.

Sobre o trecho do desenho **Os Flintstones**

Desenho animado produzido pelo estúdio Hanna Barbera nos anos 1960 sobre uma família que vive na pré-história. Repleto de anacronismos, o desenho mescla períodos históricos e brinca com a modernidade.

Palavras-chave: pré-história, relações culturais, anacronismos, modernidade.

O desenho de Hanna Barbera apresenta como principal tema o anacronismo. A animação gira em torno de uma família que vive na pré-história, mas tem acesso a modernidades da vida contemporânea. Produzida nos anos 1960, os Flintstone brincam com o "american way of life" numa perspectiva impossível: consumir na Idade da Pedra. Assim, nos interrogamos: a pré-história significa atraso? Como devemos encarar a tecnologia?

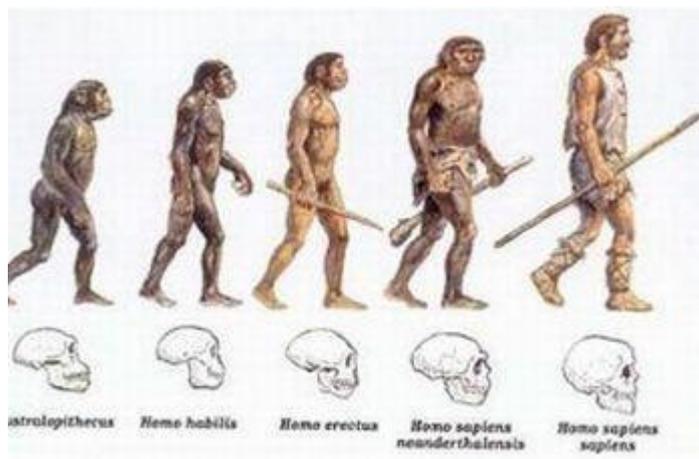
ATIVIDADE 1:

Os alunos deverão realizar um debate sobre o tema tecnologia e seus usos no mundo contemporâneo. O debate deverá ser registrado por um redator ou pelo próprio professor. Para falar sobre esses assuntos, os alunos poderão utilizar como exemplo a imagem 1 e o trecho do desenho de Hanna Barbera. Cada aluno poderá expor suas opiniões livremente ou o professor poderá organizar a discussão em equipes. Os resultados serão exibidos em forma de cartazes ou num flyer elaborado com o software Scribus.

Sobre o scribus:

O scribus é um aplicativo de Desktop Publishing de código aberto. Ele permite diagramações bastante sofisticadas, ideal para documentos bastante elaborados, com fotos, gráficos, diagramas, etc. Suporta formatos de saída do tipo pdf, ps, png, jpg, svg, entre outros.

O professor de Sociologia pode se envolver a fim de discutir as teorias sobre indústria cultural e alienação sob a perspectiva de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin.

Imagem 3:

Disponível em: <<http://professorbruno.webnode.com.br/pre-historia/>> Acesso em: 02/08/10.

A fim de aproximar os alunos dos conteúdos relativos aos períodos da pré-história, o professor apresentará o esquema da evolução humana de acordo com a teoria evolucionista de Charles Darwin. Essa análise virá de encontro com o debate sobre tecnologia, na medida que as alterações cranianas dos hominídeos são ilustradas por ancestrais humanos utilizando um certo tipo de ferramenta. Essa progressiva melhora da tecnologia favorece a compreensão do aluno que a tecnologia não faz referência apenas ao mundo contemporâneo, e os conceitos de modernidade e progresso são sempre relativos.

ATIVIDADE 2:

Depois de realizadas as observações sobre evolução e tecnologia, os alunos deverão assistir o trecho de **Navegantes: pré-história**.



Navegantes: pré-história. Disponível

em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnica.html?id=9113> Acesso em: 02/08/10

Isso feito, os alunos formarão pequenos grupos para realizar uma pesquisa sobre os períodos da pré-história e suas características. Caso a escola possua laboratório de informática, os alunos poderão realizar sua pesquisa a partir da *webquest* criada por uma equipe de educadores do CAIC Professor Mariano Costa.

Sobre a *webquest*:

De acordo com Gilian Barros "WebQuest é uma metodologia que direciona o trabalho de pesquisa utilizando os recursos da Internet. Metodologia, estudada, desenvolvida e disponibilizada por Bernie Dodge, Educational Technology, San Diego State University em 1995, e disseminada no Brasil por Jarbas Novelino Barato, são produzidas para disponibilização na Internet e podem ser editadas em programas como: Front Page, NVU, Dreamweaver, Mozilla Composer".

A pesquisa poderá ser feita ainda com o auxílio de livros e seus resultados deverão estar expostos em forma de cartazes fixados na sala-de-aula, ou editados como vídeos digitalmente com o auxílio do Movie Maker ou Kino.

Sobre o Movie Maker:

O Windows Movie Maker é um software de edição de vídeos da Microsoft. Atualmente faz parte do conjunto de aplicativos Windows Live, chamado de Windows Live Movie Maker (disponível apenas para Windows Vista e 7).

Sobre o kino: O kino é um programa livre para edição de vídeo não-linear voltado para captura de vídeo via placa IEEE-1394 (também conhecida como FireWire ou i.Link), manipulação básica, reprodução e exportação de arquivos de vídeo e áudio em vários formatos: Raw DV, DV AVI, still frames, WAV, MP3, Ogg Vorbis, MPEG, DivX, entre outros. Considerado um programa estável, a simplicidade deste software é sua principal característica.

O apelo visual deverá ser estimulado, inclusive para promover a interdisciplinaridade com as técnicas de artes. Para os alunos menos habilidosos artisticamente, os próprios colegas podem optar por uma divisão de tarefas interna ao grupo a fim de promover o trabalho colaborativo e priorizar o coletivo.

ATIVIDADE 3:

Para refletir sobre as mudanças biológicas da humanidade e sobre a noção de ciência, o professor deverá retomar a noção de tecnologia. Como sugestão, o professor pode passar o trecho inicial do filme de Stanley Kubrick **2001: uma Odisseia no espaço**. O trecho deve ser interpretado como uma obra de ficção científica, no entanto, as intenções do diretor em utilizar uma canção para conduzir a narrativa e o choque do espectador com um hominídeo semelhante a um gorila deverá suscitar um questionamento sobre o embate entre a teoria evolucionista e criacionista. Como forma de estimular as discussões, o professor exibirá a imagem 4 abaixo.



Cena do filme **2001: uma Odisseia no espaço** do diretor Stanley Kubrick de 1968.
Disponível em: <http://cinerosebudd.wordpress.com/2008/07/19/2001-uma-odisseia-no-espaco-2/> Acesso em: 10/08/2022.

Sobre o trecho do filme

As imagens iniciais do filme de Stanley Kubrick nos colocam diante de animais com os quais dificilmente nos identificamos. Se parecem muito mais com os gorilas atuais do que com os seres humanos. Provavelmente a intenção do cineasta fosse causar um certo desgosto, um desconforto e uma sensação de estranheza nos espectadores. Em determinados casos inclusive, gerou uma dúvida tão grande que levou um grande número de pessoas a ignorar o fato de que aqueles animais pudessem ser verdadeiramente identificados como parentes do *Homo Sapiens*. O que podemos observar, a princípio, é que esses hominídeos caminhavam apoiando-se sobre os quatro membros, tinham o corpo coberto por uma penugem considerável e possuíam um maxilar protuberante.

Palavras-chave: relações culturais, ficção científica, hominídeos, pré-história, sociabilidade.

RECURSOS EDUCACIONAIS

Nome	Tipo
Navegantes: Pré-História	Vídeo
Recursos	Complementares
Interdisciplinaridade com ciências e/ou biologia.	

Mistérios da Ciência: a teoria de Darwin. Programa dividido em cinco partes, exibido pela *National Geographic* sobre a Teoria da Evolução de Charles Darwin. A exibição desse documentário por parte do professor de Ciências ou Biologia pode

aproximar as temáticas trabalhadas com o tema relativo à teoria evolucionista.

Palavras-chave: Teoria da Evolução, Charles Darwin, seleção natural, espécies, biodiversidade.

AVALIAÇÃO

O professor deverá apresentar e discutir com a turma os critérios de avaliação. Cada conceito deve ser explicitado e aprovado pelo grupo de alunos. Durante a realização das atividades, o professor deverá despertar o interesse dos alunos pelo tema, apontando as possibilidades de interpretação, auxiliar os alunos a transpor suas dificuldades e ressaltar suas qualidades, motivando-o durante o processo de ensino aprendizagem.

Para auxiliar na avaliação sugerimos alguns critérios:

- participação coerente nas reflexões da discussão inicial;
- realização das atividades;
- produção e pertinência das respostas apontadas nas discussões;
- participação individual e coletiva dos alunos no desenvolvimento do contexto geral da aula.

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=22187>

PRÉ-HISTÓRIA REPRESENTADA NO CINEMA

Cinema e História têm desenvolvido relações bastante íntimas desde que os primeiros filmes começaram a surgir por volta do alvorecer do século XX. De fato, estes dois campos da atividade e da criação humana não cessaram de intensificar progressivamente as suas possibilidades de interação à medida que o Cinema se foi firmando como a grande arte da contemporaneidade. Forma de expressão artística para a qual concorrem diversas outras artes – como a Música, o Teatro, a Literatura, a Fotografia e as demais Artes Visuais – o Cinema terminou por vir a constituir a partir de si mesmo uma linguagem própria e uma indústria também específica, e a par disto não cessou de interferir na história contemporânea ao mesmo tempo que o seu discurso e as suas práticas

se foram transformando com esta mesma história contemporânea. Eis aqui a raiz de um complexo jogo de inter-relações possíveis que têm permitido que o Cinema se mostra simultaneamente como «fonte», «tecnologia», «sujeito» e «meio de representação» para a História.

No seu aspecto mais irredutível o Cinema – incluindo todo o imenso conjunto das obras cinematográficas que já foram produzidas e também as práticas e discursos que sobre elas se estabelecem – pode ser considerado nos dias de hoje uma fonte primordial e inesgotável para o trabalho historiográfico. A partir de uma fonte fílmica, e a partir da análise dos discursos e práticas cinematográficas relacionados aos diversos contextos contemporâneos, os historiadores podem apreender de uma nova perspectiva a própria história do século XX e da contemporaneidade. De igual maneira, como se verá mais adiante, os historiadores políticos e culturais podem examinar os diversos usos, recepções e apropriações dos discursos, práticas e obras cinematográficas.

Para além deste fato mais evidente de que o Cinema – enquanto forma de expressão cultural especificamente contemporânea – fornece fontes extraordinariamente significativas para os estudos históricos sobre a própria época em que foi e está sendo produzido, uma outra relação fulcral entre História e Cinema pode aparecer através da dimensão deste último como representação. O Cinema não é apenas uma forma de expressão cultural, mas também um meio de representação. Através de um filme representa-se algo, seja uma realidade percebida e interpretada, ou seja, um mundo imaginário livremente criado pelos autores de um filme. Para o âmbito das relações entre Cinema e História, interessa particularmente a possibilidade de a obra cinematográfica funcionar como meio de representação ou como veículo interpretante de realidades históricas específicas, ou, ainda, como linguagem que se abre livremente para a imaginação histórica. Em um caso, estaremos tratando dos chamados filmes históricos – entendidos aqui como aqueles filmes que buscam representar ou estetizar eventos ou processos históricos conhecidos, e que incluem entre outras as categorias dos filmes épicos e também dos filmes históricos que apresentam uma versão romanceada de eventos ou vidas de personagens históricos. Em outro caso, será possível destacar ainda aqueles filmes que chamaremos de filmes de ambientação histórica, aqui considerando os filmes que se referem a enredos criados livremente, mas sobre um contexto histórico bem estabelecido.

Ao lado dos filmes históricos e dos filmes de ambientação histórica, uma terceira e importante modalidade ainda a ser discutida neste tipo de relação entre o Cinema e a representação histórica é a dos documentários históricos – que podem ser definidos mais especificamente como trabalhos de representação historiográfica através de filmes, diferenciando-se dos atrás mencionados filmes históricos seja pelo rigor documental em que se apoiam, seja pelo fato de que neles o fator estético é deslocado para segundo plano e não é quem conduz os rumos da narrativa ou da construção fílmica. Desta maneira, enquanto o filme histórico narra criativamente um evento ou processo histórico, tomando-o para enredo, o documentário historiográfico analisa os acontecimentos à maneira dos historiadores, comparando depoimentos e fontes, sobrepondo imagens da época, analisando situações através da lógica historiográfica e do raciocínio hipotético-dedutivo, e encaminhando uma série de operações que são algo similares àquelas das quais os historiadores lançam mão ao examinar um processo histórico em obra historiográfica em forma de livro. Assim, o fio condutor do documentário historiográfico é essencialmente a análise de eventos e processos históricos, e não a mera narração destes processos mediada pelo mesmo tipo de estetização que aparece nos filmes ficcionais. Vale ainda lembrar que, enquanto o filme histórico oculta as fontes em que se apoiou, o documentário histórico desenvolve-se habitualmente explicitando as suas fontes aos espectadores e marcando uma distância clara entre o discurso do cineasta-historiador e estas mesmas fontes (o discurso dos outros, as imagens e documentos de época, e assim por diante). Em suma, ressalvadas as especificidades de cada linguagem e as características pessoais de cada autor, o cineasta-historiador age analogamente ao que faria um historiador tradicional que escreve um livro de História nos dias de hoje.

Em síntese – sobre o filme histórico, o filme de ambientação histórica, e o documentário histórico, entre outros tipos similares que poderiam também ser mencionados – pode dizer-se que estas três modalidades fílmicas relacionadas com a História (considerada aqui como objeto de conhecimento) correspondem respectivamente, na Literatura, ao romance histórico propriamente dito, à obra de ficção com ambientação histórica, e às próprias representações historiográficas produzidas pelos historiadores profissionais ou diletantes.

Sobre todos estes tipos de filmes de História (no sentido amplo), é importante ressaltar ainda que eles possuem uma dupla natureza, uma espécie de duplo vínculo em

relação à História. Além de serem fontes importantes para a percepção de processos históricos diversificados que se dão na própria época de sua produção, tal como aliás ocorre com os demais filmes (inclusive os de ficção), os filmes de História são também fontes primordiais para o estudo das próprias representações historiográficas. Neste sentido, além de ser possível neste tipo de fontes cinematográficas estudar a História (enquanto objeto de conhecimento), é possível estudar a partir deles as próprias representações e concepções historiográficas (isto é, a História enquanto campo de conhecimento), discutindo a historiografia nos seus diversos níveis. Pode-se dizer que através dos filmes de História de diversos tipos o Cinema começa a penetrar de diversas maneiras diversas no próprio mundo dos historiadores, e não apenas no mundo de acontecimentos históricos que os historiadores examinam com algum tipo de distanciamento.

SETE MOMENTOS EM QUE O CINEMA FOI À PRÉ-HISTÓRIA

Os Flintstone (The Flintstone, 1994, EUA, dir.: Brian Levant) – por **Luísa Teixeira de Paula**.

Não existe filme sobre a Idade da Pedra mais divertido que Os Flintstone, de 1994. Levado para as telonas após 34 anos da estreia do desenho animado de mesmo nome, o longa mostra a vida de uma família de classe média no ano de 1.040.000 a.C. A tecnologia, ainda que primária, é um de seus maiores atrativos: quem iria pensar em um carro que funciona à propulsão humana? Ou em jornais impressos em pedra? Animais servindo como eletrodomésticos, ao mesmo tempo em que um dinossauro e um tigre dente-de-sabre são pets?

O roteiro também é bem atual, com suas ressalvas: Fred Flintstone se torna o vice-presidente da firma em que trabalha, inaugurando uma vida de novos ricos ao lado de Wilma e Pedrita (seria este um prenúncio da ascensão da Classe C, assuntotão em voga ultimamente?), enquanto seus vizinhos Barney, Betty e Bambam passam por dificuldades financeiras. A amizade é abalada, mas nada como um esquema de corrupção envolvendo o patriarca Flintstone como bode expiatório para restabelecer os laços.

Se uma aventura da família mais moderna dos tempos idos não foi suficiente, uma prequel do filme foi lançada em 2000: Os Flintstone em Viva Rock Vegas. Yabadabadoo!

A História do Mundo: Parte 1 (History of the World: Part I, 1981, EUA, dir.: Mel Brooks) – por **Renato Silveira**

Paródia de filmes históricos e épicos, *A História do Mundo: Parte 1* começa fazendo uma referência a *2001: Uma Odisseia no Espaço* com o intertítulo “A Aurorado Homem”. Neste segmento, narrado por ninguém menos que Orson Welles, Mel Brooks coloca homens da caverna como criadores não apenas do fogo, mas também do casamento, da arma e da arte. “E claro, com o nascimento do artista, veio a inevitável placenta... o crítico”, ironiza o narrador.

O filme segue reconstituindo e misturando passagens bíblicas, como a criação dos Dez Mandamentos, e momentos históricos, como a Inquisição e a Revolução Francesa. O humor de Brooks talvez tenha ficado datado, mas várias passagens do longa continuam impagáveis. Só não procure pela “parte 2”, já que o título do filme também é uma grande brincadeira.

A Guerra do Fogo (La Guerre du Feu, 1981, Canadá/França/EUA, dir.: Jean-Jacques Annaud) – por **Heitor Valadão**

É difícil dizer qual filme é o maior representante da vida dos homens das cavernas. *A Guerra do Fogo* certamente não foi a primeira, mas foi bastante usada por professores do mundo todo após seu lançamento em 1981. Pelo menos em sua época, o filme de Jean-Jacques Annaud foi considerado inovador, especialmente por não possuir diálogos propriamente ditos, já que todos os personagens se comunicam através de grunhidos, gritos e gestos.

No elenco, Everett McGill (que nunca foi muito além de comparsa de vilão de filme B) e Rae Dawn Chong (que esteve em clássicos da Sessão da Tarde como *Um Diretor Contra Todos* e *Comando para Matar*). Vale lembrar também que é a estreia de Ron “Hellboy” Perlman na telona, e que desde então ele mostrava que sabia trabalhar bem debaixo de quilos de maquiagem.

A Guerra do Fogo deu também ao seu diretor a oportunidade de fazer a adaptação de *O Nome da Rosa*, talvez seu filme mais cultuado.

A Árvore da Vida (The Tree of Life, 2011, EUA, dir.: Terrence Malick) – por Luisa Gomes

De onde viemos? Para onde vamos? Quem somos nós? Estas são as perguntas essenciais que todo ser humano já fez ou ainda fará. Tais questões existencialistas são abordadas de forma sutil, usando a relação pai e filho, no filme escrito e dirigido por Terrence Mallick, *A Árvore da Vida*. O mais surpreendente, porém, é que em determinado momento temos contato com a versão do cineasta sobre a origem do universo.

O caos do desconhecido é representado pelo som de "Lacrimosa 2", de Zbigniew Preisner, na trilha sonora, que subitamente dá lugar ao silêncio absoluto de alguns instantes, seguido da explosão que possivelmente é uma ilustração da teoria do Big Bang, na qual o universo está em constante expansão.

O longa não possui uma forma regular de narrativa, seguindo apenas o fluxo de memórias do protagonista Jack O'Brien (Sean Penn) e seus altos e baixos vividos com a família. E um dos mistérios do filme é justamente a ligação entre a sequência da formação do universo e, por consequência, do nosso planeta.

2001: Uma Odisseia no Espaço (2001: A Space Odyssey, 1968, EUA/Reino Unido, dir.: Stanley Kubrick) – por **Larissa Padron**

Quem ouve o clássico "Assim Falou Zaratustra", de Richard Strauss, e não pensa em um macaco com um osso na mão provavelmente tiraria zero em uma prova de referências cinematográficas.

Em 1968, Stanley Kubrick chocou o público ao iniciar *2001: Uma Odisseia no Espaço*, uma ficção científica futurista, com uma longa cena na pré-história. O segmento de abertura do filme, "A Aurora do Homem", mostra uma reunião de primatas (usando uma maquiagem impressionante para a época), o famoso monolito e como tudo muda na história da humanidade quando um de nossos antepassados aprende a usar um osso como arma.

Osso que se transforma em uma das maiores e mais geniais elipses temporais da história do cinema.

A Tribo da Caverna do Urso (*The Clan of the Cave Bear*, 1986, EUA, dir.: Michael Chapman).

Uma elaborada e rica produção cinematográfica intitulada por A Tribo da Caverna do Urso, é um dos materiais mais trabalhados quando o assunto é Pré- História. Filme de origem norte-americana, teve seu lançamento no ano de 1986 e representa um dos gêneros classificados como aventura sob direção de Michael Chapman. O filme oferece uma estrutura abastada de conteúdo histórico, informativo, cultural e diversificado, na busca de uma análise sobre os povos ditos pré-históricos e as suas formas de vida, cujas características são pontos fortemente explorados entre todos os personagens durante a longa-metragem, que tem uma duração de 1h 38m.

O conteúdo e as perspectivas que norteiam o filme têm por base a era primitiva, assim como as vivências e as relações que os povos pré-históricos construíam em determinado contexto, além disso as maneiras de sobrevivência sempre são pontos bastante importantes quando trabalha-se as formas de vida primitivas. Diante disso, o filme A Tribo da Caverna do Urso tem como personagem principal a menina Ayla, que após a perda de sua mãe, e também de seu clã, passa a viver e enfrentar sozinha várias adversidades, que a colocam em constante perigo. O evento trágico que acarretou a morte de todo um clã, proporcionou a Ayla um inesperado e transformador contato com tribos, costumes, crenças e maneiras de viver distintas de origem, dessa maneira podemos compreender e analisar como as diferenças eram trabalhadas na Pré-História.

Um líder, uma curandeira, um caçador e um Mog-Ur estavam a frente do clã que salvou a menina Ayla dos perigos da floresta, esse era o padrão de organização que a maioria das tribos comportava. Esses clãs apresentavam uma comunicação majoritariamente através de linguagem de sinais, mantinham e respeitavam crenças, tradições e religiosidades passadas através das gerações. Em diversos momentos, são apresentados aos telespectadores elementos característicos das tribos, além disso têm-se suas formas de organização e hierarquização, como uma das questões que integram a produção e chamam a atenção de quem assiste.

A menina Ayla cresce em um ambiente distinto de sua origem, dessa maneira incorpora questões e costumes de um povo diferente, aprende sobre o significado de ser e de olhar sobre a perspectiva do outro, um dos pontos-chaves dessa produção.

Ao, o último Neandertal (Ao, le dernier Néandertal, 2010, França, dir.: Jacques Malaterre).

O filme que aborda uma história há mais de 300 mil anos, contempla elementos característicos de uma espécie que dominava o mundo. Ao o Último Neandertal aborda uma perspectiva minuciosa e rica em detalhes pertencentes aos povos neandertais, o filme tece a história das tribos e das organizações pré-históricas, a maneira como eles viviam e os costumes que os representavam. Filme francês dirigido por Jacques Malaterre, a longa-metragem foi produzida em 2010 e teve sua estreia no mesmo ano, é um importante material sobre a Pré-História e seus povos, com uma duração de 1h 38 m.

Ao, um homem Neandertal que habitou a Europa e partes do Oeste da Ásia, último antes da predominância da espécie dos Homo-Sapiens, foi separado de seu irmão gêmeo, quando ainda eram crianças, anos depois o reencontro será o grande objetivo de Ao, que após perder toda sua família em um ataque a sua tribo decide iniciar a busca. Em sua trajetória com o intuito de reencontrar seu irmão, Ao conhece pessoas, costumes e culturas diferentes da sua. Durante a viagem de Ao, seu grande achado foi uma mulher chamada Aki, ela era da espécie Homo-Sapiens e foi o primeiro contato dele com a nova espécie, e essa relação é bem explorada durante o filme, de forma que mostra os contrastes entre ambas.

O filme foca na relação entre neandertal e Homo-Sapiens, além disso a aproximação entre diferentes clãs é uma das principais abordagens da produção.

Diante disso, ao sofrer perseguições por outros clãs, nessas cenas podemos perceber o quanto essas questões interferem nas convivências entre esses povos. As maneiras de sobrevivência, atreladas aos sentimentos e as formas de agir de cada espécie, são questões que integram e dão sentido à narrativa proposta ao longo do filme para mostrar esse contato entre os Neandertais Homo-Sapiens.

O diálogo entre o ensino de História e o conhecimento científico redimensiona a importância social da área na formação do estudante, sinalizando e fundamentando a possibilidade de estudo e atividade que valorizem a atitude intelectual do aluno no desenvolvimento e envolvimento em trabalhos que favoreçam sua autonomia para aprender.

Nesse contexto, o estudo histórico desempenha um papel importante, na medida em que contempla pesquisa e reflexão da relação construída socialmente e da relação estabelecida entre indivíduo, grupo e o mundo social. Nesse sentido, o ensino de História

poderá fazer escolha pedagógica capaz de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com a problemática histórica inerente ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial.

A construção de noções modifica a maneira como o aluno compreende os elementos do mundo e as relações que esses elementos estabelecem entre si, na medida em que o ensino de História lhe possibilita construir noções, proporcionando mudanças no seu modo de entender a si mesmo, entender os outros, as relações sociais e a própria História.

Tem sido comum em propostas curriculares e em algumas produções didáticas introduzir a “História do Cotidiano”, opção esta que não é recente. A associação entre cotidiano e história de vida dos alunos possibilita contextualizar essa vivência individual a uma história coletiva. Os autores que se ocupam da História do Cotidiano, mesmo com posturas diversas em seus fundamentos teóricos, buscam recuperar as relações mais complexas entre os diversos grupos sociais, estabelecendo conexões entre conflitos diários que se inserem em uma forma de política contestatória e identificar as lutas de resistência a mudanças, o apego a tradições.

É importante destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais de História, demonstram alternativas que favorecem a compreensão dos alunos em relação ao estudo da memória na construção do conhecimento histórico. Entre os conceitos presentes no PCN em relação ao ensino de História, destaca-se a importância da construção da identidade individual e social, conceito este fundamental, já que a identidade e a memória têm uma estreita relação, conforme os estudos de M. Pollak. O estudo sobre a memória se universalizou no momento em que, como nunca, o passado está distante do presente, quando as pessoas não mais identificam sua herança pela perda dos antigos padrões de relacionamento social e a desintegração dos antigos laços entre as gerações.

Para Gaddis (2003), “*o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas*”. Esse seria, no seu entender, um dos significados da maturidade nas relações humanas e mais, do próprio valor do uso da consciência histórica. A construção de identidades pessoais e sociais está relacionada à memória, já que tanto no plano individual quanto no coletivo ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores. Os indivíduos, assim como as sociedades, procuram preservar o passado como um guia que serve de orientação para enfrentar as incertezas do presente e do futuro.

O ensino de história local apresenta-se como um ponto de partida para a aprendizagem histórica, pela possibilidade de trabalhar com a realidade mais próxima das relações sociais que se estabelecem entre educador / educando / sociedade e o meio em que vivem e atuam.

Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem da História Local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença.

O ensino de História Local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de história que contemple não só indivíduo, mas a coletividade, apresentando as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima.

A História Local possibilita a compreensão do entorno do aluno, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência. Essa temática permite que o professor parta das histórias individuais e dos grupos, inserindo o aluno em contextos mais amplos.

Com a abordagem da História Local os alunos passam gradativamente a observar e perceber o significado de outras matérias construídas no passado; a compreender que as realidades históricas de determinada localidade e de seus habitantes no tempo não se dão isoladas do mundo, mas como parte do processo histórico em que populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito. “Os objetivos concretizam as intenções educativas em termos de capacidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da escolaridade” (PCN, 1997).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a História dividem-se em duas partes. Composto a primeira parte, temos características, princípios, conceitos e algumas concepções curriculares para o ensino de história, além de objetivos gerais, critérios de seleção e organização de conteúdos por área.

Na segunda parte estão presentes propostas de ensino e aprendizagem para o primeiro e segundo segmentos do ensino fundamental que são divididos em quatro ciclos com objetivos, critérios de avaliação e orientações didáticas para a prática da pesquisa escolar, para o uso de variados materiais didáticos e documentos, além de sugestões para atividades extraclasse.

Os PCN (1997) têm também como pressuposto que o aluno pode apreender a realidade na sua diversidade e nas múltiplas dimensões temporais. Destacam os compromissos e as atitudes de indivíduos, de grupos e de povos na construção e na reconstrução das sociedades, propondo questões locais e regionais. Há também nos PCN uma forte ênfase na questão dos sujeitos históricos, colocando como objetivo da educação esta construção, valorizando o papel de cada um na construção da história de todos, possibilitando que a memória também possa ser um instrumento para esta construção, quando diz que “O sujeito histórico pode ser entendido, por sua vez, como sendo os agentes de ação social, sendo eles indivíduos, grupos ou classes sociais”.

Para o ensino fundamental a LDB (1996, pág.17) em seu Artigo 22, estabelece que:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Lei nº 9.394/96) “Seja como for, a aula [de História] pode tornar-se um pensamento em formação que continua a se criar diante dos alunos, ou antes, com os alunos” (Georges Snyders, 1995).

O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade ao incorporar a reflexão sobre o indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e com gerações passadas e futuras. De acordo com os PCN, o ensino de História é portador da possibilidade de levar o aluno a estabelecer relações e produzir reflexões sobre culturas, espacialidades e temporalidades variadas através da construção de noções que contemplem os seus valores e os de seu grupo, desenvolvendo para isto relações cognitivas que o levem a intervir na sociedade.

Para ensinar História a partir da experiência de vida do aluno faz-se necessária uma perspectiva teórico-metodológica que fale da vida das pessoas, das memórias e lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais. É preciso dar voz às histórias desses sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados.

O ensino de História pode também possibilitar ao aluno reconhecer a existência da história crítica e da história interiorizada e a viver conscientemente as especificidades de cada uma delas. O estudo de sociedades de outros tempos e lugares pode possibilitar a

constituição da própria identidade coletiva na qual o cidadão comum está inserido, à medida que introduz o conhecimento sobre a dimensão do ‘outro’, de uma ‘outra sociedade’, ‘outros valores e mitos’, de diferentes momentos históricos. Ensinar História requer do professor a habilidade de buscar sentido e significado para o conhecimento que ministra. E isso significa superar a mera transmissão de informações, já que essa não tem por finalidade o desenvolvimento intelectual, mas, ao contrário, deforma a capacidade de pensamento histórico do aluno e a possibilidade de consolidar habilidade de análise da própria realidade social.

No processo de aprendizagem de História, o professor é o principal responsável pela criação das situações de troca, de estímulos na construção de relações entre o estudado e o vivido, de integração com outras áreas de conhecimento, de possibilidade de acesso aos alunos a novas informações, de confronto de opiniões, de apoio ao estudante na recriação de suas explicações e de transformações de suas concepções históricas.

A seleção dos conteúdos faz parte de um conjunto formado pela preocupação com o saber escolar, com as capacidades e as habilidades e *não pode ser trabalhado independentemente. Busca-se a coerência entre os objetivos da disciplina e os fundamentos historiográficos e pedagógicos*. Com isso, o aluno estará construindo um instrumental conceitual que permitirá a identificação das diferenças e de suas formas próprias de realização na História; estará também superando o egocentrismo e o individualismo na compreensão do caráter *social da experiência humana*. (SEE/RJ, 1994, p.77)

O ensino de História fornece aos seus alunos a capacidade de compreensão da construção do conhecimento histórico oferecendo habilidades e competências para o seu aprendizado. Nesse sentido, os conteúdos ocupam papel central no processo de ensino-aprendizagem e sua seleção e escolha deve estar em consonância com as problemáticas sociais marcantes em cada momento histórico. Além disso, eles são concebidos não apenas como a organização dos fenômenos sociais historicamente situados na exposição de fatos e conceitos, mas abrangem também os procedimentos, os valores, as normas e as atitudes.

A compreensão da disciplina História passa por uma compreensão de como a história é construída a partir das evidências do passado e essa construção é sempre

distanciada do mesmo. A história não é o passado, mas a sua reconstrução a partir das evidências balizadas pelas compreensões possíveis e pelos interesses do momento da reconstrução. A apreensão das noções de tempo histórico em suas diversidades e complexidades pode favorecer a formação do estudante como cidadão, fazendo-o aprender a discernir os limites e possibilidades de sua atuação na permanência ou na transformação da realidade histórica em que vive.

A aprendizagem de metodologias apropriadas para a construção do conhecimento histórico é essencial para que o aluno possa apropriar-se de um olhar consciente para sua própria sociedade e para si mesmo. A possibilidade de o conhecimento histórico introduzir no espaço escolar as experiências vividas pelas pessoas comuns e trabalhar metodologicamente essas experiências por meio de documentos acumulados ao longo da vida, tornou-se possível graças às novas abordagens do pensamento historiográfico contemporâneo.

Este conhecimento tem possibilitado e fundamentado alternativas para métodos de ensino e recursos didáticos que valorizam o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Uma das escolhas pedagógicas possíveis, nessa linha, é o trabalho favorecendo a construção, pelo aluno, de noções de diferença, semelhança, transformação e permanência.

O objetivo primeiro do conhecimento histórico é a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos e o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços. O estudo histórico desempenha um papel importante na medida em que contempla reflexões das representações construídas socialmente e das relações estabelecidas entre os indivíduos, os grupos, os povos e o mundo social em uma determinada época. Por isso este ensino pode proporcionar escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-las com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial.

Perceber a complexidade das relações sociais presentes no cotidiano e na organização social mais ampla implica indagar qual lugar o indivíduo ocupa na trama da História e como são construídas as identidades pessoais e sociais em dimensão temporal.

O sujeito histórico que se configura na inter-relação complexa, duradoura e

contraditória entre as identidades sociais e os pessoais, é o verdadeiro construtor da História. Assim, é necessário acentuar que a trama da História não é o resultado apenas da ação de figuras de destaque consagradas pelos interesses explicativos de grupos, mas sim a construção consciente e/ou inconsciente, paulatina e imperceptível de todos os agentes sociais, individuais ou coletivos.

A História, se concebida como processo, busca aprimorar o exercício da problematização da vida social como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa, buscando identificar as relações sociais de grupos locais, regionais, nacionais e de outros povos; perceber as diferenças e semelhanças, os conflitos, as contradições e as solidariedades, igualdades e desigualdades existentes nas sociedades; comparar problemáticas atuais e de outros momentos; posicionar-se de forma crítica no seu presente e buscar as relações possíveis com o passado.

Zamboni (1993, pág.7) em artigo publicado sobre o papel da História na construção da identidade, afirma que:

[...] o objetivo fundamental da História no ensino fundamental, é situar o aluno no momento histórico em que vive [...]. O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente em sua formação social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer.

Em relação ao 3º e 4º ciclos os alunos já possuem habilidades para a construção de novos conceitos importantes para a sua formação. Em uma de suas obras, o autor Urban (2009) articula a didática da História com a necessidade de levar o aluno a pensar historicamente. A consciência histórica é o objetivo central para que o aluno possa estabelecer conexões entre a história, a vida prática e a aprendizagem. Neste sentido, é necessário privilegiar as ideias históricas como ponto de partida para o ensino de História.

A tarefa da disciplina História é fornecer ao estudante um senso de identidade que estimule e facilite sua cooperação com o outro: pessoas, nações, culturas diferentes. Trabalhando com a perspectiva da História do Cotidiano, a História se torna mais acessível às crianças e adolescentes do Ensino Fundamental. Considerando o eixo temático 'história e cotidiano', a proposta do PCN é a de que, no primeiro ciclo, os alunos iniciem seus estudos históricos no presente, mediante a identificação das diferenças e das semelhanças existentes entre eles e suas famílias. Com os dados presentes, a proposta é

que desenvolvam estudos do passado, identificando mudanças e permanências nas organizações familiares.

A introdução da História do Cotidiano como objeto de estudo escolar requer que se explorem as possibilidades inerentes do cotidiano, sem se limitar a constatar o “real” ou as motivações possíveis para alunos pouco sensibilizados com a História escolar mais tradicional. O cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é permeada de alienação.

Uma articulação dessa natureza requer concepção de cotidiano que não se apresente como mera motivação para o estudo do passado, selecionando as experiências amorosas de reis e rainhas ou o dia a dia de pessoas comuns ou famosas pautados por meras descrições curiosas e desligados do contexto social da existência desses indivíduos.

A História do Cotidiano tem-se convertido em uma das correntes assumidas por gerações de historiadores preocupados com uma história social capaz de redimensionar a visão política. Historiadores inspirados nos pressupostos marxistas, como Agnes Heller e E. Thompson, em suas reflexões reconheceram a necessidade dos estudos do cotidiano a fim de fazer emergirem as tensões sociais do dia a dia, as formas improvisadas de lutas, de resistência e de organizações diferentes das estabelecidas pelo poder institucional.

O cotidiano pode ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações realizadas por homens comuns, ultrapassando a ideia de que a vida cotidiana é repleta e permeada de alienação. Perceber o cotidiano como espaço privilegiado das transformações históricas também possibilita que os alunos percebam a si mesmos como sujeitos da História. A opção pela História do Cotidiano merece uma reflexão a respeito de seus pressupostos, para uma seleção de conteúdos coerentes com os objetivos centrais da disciplina.

O tema “cotidiano” tem grande importância na área de História, pois o cotidiano estabelece articulações com as grandes estruturas do poder políticas e econômicas. Seu estudo possibilita que as tensões do dia possam emergir, dando voz a atores sociais tradicionalmente excluídos e marginalizados, o que permite uma maior compreensão das estruturas sociais e suas transformações.

De acordo com Bittencourt (apud SILVA, s/d), a História do Cotidiano pode ser bastante útil em sala de aula, servindo como suporte fundamental para se reconsiderar o papel dos agentes sociais nas transformações históricas, levar à reflexão sobre a atuação dos sujeitos neste processo e rever concepções de tempo histórico.

Para a autora, a História do Cotidiano deve ser utilizada como ferramenta no ensino de História para romper a periodização clássica que consagra a ideia de evolução e de progresso, sequência de eventos vitoriosos de determinados sujeitos, o que acaba por fomentar a existência de hierarquias de valores entre as sociedades humanas. Esta preocupação é também demonstrada por Le Goff (1997), para quem o cotidiano só tem valor histórico e científico no interior de uma análise de sistemas históricos que contribuem para explicar seu funcionamento, não se tratando de uma simples descrição de determinada sociedade numa época qualquer, tampouco de privilegiar histórias individuais.

Vários historiadores perceberam que o cotidiano não era apenas o lugar das pessoas comuns, mas também poderia ser considerado lugar de resistência e mudanças, exercendo papel central no acontecer histórico. O cotidiano estabelece articulações com as grandes estruturas de poder, políticas e econômicas. Seu estudo possibilita que as tensões e lutas do dia a dia possam emergir, dando voz a atores tradicionalmente excluídos e marginalizados, o que permitiria uma maior compreensão das estruturas sociais e suas transformações.

O cotidiano está relacionado com a possibilidade de que os alunos possam perceber como suas vidas fazem parte da História como um todo. Nesse sentido, de acordo com as expectativas de aprendizagem, é necessário *“perceber criticamente os vínculos entre história de vida e história”*. A percepção é crítica e essencial para perceber não apenas essa relação, mas entender os processos que estabeleceram as articulações, entendendo sua produção social.

O ponto de partida para perceber esse vínculo é *“analisar as relações entre história de vida e história, compreendendo-se como sujeito da história”*. As expectativas estabelecem as articulações entre a vida dos alunos (experiência) e a compreensão de contextos históricos diversos (perspectiva histórica). O eixo cotidiano pode ser importante nesse sentido.

De acordo com Duarte (1993) baseado em Heller, “*as atividades cotidianas do indivíduo referem-se ao conjunto de atividades que caracterizam a representação decada indivíduo a partir da reprodução da sociedade*”. Nessa ideia insere-se o conceito, que se apresenta na linguagem e nos costumes. Outro conceito importante refere-se à formação de uma relação consciente do indivíduo com sua vida cotidiana.

Nesse sentido, o cotidiano não pode ser entendido isoladamente. Aspectos cotidianos e não cotidianos se interpenetram na realidade social. O objetivo não é tratar de temas da vida cotidiana de forma isolada, mas articulados aos processos históricos gerais. Nas relações entre cotidiano e história, é necessário ter cuidado com a abordagem do lado “pitoresco” da História. É preciso tratar do cotidiano em sua íntima relação com as questões culturais, econômicas, sociais e políticas de cada época e sociedade.

O cotidiano não é apenas a simples repetição do dia a dia de pessoas comuns. Ele constitui a instância onde as relações sociais se realizam de forma concreta; a dimensão na qual as práticas sociais assumem corpo e efeito dando formas aos interesses em jogo.

O ensino de História possui objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes, o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais.

Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo. Conforme as Orientações Curriculares para o Ensino Médio é importante a introdução do debate em sala de aula para que se compreenda o papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana.

A História, como memória, também é uma representação do passado, porém suas características a diferenciam, às vezes provocando um grave afastamento das duas – memória e História.

A distinção entre memória e história, portanto, existe no próprio meio em que

ambas se propagam: a memória se propaga e se corporifica no mundo da vida; a História tem seu habitat na historiografia. Um compromisso fundamental da história encontra-se sua relação com a memória. É necessário chamar a atenção dos alunos para os usos ideológicos a que a memória histórica está sujeita que muitas vezes constituem “lugares de memória”, estabelecidos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que escolhem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”.

Enfatiza-se também a riqueza que o conceito de memória vem adquirindo no âmbito da história. Evidencia-se, por exemplo, que os lugares da memória são criações da sociedade contemporânea para impor determinada memória, que a concepção de memória nacional ou identidade regional constitui formas de violência simbólica que silenciam e uniformizam a pluralidade de memórias associadas aos diversos grupos sociais.

Evidencia-se também o estudo da memória enquanto prática de representação social e, portanto, para o estudo das formas de resgate de memórias coletivas durante tempo esquecidas no espaço público pela memória oficial.

A ‘Memória’, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado. A memória é uma construção que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional. Conforme Peter Burke (2000), os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória, considerando dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Sob o primeiro aspecto, além de estudarem a memória como fonte para a história, os historiadores devem elaborar uma crítica da reminiscência, nos moldes da operação de análise dos documentos históricos.

No que tange ao segundo aspecto, os historiadores devem estar interessados no que o autor denomina “história social do lembrar”. Partindo-se da premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro e como se transformam na passagem do tempo.

De acordo com Peter Burke (2000, pág.70), os indivíduos identificam-se com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo: *“Lembram muito que não viveram*

diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado”.

Resgatar memórias por meio dos monumentos, histórias de seus moradores, e pelos próprios acontecimentos locais. Para Circe Bittencourt (2004, pág.168), “*a memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores quanto para o ensino*”. A história, para Le Goff (ibidem) “*consiste na escolha e construção de um objeto, operação que pode dar-se a partir de evocações de lembranças*”, e exige, na análise das memórias, um rigor metodológico na crítica e na confrontação com outros registros e testemunhos.

A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem “lugares da memória”, expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo.

De acordo com o PCN:

Os estudos da história local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta dos estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados. (Brasil/MEC/SEF, p.52)

A História Local foi valorizada também como estudo do meio, ou seja, “*como recurso pedagógico privilegiado [...] que possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte*”, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, (1998, pág. 9). Estes parâmetros contribuem para o desenvolvimento de metodologias e estratégias para uma maior compreensão da História Local.

A História Local permite ao educando perceber-se como sendo parte integrante da história, não simples espectador do ensino desta, mas objeto e sujeito, construtor de fatos e acontecimentos que não lineares, mas permeados de descontinuidades próprias do

processo histórico.

Enquanto estratégia de aprendizagem, a História Local, pode garantir o domínio do conhecimento histórico. Seu trabalho no ensino possibilita a construção de uma História mais plural, que não silencie a multiplicidade das realidades. Para ensinar História a partir da experiência de vida do aluno, é necessária uma perspectiva teórico-metodológica que fale da vida das pessoas, das memórias e lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais. É preciso dar voz às histórias desses sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados.

O trabalho com a História Local no ensino da História facilita, também, a construção de problematização, a apresentação de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob a forma de conhecimento histórico. Ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e retrabalhado, contribui para a construção de sua consciência histórica.

Como elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber escolar, a História Local pode ser vista como estratégia pedagógica. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana.

O novo interesse da História Local volta-se para uma abordagem social que procura reconstruir as condições de vida dos diversos grupos sociais de uma determinada localidade. Como afirma Goubert (1998, pág.73.): “*A volta à História Local origina-se de um novo interesse pela História Social – ou seja, a história da sociedade como um todo*”.

Para Neves, Proença, Giroux, Simon e Goubert, é relevante que o ensino de História forneça estratégias teórico-metodológicas para o desenvolvimento em sala de aula que valorizem a história de vida de seus alunos. É preciso destacar que a utilização da história local como estratégia pedagógica é uma maneira interessante e importante para

articular os temas trabalhados em sala de aula. O papel do ensino de História na configuração identitária dos alunos é um dos aspectos relevantes para considerar ao proporem-se estudos da história local.

Para efetivar o estudo do local, a proposta fundamenta-se na *história do cotidiano* e apropria-se de seus métodos, como objetivo de inserir as ações de pessoas comuns na constituição histórica e não exclusivamente as ações de políticos e das elites sociais.

A História Local no ensino não deve ser tratada apenas como um conteúdo a ser ensinado, mas constituir-se em uma estratégia pedagógica que trate metodologicamente os conteúdos a partir da realidade local. Ela deve ser escrita a partir das novas fontes: a identificação das edificações antigas, do traçado das ruas, da memória dos mais antigos, das mudanças do cotidiano urbano que só podem ser observadas pelos olhares mais atentos ou orientados.

Seu estudo constitui o ponto de partida da aprendizagem histórica, uma vez que permite a abordagem dos contextos mais próximos em que se inserem as relações sociais entre os professores, os estudantes e o meio. Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem da história local configura-se como um espaço-tempo de reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, referência para o processo de construção das identidades destes sujeitos e de seus grupos de pertença.

A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica das transformações do espaço e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares”.

O ensino de História tem como principal pressuposto formar cidadãos que possam ser críticos com a realidade na qual estão inseridos, devido ao fato de que seus conceitos e conteúdos possam fazer com que os alunos debatam sobre o que está acontecendo não somente sobre o passado, mas também sobre o presente. É necessário que o ambiente escolar forneça condições para que os professores possam desenvolver novas metodologias para que incorporem os conteúdos de história local em seus componentes curriculares, pois poderão inserir seus alunos como cidadãos críticos no ambiente.

POSFÁCIO
NÃO ME DIGA PARA PERMANECER O MESMO

“Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo”
Michel Foucault

É com essa frase marcante do filósofo e escritor francês Michel Foucault que escolho concluir esse livro, pois retrata bem a trajetória do homem pela Terra, isto é, uma eterna mudança. E penso ser uma escolha razoável, pois ele representa, junto a Lyotard, muito do pensamento pós-moderno, isto é, a rejeição à metanarrativa. Essa tentativa de querer abarcar todas as experiências e vicissitudes que são próprias da vida é um pensamento dos ilustrados do século XVIII.

Porém, assim como Foucault, temos em mente que a história do homem na Terra não se trata de uma ou algumas, mas de milhares de “localidades”. O homem pré-histórico se espalhou pelos quatro cantos do planeta e lá evoluiu de maneira distinta e única. Cada experiência e particularidade ajudou a moldar não apenas as características físicas (cor da pele, tamanho etc.), mas também aspectos mentais que sobreviveram há milhões de anos de evolução e hoje despertam sentimentos, vontades e ações, as quais nem sempre sabemos explicar.

Portanto, como Robert J. Braidwood (1974) já evidenciou, é preciso que enxerguemos os nossos antigos ancestrais não como um ser que está à margem de nossa existência, mas percebendo nos homens pré-históricos muito do que somos hoje, evidentemente, homens e mulheres pensantes, orgulhosos da razão e do progresso que conseguimos nos últimos 2 mil anos, contrastando com as necessidades mais básicas, com o medo, com a angústia e com traumas construídos durante esse longo e multifacetado percurso.

Espero que o leitor, seja este professor ou aluno de graduação, ao terminar essa singela obra, possa se sentir inspirado a se debruçar ainda mais sobre os estudos da Pré-História, ajudando dessa forma a enriquecer a historiografia brasileira que tanto carece, assim como o estudo da disciplina no contexto brasileiro e nordestino.

Matheus Gleydson do Nascimento Sales
Editor-Chefe da Antropus Editora
Campina Grande -PB, 12 de setembro de 2022.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. OMURO, Selma de Araujo Torres. **História a Ser Ensinada: Algumas Reflexões em Torno da História Local.** (s/d) In: www.unifia.edu.br. *Julho de 2012.*

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História Local: Redescobrimo Sentidos. **Saeculum – Revista de História.** João Pessoa: jul/dez, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** Editora Cortez: São Paulo, 2009.

_____. (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula.** Editora Contexto: São Paulo, 2009. (Repensando o Ensino).

BRASIL/MEC/SEF. **Coleção explorando o ensino de história: Ensino Fundamental.** Volume 21, 2010.

BRASIL/MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais,** 1997.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 1º e 2º Ciclos – História. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental 3º e 4º Ciclos – História. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Lei nº 9.394/96 – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Ministério da Educação, 20 dez. 1996, Artigo 22.

BRASIL, Orientações Curriculares Para O Ensino Médio: Conhecimentos de História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BURKE, Peter. “História Como Memória Social”. In: **Variedades de História Cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

FUNARI, Pedro Paulo. A Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. *Cienc. Cult.* [online]. 2013, vol.65, n.2, pp.23-25. ISSN 2317-6660.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações.* São Paulo: Contexto, 2011.

PROUS, André, O Brasil Antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BRAIDWOOD, Robert J. **Homens Pré-históricos.** Trad. De Carlota Barrionuevo Martin. 2 ed.,m Brasília, Editora Universidade de Brasília, 11988.

CLARK, Grahame. **A pré-história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1962.

- _____. **Os caçadores da idade da pedra**. Vol. 3. Lisboa: Verbo/Biblioteca das Civilizações Primitivas, 1969.
- DIAS, C. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. **FUNDAMENTO VII**, p. 418-429. 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo e NOELLI, Francisco. **Pré-História do Brasil; As origens do homem brasileiro; O Brasil antes de Cabral; Descobertas arqueológicas recentes**. São Paulo: Contexto, 2002. 110p.
- _____, **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003
- GASPAR, Madu. **A arte rupestre no Brasil**. J. Zahar, 2003.
- LEROI-GOURHAN, André. **Pré-história**. São Paulo: Edusp-Pioneira, 1981.
- FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Victor M. *Teoría y método en la arqueología*. 5. ed. Madrid: Síntesis, 1994.
- _____. **Arqueologia pré-histórica de África**. Madrid: Síntesis, 1996.
- MARTIN, Gabriela, **A Pré-história do Nordeste do Brasil**, 3 ed. Atual. – Recife: Editora Universitária - UFPE MEGGERS, Betty. **América pré-histórica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. **Caminhos das civilizações: da pré-história aos dias atuais** / 2000 Atual.
- NAVARRO, R. F. A evolução dos materiais. Parte 1: da pré-história ao início da era moderna. **Rev. Eletr. Materiais e Processos**, v. 1, n. 1, p. 1-11. 2006.
- RUBEM, Jackson. **Brasileiros pré-cabralianos : arte rupestre e história** -Brazilians before Cabral, rock art and history / 2005.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Pré-história do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Instituto Anchieta de Pesquisas-Unisinos, 1991.
- TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- COLOMBANI, María Cecilia. **Homero. Ilíada: uma introdução crítica**. Buenos Aires, 2005.
- PLATÃO. **Fedro**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996 (Diálogos).

A presente obra intitulada Estudos Temáticos da Pré-História atende a uma necessidade cada vez mais evidente nas escolas e universidades do Brasil, isto é, a dificuldade de aprendizagem da disciplina de Pré-História em suas diversas multiplicidades. Historiadores trabalham com fontes, estas muitas vezes são registros escritos e de cunho burocrático, mas ao tratar sobre os períodos mais longínquos da história humana, na qual a escrita ainda não existia, o que nos resta de testemunho são vestígios materiais de um modo de vida que há muito desaparecera, sendo assim, é necessário propor uma visão mais abrangente desses períodos pré-históricos, enxergando nos homens primitivos muito do que somos hoje.

Com o propósito de cumprir essa árdua missão, foi pensado e elaborado este livro, o qual traz em seu corpo uma discussão teórica sobre a conceituação da Pré-História e de sua consequente problematização, da invenção da escrita e sua evolução em diferentes momentos e locais ao redor do mundo. Assim como uma análise minuciosa dos períodos históricos que contemplam milhares de anos de evolução. Somam-se a isso uma plêiade de referências e sugestões pedagógicas como filmes, livros e animações, não para que o aluno chegue a uma verdade final sobre esse período que ainda nos apresenta tão obscuro, mas sim que ele possa encontrar a mais próxima verossimilhança com o estilo de vida de homens e mulheres que deixaram de existir há tanto



ISBN: 978-65-84581-12-8

